



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

1
m

PROJETO DE LEI nº 102, de 2022

Altera o Plano de Amortização do déficit atuarial do Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Toledo (FAPES), que integra a legislação que dispõe sobre o regime próprio de previdência dos servidores públicos do Município de Toledo.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei altera o Plano de Amortização do déficit atuarial do Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Toledo (FAPES), que integra a legislação que dispõe sobre o regime próprio de previdência dos servidores públicos do Município de Toledo.

Art. 2º - A Lei nº 1.929, de 4 de maio de 2006, com as modificações procedidas posteriormente, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 102 - O déficit atuarial do FAPES, apurado em avaliação atuarial, será amortizado pelo Município de Toledo em 18 (dezoito) anos, a partir do exercício de 2022, mediante a realização de aportes mensais de recursos financeiros ao FAPES, em valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da parcela anual definida na Tabela que integra esta Lei.

§ 1º - O valor anual do aporte de recursos financeiros a ser efetuado pelo Município ao FAPES será definido na avaliação atuarial com periodicidade anual, ficando o Poder Executivo autorizado a estabelecer, anualmente, mediante decreto, a Tabela de Reserva a Amortizar, vedadas a ampliação de prazos e a redução do valor.

§ 2º - O valor anual dos aportes será reajustado/corrigido, anualmente, pela variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, publicado pelo IBGE.

...”

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 7 de junho de 2022.



LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

2
m

Tabela - Plano de Amortização

Ano	Aporte (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Déficit Atuarial Inicial (R\$)	(-) Pagamento (R\$)	Juros (R\$)	Déficit Atuarial Final (R\$)
2022	37.001.386,73	147.712.398,24	819.928.118,02	37.001.386,73	40.094.484,97	823.021.216,26
2023	41.339.058,28	149.189.522,22	823.021.216,26	41.339.058,28	40.245.737,48	821.927.895,46
2024	45.676.729,81	150.681.417,45	821.927.895,46	45.676.729,81	40.192.274,09	816.443.439,74
2025	50.622.782,78	152.188.231,62	816.443.439,74	50.622.782,78	39.924.084,20	805.744.741,15
2026	55.013.218,31	153.710.113,94	805.744.741,15	55.013.218,31	39.400.917,84	790.132.440,68
2027	59.670.037,93	155.247.215,08	790.132.440,68	59.670.037,93	38.637.476,35	769.099.879,10
2028	64.080.161,51	156.799.687,23	769.099.879,10	64.080.161,51	37.608.984,09	742.628.701,68
2029	68.490.285,08	158.367.684,10	742.628.701,68	68.490.285,08	36.314.543,51	710.452.960,11
2030	73.225.856,90	159.951.360,94	710.452.960,11	73.225.856,90	34.741.149,75	671.968.252,96
2031	77.655.668,54	161.550.874,55	671.968.252,96	77.655.668,54	32.859.247,57	627.171.832,00
2032	82.085.480,16	163.166.383,30	627.171.832,00	82.085.480,16	30.668.702,58	575.755.054,42
2033	86.515.291,79	164.798.047,13	575.755.054,42	86.515.291,79	28.154.422,16	517.394.184,80
2034	90.945.103,41	166.446.027,60	517.394.184,80	90.945.103,41	25.300.575,64	451.749.657,02
2035	95.374.915,04	168.110.487,88	451.749.657,02	95.374.915,04	22.090.558,23	378.465.300,21
2036	99.804.726,66	169.791.592,76	378.465.300,21	99.804.726,66	18.506.953,18	297.167.526,72
2037	104.234.538,30	171.489.508,68	297.167.526,72	104.234.538,30	14.531.492,06	207.464.480,49
2038	108.664.349,92	173.204.403,77	207.464.480,49	108.664.349,92	10.145.013,10	108.945.143,66
2039	114.272.561,19	174.936.447,81	108.945.143,66	114.272.561,19	5.327.417,53	0,00

Ano	Aporte Município	Aporte Câmara (R\$)	Aporte Total (R\$)
2022	36.530.196,67	471.190,06	37.001.386,73
2023	40.812.630,62	526.427,66	41.339.058,28
2024	45.095.064,56	581.665,26	45.676.729,81
2025	49.978.132,57	644.650,22	50.622.782,78
2026	54.312.658,58	700.559,73	55.013.218,31
2027	58.910.176,44	759.861,49	59.670.037,93
2028	63.264.139,79	816.021,72	64.080.161,51
2029	67.618.103,13	872.181,95	68.490.285,08
2030	72.293.370,34	932.486,56	73.225.856,90
2031	76.666.771,03	988.897,51	77.655.668,54
2032	81.040.171,70	1.045.308,45	82.085.480,16
2033	85.413.572,39	1.101.719,40	86.515.291,79
2034	89.786.973,07	1.158.130,34	90.945.103,41
2035	94.160.373,75	1.214.541,29	95.374.915,04
2036	98.533.774,43	1.270.952,24	99.804.726,66
2037	102.907.175,12	1.327.363,18	104.234.538,30
2038	107.280.575,79	1.383.774,13	108.664.349,92
2039	112.817.369,92	1.455.191,27	114.272.561,19



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

3
um

MENSAGEM Nº 65, de 7 de junho de 2022

**SENHOR PRESIDENTE,
SENHORAS VEREADORAS,
SENHORES VEREADORES:**

O Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Toledo - FAPES realiza, anualmente, de forma obrigatória, a reavaliação específica do plano de previdência dos servidores efetivos municipais, denominada de Avaliação Atuarial, com a finalidade de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência instituído no Município de Toledo, com base em normas gerais de contabilidade e atuária.

Com a reavaliação deste estudo técnico, todos os anos podem ser apontadas necessidades de ajustes ao plano de equacionamento do déficit atuarial vigente, garantindo-se, assim, a cobertura das obrigações do regime próprio de previdência no longo prazo.

A Avaliação Atuarial, deve-se esclarecer, tem por objetivo estabelecer os níveis de contribuição dos segurados e das entidades públicas municipais para o Regime Próprio de Previdência, de tal modo que os aportes financeiros sejam suficientes para custear as aposentadorias e pensões já concedidas e a conceder.

O equilíbrio atuarial é alcançado quando as alíquotas de contribuição, a taxa de reposição e o período de duração dos benefícios mostram-se adequados à formação das reservas financeiras necessárias ao cumprimento das obrigações do RPPS em determinado período.

Tal mensuração é realizada a partir de cálculos atuariais que levam em consideração uma série de critérios, tais como a expectativa de vida dos segurados, o valor dos benefícios a serem pagos e os períodos de contribuição dos participantes, projetando-se os ativos e os passivos do plano com o objetivo de manutenção dos atuais e futuros benefícios do sistema.

O referido estudo retorna informações sobre o Custo Normal e o Custo Suplementar do plano de previdência instituído. O Custo Normal corresponde ao somatório dos valores necessários para a formação de reservas para o pagamento de aposentadorias programadas e dos benefícios de risco, adicionado à taxa de administração, mantendo o plano equilibrado durante o exercício seguinte à data da avaliação atuarial. Já o Custo Suplementar refere-se à contribuição destinada ao equacionamento de déficits gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição praticadas no passado, que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários à cobertura das reservas matemáticas previdenciárias.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

4
um

Conforme a Avaliação Atuarial realizada no presente exercício (cópia anexa), também disponível para consulta na página do TOLEDOPREV, no site oficial do Município na internet (<https://toledoprev.toledo.pr.gov.br/transparencia/avaliacoes-atuariais>), apurou-se um déficit no valor de R\$ 819.928.118,02 (oitocentos e dezenove milhões novecentos e vinte e oito mil cento e dezoito reais e dois centavos). Após corrigir tanto o valor do déficit quanto os valores dos aportes pelo índice de inflação que compõe a meta atuarial, qual seja, o INPC, que foi de 10,16% em 2021, o Plano de Amortização vigente mostrou-se insuficiente para integralizar o déficit atuarial apurado na Avaliação Atuarial de 2022.

Diante do resultado apurado, a administração deve buscar alternativas visando a equacionar ou a, pelo menos, reduzir aquele déficit. Daí, também, a importância da realização da Reforma da Previdência no âmbito do Município de Toledo, tendo em vista que o financiamento do passivo atuarial não é mais possível apenas e tão somente pelo aporte de recursos públicos, à medida em que a evolução desse passivo pode comprometer a efetivação de outras políticas públicas, tais como educação, saúde e assistência e investimentos nos demais setores.

Ressalta-se que um dos indicadores de viabilidade do plano de custeio do RPPS trata do impacto do Déficit Atuarial após a Inclusão no Quociente do Limite de Endividamento. A análise do limite de endividamento deverá considerar, conforme inciso III do artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 2020, o previsto nas resoluções do Senado Federal, que dispõem sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Neste sentido, o impacto do déficit atuarial após a inclusão no quociente do Limite de Endividamento do Município de Toledo, representa 119,20%, sendo permitido até 120,00%. Salientamos que, se for constatado o atingimento de tal limite, deverão ser adotadas outras providências, como, por exemplo, a proposta de revisão do plano de benefícios dos servidores municipais.

Dentre os cenários propostos, integrantes do relatório da Avaliação Atuarial de 2022, o que permitirá o equacionamento do déficit de maneira menos onerosa, financeira e orçamentariamente ao Município, é a **alteração da Tabela de Amortização atualmente em vigor, mediante a majoração no valor dos aportes a serem praticados no período de 2022 a 2039**, resultando no aporte total para 2022 de R\$ 37.001.386,73 (trinta e sete milhões um mil trezentos e oitenta e seis reais e setenta e três centavos).

Destaca-se, por oportuno, que a não adequação do plano de amortização do déficit atuarial vigente, na forma indicada pelo relatório da Avaliação Atuarial, além de ocasionar o desequilíbrio atuarial do regime de previdência dos servidores municipais, poderá trazer como consequência a penalização do Município, na forma prevista pelo artigo 7º da Lei nº 9.717/1998, implicando na não renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), o que poderá resultar em:



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

5
m

- a) suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União;
- b) impedimento para celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como para receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; e
- c) suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.

Assim, com a adequação proposta, ter-se-á garantida a suficiência de amortização da reserva matemática descoberta do plano previdenciário instituído, com observância das disposições estabelecidas pelo Ministério da Economia, especialmente através da Portaria MF nº 464/2018, evitando-se eventuais penalizações decorrentes da inobservância da regulamentação estabelecida.

Destaca-se que o novo Plano de Equacionamento proposto foi apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal do TOLEDOPREV, em reunião ordinária realizada no dia 25 de abril de 2022, os quais aprovaram a minuta de proposição para estabelecer o plano de amortização do mencionado déficit, de acordo com a nova Tabela de Reserva a amortizar que integra o Cálculo Atuarial, conforme Ata nº 007/2022 (anexa).

Com tal objetivo, submetemos à deliberação dessa Casa o incluso Projeto de Lei que **“altera o Plano de Amortização do déficit atuarial do Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Toledo (FAPES), que integra a legislação que dispõe sobre o regime próprio de previdência dos servidores públicos do Município de Toledo”**.

Anexamos Tabela Demonstrativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente do novo valor do aporte para o exercício corrente e para os dois próximos anos, considerando-se a avaliação atuarial de 2020 e a correção pelo índice da inflação do ano de 2021.

Informa-se que, conforme Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamentária anexo, o orçamento-programa do Município para o exercício de 2022 contempla dotação própria para a realização dos aportes para o FAPES - projeto/atividade 28.846.0009.0-036 - **DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 3.3.91.97.00.00 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS - conta 02300**.

Pelo fato, no entanto, de não haver saldo suficiente na mencionada dotação para suportar a diferença entre a projeção e o valor do aporte corrigido pelo índice de inflação que compõe a meta atuarial, qual seja, o INPC, que foi de 10,16% em 2021, conforme novo Plano de Equacionamento ora proposto, encaminha-se, também nesta data, através de projeto de lei específico, a autorização para abertura de crédito adicional para suplementar aquela natureza de despesa orçamentária e para acrescentar a conta 19460, no valor total da diferença necessária para realização do aporte ao FAPES.



MUNICÍPIO DE TOLEDO Estado do Paraná

6
m

De tal forma, a proposta anexa apresenta compatibilidade com o PPA, a LDO e a lei orçamentária anual, atendendo, portanto, as condições previstas nas normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Colocamos à disposição desse Legislativo, desde logo, os servidores envolvidos na Coordenação do TOLEDOPREV, para prestarem outras informações ou esclarecimentos adicionais que eventualmente se fizerem necessários sobre a matéria.

Respeitosamente,



LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

Excelentíssimo Senhor
LEOCLIDES LUIZ ROSO BISOGNIN
Presidente da Câmara Municipal de
Toledo - Paraná



TOLEDOPREV

FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TOLEDO - FAPES



7
m

Ofício nº 028/2022-FAPES

Toledo, 26 de abril de 2022.


À Sua Excelência o Senhor
LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
Prefeito do Município de
Toledo – Paraná

Assunto: Reencaminha o resultado da Avaliação Atuarial 2022

Senhor Prefeito.

1. Considerando que, por ocasião da remessa do Ofício nº 024/2022-FAPES, datado de 29 de março de 2022, juntamente com o Resultado da Avaliação Atuarial 2022, Vossa Excelência sinalizou por manter-se o prazo vigente para o Plano de Amortização do Déficit Atuarial do RPPS;
2. considerando que, diante de tal informação, na Reunião Ordinária dos Conselhos de Administração e Fiscal do TOLEDOPREV, realizada no último dia 25 de abril, foi aprovada minuta de proposição para estabelecer o plano de amortização do mencionado déficit, de acordo com a nova Tabela de Reserva a Amortizar, que integra o Cálculo Atuarial,
3. encaminhamos a Vossa Excelência a Ata da referida reunião dos Conselhos do FAPES, incluída a minuta de proposição, para sua tomada de decisão e, se for o caso, a remessa do correspondente Projeto de Lei à Câmara Municipal.

Respeitosamente,


ROSELI FABRIS DALLA COSTA
Diretora-Executiva do TOLEDOPREV



ATA Nº 007/2022 - REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TOLEDO – FAPES/TOLEDOPREV

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte dois, às treze horas e trinta minutos, no Auditório Dr. Acary de Oliveira, no Paço Municipal Alcides Donin, reuniram-se os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do TOLEDOPREV, convocados através do Ofício nº 026/2022-FAPES dos Presidentes dos Conselhos de Administração Jaldir Anholetto e Fiscal Leandro Marcelo Ludvig. Presentes na reunião, do Conselho de Administração os conselheiros titulares: Jaldir Anholetto (Presidente), Wilmar da Silva, Maicon José Ferronato, Érica Regina Luna Pereira Macedo e Juarez Polachini. Suplente com direito a voto: Marli Bombardelli. Suplente sem direito a voto: Ieda Rosa Greselle, Sandra Lagni e Sirlei Theves Galvão. Do Conselho Fiscal os conselheiros titulares: Leandro Marcelo Ludvig (Presidente), Francieli Aparecida Kunrath Paes (Secretaria) e Marinês Bettega. Suplente com direito a voto: Nélvio José Hubner. Suplente sem direito a voto: Gerte Cecília Filipetto. Presente também a Diretora Executiva do TOLEDOPREV Roseli Fabris Dalla Costa. Verificada a existência de quórum dos Conselhos de Administração e Fiscal deu-se início a reunião. O Presidente do Conselho de Administração Jaldir Anholetto, cumprimentou a todos, destacando a alteração no Conselho de Administração das novas conselheiras representantes dos servidores em atividade, nomeadas através da Portaria nº 163, de 29 de março de 2022, Gilvânia Aparecida Padilha (titular) e Marli Bombardelli (suplente). Ato contínuo, iniciou a reunião com a leitura da pauta do dia: 1) **Apresentação e aprovação do Relatório de Investimentos do mês de março/2022;** 2) **Apresentação e aprovação do relatório de fluxo de caixa demonstrando as receitas e despesas do mês de março/2022;** 3) **Análise e manifestação sobre o Parecer Técnico relativo às propostas de regras de transição apresentadas pelo Sindicato, para eventual proposição de reforma da legislação do RPPS;** 4) **Apreciar e Aprovar Minuta de proposição que estabelece o Plano de Amortização do Déficit Atuarial do FAPES;** 5) **Conselho Fiscal: Apresentação e aprovação dos pareceres referente ao mês de março/2022;** 6) **Assuntos Gerais.** Na sequência o Presidente do Conselho de Administração Jaldir Anholetto, passou a palavra para a Diretora Executiva do TOLEDOPREV Roseli Fabris Dalla Costa para apresentar a pauta: 1) **Apresentação e aprovação do Relatório de Investimentos do mês de março/2022;** utilizando-se da plataforma web disponibilizada ao TOLEDOPREV pela Empresa LDB. a Diretora Executiva do TOLEDOPREV passou a apresentar o relatório analítico da carteira de investimentos posição 31 de março de 2022, com patrimônio total de R\$ 426.692.864,27 (quatrocentos e vinte e seis milhões e seiscentos e noventa e dois mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos), 78,67% dos recursos alocados na renda fixa, 6,78% na renda variável, 7,89% em investimentos estruturados e 6,66% em investimentos no exterior. O relatório de enquadramento da carteira demonstra que os investimentos estão aderentes aos limites previstos na Política de Investimentos 2022. A rentabilidade da carteira versus meta atuarial no mês de março de 2022 foi de 1,83% frente a uma meta de 2,14%, considerando a meta de INPC + 4,90% a.a., uma diferença negativa de 0,30%. Quanto ao resultado da carteira de investimentos no mês de março, destacou que o cenário se mantém desafiador, especialmente devido à alta do INPC, que mais uma vez surpreendeu e puxou a meta para cima. A renda fixa fechou no positivo puxada pelos fundos atrelados a inflação, a renda variável fechou em forte alta por conta do grande fluxo de investimento estrangeiro, e devido a esse grande fluxo, os investimentos no exterior fecharam em baixa por conta do fortalecimento do real frente ao dólar. Seguiu detalhando rentabilidade por estratégia, análise de liquidez por período, demonstrando que

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



92.62% dos recursos da carteira apresentam liquidez de 0 (zero) a 30 (trinta) dias. Seguiu demonstrando graficamente a Alocação por Artigo, Alocação por Estratégia e Alocação por Gestor com destaque para alocação de 78,07% na Instituição Financeira Caixa Econômica Federal. Após considerações e esclarecidas as dúvidas o Presidente do Conselho de Administração, Jaldir Anholetto apresentou seu voto favorável à aprovação do relatório da carteira de investimentos do TOLEDOPREV, e solicitou aos demais conselheiros para procederem a votação. **APROVADO** sem objeções dos presentes. Ato contínuo a Diretora do TOLEDOPREV passou a apresentar o item 2) **Apresentação e aprovação do relatório de fluxo de caixa demonstrando as receitas e despesas do mês de março/2022**; a receita total no mês de março foi de R\$ 15.710.815,79 (quinze milhões e setecentos e dez mil e oitocentos e quinze reais e setenta e nove centavos). A despesa total foi de R\$ 6.812.769,77 (seis milhões e oitocentos e doze mil e setecentos e sessenta e nove reais e setenta e sete centavos). Observa-se uma variação patrimonial positiva R\$ 8.899.671,45 (oito milhões e oitocentos e noventa e nove mil e seiscentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos). Em 25 de fevereiro de 2022 o saldo financeiro do TOLEDOPREV era de R\$ 418.008.186,58 (quatrocentos e dezoito milhões e oito mil e cento e oitenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), passando para R\$ 426.907.858,03 (quatrocentos e vinte e seis milhões e novecentos e sete mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e três centavos) ao final de março, uma variação positiva de aproximadamente 2,13%. Esclarecidas as dúvidas e ou questionamentos, o Presidente do Conselho de Administração Jaldir Anholetto, colocou o relatório apresentado em votação, o qual foi **APROVADO** sem objeções. Seguindo a pauta 3) **Análise e manifestação sobre o Parecer Técnico relativo às propostas de regras de transição apresentadas pelo Sindicato para eventual proposição de reforma da legislação do RPPS**; Roseli ressaltou que conforme combinado na última reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal, foi solicitado Parecer Técnico considerando as propostas apresentadas pelo SerToledo de alterações em regras de aposentadorias, em virtude da possibilidade de ser procedida à Reforma da Previdência de acordo com as regras da EC 103/2019 no âmbito do Município de Toledo. Prosseguiu com a apresentação do Parecer Técnico, emitido pela atuária da Empresa Athena Atuarial. Considerando que de acordo com o Parecer as proposições de mudanças não cumprem o objetivo do equilíbrio financeiro e atuarial, causando, na prática, um aumento no déficit atuarial, os conselheiros manifestaram-se FAVORÁVEIS ao parecer atuarial. Em relação às outras duas propostas que tratam de matéria de Legislação, qual seja, a possibilidade de inclusão de dispositivo na Lei Orgânica, já houve a manifestação dos conselheiros neste sentido na reunião extraordinária do dia 02 de fevereiro de 2022, cuja decisão foi encaminhada pela Coordenação do TOLEDOPREV e pelos Presidentes do Conselho de Administração e Fiscal, através do Ofício nº 017/2022 do FAPES ao executivo municipal. 4) **Apreciar e Aprovar Minuta de proposição que estabelece o Plano de Amortização do Déficit Atuarial do FAPES**; Roseli informou que conforme deliberado pelos Conselheiros na reunião de 17 de março de 2022, foi encaminhado Ofício ao executivo municipal, informando sobre o resultado da Avaliação Atuarial 2022, a qual demonstra que o Plano de amortização vigente se mostrou insuficiente para integralizar o déficit atuarial apurado. Que diante das projeções apresentadas na Avaliação Atuarial a opção do executivo municipal foi pelo plano de amortização sugerido, mantendo-se o prazo de amortização do plano vigente de 2022 a 2039, resultando no valor de aporte total para 2022 de R\$ 37.001.386,73 (trinta e sete milhões e um mil e trezentos e oitenta e seis reais e setenta e três centavos). Roseli seguiu ressaltando que a Lei vigente autoriza a alteração do Plano de Amortização por Decreto quando a correção dos valores do aporte pelo índice de inflação é suficiente para o equacionamento do déficit. Como houve a necessidade de majoração dos

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



90 aportes, acima do índice da inflação, será necessário o encaminhamento de proposição à Câmara
91 Municipal. Após as discussões e esclarecimentos passou-se a apreciar a Minuta do Projeto de
92 Lei. Esclarecidas as dúvidas apresentadas, os Presidentes dos Conselhos de Administração, Jaldir
93 Anholetto e Fiscal, Leandro Marcelo Ludvig, apresentaram voto FAVORÁVEL a aprovação da
94 Minuta, solicitando aos demais conselheiros para procederem o voto. Sendo APROVADA, sem
95 objeções, por unanimidade dos presentes a Minuta que define o novo Plano de Amortização do
96 Déficit Atuarial, para vigência a partir de 2022. **5) Conselho Fiscal: Apresentação e aprovação**
97 **dos pareceres referentes ao mês de março/2022;** o Presidente do Conselho Fiscal Leandro
98 Marcelo Ludvig detalhou os pareceres emitidos pelo Conselho Fiscal sendo: Parecer 05/2022
99 sobre o acompanhamento da carteira de investimentos do TOLEDOPREV, com base no relatório
100 mensal de investimentos e parecer do Comitê de Investimentos. Informou que foi verificado pelo
101 Conselho Fiscal que a carteira de investimentos se encontra enquadrada nos limites estabelecidos
102 pela Resolução 4.963/2021, que para o controle de risco aos quais os investimentos estão
103 expostos e a respectiva aderência à Política de Investimentos está sendo utilizado o Value-At-
104 Risk (VaR) que é o parâmetro de monitoramento de risco previsto na Política de Investimentos
105 de 2022. Que os investimentos estão aderentes a Política de Investimentos 2022, sendo a
106 manifestação do Conselho Fiscal favorável à **APROVAÇÃO** do Relatório Mensal da Carteira
107 de Investimentos do mês de março de 2022. Na sequência, apresentou o Parecer nº. 06/2022
108 demonstrando os saldos das contas bancárias, a receita e despesa orçamentária do mês de março,
109 informou que após análise detalhada constante no parecer, os membros do Conselho Fiscal
110 manifestaram-se pela **APROVAÇÃO** das contas, com embasamento nas Demonstrações
111 Contábeis do FAPES/TOLEDOPREV, por estarem de acordo com a Lei Municipal nº 1.929/2006
112 e Lei Federal nº 4.320/1964. Em votação o item foi **APROVADO** sem objeções. Seguindo os
113 trabalhos passou-se para pauta **6) Assuntos Gerais; a) Informes; (i) Certificação de**
114 **Conselheiros;** Roseli informou que está disponível no site da ABIPEM, curso de certificação
115 gratuito, oferecido aos RPPS associados. Que para realizar o curso basta inscrever-se no link
116 disponibilizado pela Associação. Ressaltou que o Curso oferecido é uma oportunidade para que
117 todos possam realiza-lo como forma de contribuir com os estudos para a prova de certificação
118 do RPPS. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta reunião ordinária, da qual eu,
119 Francieli Aparecida Kunrath Paes, lavrei a presente Ata, que, após lida, será assinada por mim e
120 pelos presentes.

Membros do Conselho de Administração

Nome

Assinatura

Jaldir Anholetto

- Presente

Desirée Nicole dos Reis Giordani

- Ausente

Maicon José Ferronato

- Presente

Isiane Irene Barzotto

- Ausência Justificada



TOLEDOPREV

FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TOLEDO - PARANÁ



11
m

Wilmar da Silva

- Presente

Ieda Rosa Greselle

- Presente

Erica Regina Luna Pereira Macedo

- Presente

Sandra Lagni

- Presente

Gilvânia Aparecida Padilha

- Ausência Justificada

Marli Bombardelli

- Presente

Juarez Polachini

- Presente

Sirlei Theves Galvão

- Presente

Membros do Conselho Fiscal

Nome

Leandro Marcelo Ludvig

- Presente

Maura Regina Teixeira

- Ausente

Valdecir Neumann

- Ausência Justificada

Nélvio José Hübner

- Presente

Francieli Aparecida Kunrath Paes

- Presente

Renato Augusto Eidt

- Ausente

Marinês Bettega

- Presente



TOLEDOPREV

FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TOLEDO - FAPES



12
m

Gerte Cecilia Filipetto
Roseli Fabris Dalla Costa
Coordenadora do TOLEDOPREV

- Presente

- Presente

[Handwritten signatures and initials]



Ofício nº 024/2022-FAPES

Toledo, 28 de março de 2022.

À Sua Excelência o Senhor
LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
Prefeito do Município de
Toledo – Paraná

Assunto: Resultado da Avaliação Atuarial 2022


Senhor Prefeito,

1. Informamos a Vossa Excelência que foi apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal do TOLEDOPREV o resultado da Avaliação Atuarial 2022, na reunião extraordinária realizada no último dia 17 de março, sendo solicitado remessa dos documentos inclusos: Relatório da Avaliação Atuarial 2022, Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio do RPPS e cópia da Ata 004/2022.
2. **O resultado apurou um Déficit no valor de R\$ 819.928.118,02** (oitocentos e dezenove milhões e novecentos e vinte e oito mil e cento e dezoito reais e dois centavos). Após corrigir tanto o valor do déficit quanto os valores dos aportes pelo índice de inflação que compõe a meta atuarial, qual seja, o INPC que foi de 10,16% em 2021, o Plano de Amortização se mostrou insuficiente para integralizar o déficit atuarial apurado na Avaliação Atuarial de 2022.
3. Diante disso, foi projetado o plano de amortização sugerido na tabela 23-A do relatório anexo, pelo período remanescente 2022 a 2039 do Plano de equacionamento vigente, resultando no valor do aporte total para 2022 de R\$ 37.001.386,73 (trinta e sete milhões e um mil e trezentos e oitenta e seis reais e setenta e três centavos).
4. Alternativamente, ao plano de custeio vigente, a administração municipal poderia refinanciar o déficit iniciando a recontagem do prazo de amortização de 35 anos (2022-2056), desde que seguindo os requisitos necessários. A projeção para o refinanciamento consta na tabela 23.2 do relatório anexo. Com o refinanciamento sugerido o aporte total para 2022 será de R\$ 33.588.767,91 (trinta e três milhões e quinhentos e oitenta e oito mil e setecentos e sessenta e sete reais).
5. Considerando que a verificação da situação do Equilíbrio Financeiro e Atuarial do RPPS, a partir das informações relativas ao resultado da Avaliação Atuarial, apontou a existência de déficit atuarial;
6. considerando a Instrução Normativa SPREV nº 10/2018, que dispõe sobre a demonstração do plano de custeio do regime próprio de previdência social (RPPS) à capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo;



7. considerando que a análise do impacto do plano de custeio do RPPS para situação financeira e fiscal do ente federativo, observando-se o equilíbrio financeiro e atuarial do regime, deverá basear-se, no mínimo, nos seguintes indicadores: impacto da despesa total de pessoal na receita corrente líquida (RCL); percentual acima do limite prudencial; impacto do déficit atuarial após a inclusão no quociente do limite de endividamento e resultado financeiro do Fluxo Atuarial,
8. cabe ressaltar que o resultado da análise do impacto do déficit atuarial após a inclusão do quociente do Limite de endividamento representa 119,2% da receita corrente líquida (RCL), portanto próximo ao limite fixado pelo Senado Federal que para o caso dos municípios é de 120%,
9. caso não seja demonstrada a viabilidade orçamentária, financeira e fiscal para o Município do plano de custeio do RPPS, deverá ser proposta sua revisão, a ser implementada até o término do exercício subsequente, a partir de estudos técnicos que observem os parâmetros previstos na Legislação pertinente.
10. Neste sentido, adicionalmente aos resultados da avaliação atuarial, com o intuito de avaliar o impacto no resultado atuarial, foram realizados três cenários de cálculo com critérios que replicam aqueles previstos na EC nº 103/19, inclusos no Relatório da Avaliação Atuarial 2022, como adendo.
11. Entretanto, **caso seja demonstrada a viabilidade orçamentária, financeira e fiscal do plano de custeio do RPPS apurado na Avaliação Atuarial 2022, solicitamos emissão de Decreto que defina para o ano 2022, a Tabela de Reserva a amortizar (Tabela 23 e 23.1 da Avaliação Atuarial 2022), referente ao déficit atuarial do Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Toledo (FAPES), bem como a suplementação da conta 2300 no valor de R\$ 3.505.785,72 (três milhões e quinhentos e cinco mil e setecentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos).**

Respeitosamente,


ROSELI FABRIS DALLA COSTA
Diretora-Executiva do TOLEDOPREV


JALDIR ANJOLETO
Presidente do Conselho de Administração



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Exercício 2022

Unidade gestora: Município de Toledo

Página: 21

FUNÇÃO: 28 ENCARGOS ESPECIAIS
 SUBFUNÇÃO: 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
 PROGRAMA: 0009 ENCARGOS ESPECIAIS
 PROJETO/ATIVIDADE: 28.846.0009.0-035 DESPESAS COM PASEP TOTAL P/A: 6.320.000,00

OBJETIVO: Atender despesa com recolhimento de contribuição ao PASEP.

3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		6.320.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.320.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		6.320.000,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	6.320.000,00	
02250 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	6.280.000,00	
02260 504 504 / 99 / 99 / 0 / 0	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	30.000,00	
02270 512 512 / 99 / 99 / 0 / 0	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	10.000,00	

FUNÇÃO: 28 ENCARGOS ESPECIAIS
 SUBFUNÇÃO: 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
 PROGRAMA: 0009 ENCARGOS ESPECIAIS
 PROJETO/ATIVIDADE: 28.846.0009.0-036 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES TOTAL P/A: 33.026.410,95

OBJETIVO: Atender despesas de exercícios encerrados, para os quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria; Efetuar o pagamento do aporte financeiro ao RPPS.

3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		33.026.410,95
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		1.000,00
3.1.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000,00	
02280 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		33.025.410,95
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		1.000,00
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000,00	
02290 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.91.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		33.024.410,95
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS		33.024.410,95
02300 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	33.024.410,95	

FUNÇÃO: 28 ENCARGOS ESPECIAIS
 SUBFUNÇÃO: 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
 PROGRAMA: 0009 ENCARGOS ESPECIAIS
 PROJETO/ATIVIDADE: 28.846.0009.0-037 DESPESAS COM DECISÕES JUDICIAIS E DÍVIDAS TOTAL P/A: 5.660.797,42

OBJETIVO: Destina-se ao atendimento de despesas decorrentes do pagamento de decisões judiciais referentes a processos de natureza trabalhista, comercial e outras dívidas contraídas pelo Município, bem como despesas de indenizações e restituições trabalhistas.

3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		5.660.797,42
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		100.000,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		100.000,00
3.1.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	100.000,00	
02310 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00	
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.560.797,42
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		5.560.797,42
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	5.560.797,42	
02320 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	5.560.797,42	



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

16
m

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO REFERENTE À ALTERAÇÃO NO PLANO DE AMORTIZAÇÃO PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL DO FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TOLEDO – FAPES

Diante do Resultado apurado na Avaliação Atuarial 2022, que demonstra a necessidade de aporte dos Poderes Executivo e Legislativo, para a cobertura do déficit atuarial do FAPES no exercício 2022 no valor de R\$ 36.530.196,67 (trinta e seis milhões e quinhentos e trinta mil e cento e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos) e R\$ 471.190,06 (quatrocentos e setenta e um mil e cento e noventa reais e seis centavos) respectivamente.

Considerando que a projeção do valor autorizado na Lei Orçamentária deste ano, considerou como índice de inflação 5%, sobre a Tabela de Reserva a Amortizar vigente na data da elaboração da LDO, resulta em uma diferença de R\$ 3.505.785,72 (três milhões e quinhentos e cinco mil e setecentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos), entre a projeção e o valor do aporte corrigido pelo índice de inflação que compõe a meta atuarial, qual seja, o INPC, que foi de 10,16% em 2021,

a tabela abaixo tem o objetivo de demonstrar o valor do aporte para o exercício corrente e os dois próximos anos na data de elaboração da lei orçamentária anual de 2022, após a avaliação atuarial de 2021 e corrigido com o índice da inflação do ano de 2021.

Na sequência, apresenta-se os valores do aporte para os Poderes Executivo e Legislativo e o aporte total para os exercícios de 2022, 2023 e 2024.

Apresenta-se, ainda, o valor orçamentário projetado no Plano Plurianual para os referidos exercícios e o percentual de impacto entre o valor do aporte total em relação ao orçamento projetado em cada exercício.

Por fim, apresenta-se o impacto adicional de 0,48% sobre o orçamento do exercício de 2022, incluso quadro de detalhamento da despesa 2022, com a suplementação necessária para o aporte financeiro ao FAPES.

ANO	Plano de Amortização Decreto 876 (29/07/2020)	Plano de Amortização Decreto 246 (22/09/2021)	Plano de Amortização corrigido (10,16%)
2022	31.852.790,91	33.588.767,91	37.001.386,73
2023	35.586.892,60	37.526.378,24	41.339.058,28
2024	39.320.994,38	41.463.988,58	45.676.729,81

ANO	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO	APORTE TOTAL
2022	36.530.196,67	471.190,06	37.001.386,73
2023	40.812.630,62	526.427,66	41.339.058,28
2024	45.095.064,56	581.665,26	45.676.729,81



MUNICÍPIO DE TOLEDO


Estado do Paraná

17
mm

ANO	ORÇAMENTO (PPA)	ORÇAMENTO X APORTE
2022	728.605.247,56	5,07%
2023	772.533.404,00	5,35%
2024	831.770.015,00	5,49%

ANO	ORÇAMENTO MUNICIPIO	APORTE MUNICIPIO	VALOR A SUPLEMENTAR
2022	33.024.410,95	36.530.247,56	3.505.785,72
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO 2022	4,53%	5,01%	0,48%

Toledo, 7 de junho de 2022.


ROSELI FABRIS DALLA COSTA
Diretora-Executiva do TOLEDOPREV

A **Athena** Atuarial

Relatório da Avaliação Atuarial

Exercício 2022

TOLEDO - PR

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

TOLEDO

FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PUBLICOS
MUNICIPAIS DE TOLEDO - FAPES

Perfil Atuarial: IV

Data Focal da Avaliação Atuarial: 31/12/2021

Nota Técnica Atuarial: 0

Atuária Responsável: Michele Dall'Agnol

Miba: 2991

Versão 01

29/03/2022

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório tem por finalidade apresentar os resultados da avaliação atuarial, na data focal em 31/12/2021, contemplando as normas gerais aplicáveis aos RPPS e a legislação editada pelo ente federativo.

A Avaliação Atuarial tem o objetivo de dimensionar a situação financeiro-atuarial do RPPS, de acordo com a metodologia, hipóteses e premissas constantes na Nota Técnica Atuarial - NTA. A base cadastral recebida dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas vinculados ao RPPS foi fornecida pelo ente federativo ou unidade gestora do RPPS, sendo a veracidade de exclusiva responsabilidade destes. Foi realizada uma análise da qualidade das informações e feitas recomendações, quando necessário, para compor uma base mais fidedigna, conforme o item 6 desse relatório.

O RPPS de TOLEDO na data da avaliação possuía um grupo de 4542 segurados, composto por ativos, aposentados e pensionistas. O somatório dos ativos, bens e direitos destinados a cobertura dos benefícios dos segurados pelo Regime totalizava um montante de R\$ 422.958.018,84. Os benefícios atendidos pelo RPPS hoje são: Aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade, compulsória, especial de professor, invalidez e pensão por morte.

Considerando os benefícios atendidos, o plano de custeio vigente, a metodologia de cálculo e demais variáveis, a avaliação atuarial apurou um déficit atuarial no valor de R\$ 819.928.118,02, o qual deverá ser financiado pelo Ente Federativo, através do custeio suplementar (especial) e, no custo normal foram utilizadas as alíquotas de custeio de 21% para o Ente e para os segurados 14%.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
2. BASE NORMATIVA	4
2.1. NORMAS GERAIS	4
2.2. NORMAS DO ENTE FEDERATIVO	5
3. PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	6
3.1. DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	6
3.2. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	6
3.2.1 Aposentadoria por invalidez	7
3.2.2 Aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória	7
3.2.3 Pensão por morte	8
4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO	11
4.1. DESCRIÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS UTILIZADOS	11
4.2. DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO UTILIZADOS	11
4.3. RESUMO DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS POR BENEFÍCIO	12
5. HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS	12
5.1. TÁBUAS BIOMÉTRICAS	12
5.2. ALTERAÇÕES FUTURAS NO PERFIL E COMPOSIÇÃO DAS MASSAS	13
5.3. ESTIMATIVAS DE REMUNERAÇÕES E PROVENTOS	13
5.4. TAXA DE JUROS ATUARIAL	14
5.5. ENTRADA EM ALGUM REGIME PREVIDENCIÁRIO E EM APOSENTADORIA	14
5.6. COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR	14
5.7. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES	14
5.8. DEMAIS PREMISSAS E HIPÓTESES	15
6. ANÁLISE DA BASE CADASTRAL	15
6.1. DADOS FORNECIDOS E SUA DESCRIÇÃO	15
6.2. SERVIDORES AFASTADOS OU CEDIDOS	18
6.3. ANÁLISE DA QUALIDADE DA BASE CADASTRAL	19
6.4. PREMISSAS ADOTADAS PARA AJUSTE TÉCNICO DA BASE CADASTRAL	20
6.5. RECOMENDAÇÕES PARA A BASE CADASTRAL	21
7 RESULTADO ATUARIAL	22
7.1. ATIVOS GARANTIDORES E CRÉDITOS A RECEBER	22
7.1.2 COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS E CRÉDITOS A RECEBER	22
7.1.3 PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	23



7.2.	PROVISÕES MATEMÁTICAS OU PASSIVO ATUARIAL.....	23
7.3.	PROVISÃO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS.....	23
7.4.	PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER.....	23
7.5.	PROVISÕES MATEMÁTICAS TOTAIS.....	23
7.6.	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	24
7.6.1	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (A RECEBER E A PAGAR).....	24
7.6.2.	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER (A RECEBER E A PAGAR).....	24
7.7.	RESULTADO ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	24
7.8	VALOR ATUAL DAS REMUNERAÇÕES FUTURAS	25
7.9.	BALANÇO ATUARIAL	25
8.	CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO NORMAL POR BENEFÍCIO	26
8.1.	VALORES DAS REMUNERAÇÕES E PROVENTOS ATUAIS	26
8.2.	CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL VIGENTES EM LEI.....	26
8.3.	CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL CALCULADAS POR BENEFÍCIO	27
8.4.	CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL CALCULADAS POR REGIME FINANCEIRO	27
8.5.	CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL A CONSTAREM EM LEI.....	28
9.	EQUACIONAMENTO DO DEFICIT ATUARIAL	28
9.1.	PRINCIPAIS CAUSAS DO DEFICIT ATUARIAL	28
9.2.	CENÁRIOS COM AS POSSIBILIDADES DE EQUACIONAMENTO DO DEFICIT	29
9.2.1	Equacionamento do déficit com a utilização de 35 anos	29
10.	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	34
11.	ANÁLISE DO COMPARATIVO DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS.....	34
12.	AVALIAÇÃO E IMPACTOS DO PERFIL ATUARIAL DO RPPS.....	37
13.	PARECER ATUARIAL.....	37
14.	ANEXOS.....	39

1. INTRODUÇÃO

Na condição de assessoria atuarial contratada para realizar a Avaliação Atuarial do exercício 2022, tendo por base o cadastro dos servidores posicionado em 31/12/2021 e legislação vigente, passam-se a apresentar os resultados no presente relatório referentes ao município de TOLEDO.

Não obstante às exigências dispostas no preenchimento do DRAA – Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial, este relatório apresentará o que segue:

- a) As Reservas Matemáticas, de benefícios a conceder e concedidos, do RPPS que dimensionam o passivo atuarial posicionado em 31/12/2021;
- b) As respectivas Provisões Matemáticas para os posteriores lançamentos contábeis;
- c) O plano de custeio que garantirá o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS;
- d) O Parecer Atuarial conclusivo concernente aos resultados encontrados a fim de orientar o Gestor Público, o Gestor e os Conselheiros do RPPS, a respeito dos compromissos e obrigações fundamentais à boa gestão da Previdência Própria do município de TOLEDO.

2. BASE NORMATIVA

Neste capítulo será apresentado a legislação utilizada na elaboração da avaliação atuarial, contemplando as normas gerais aplicáveis aos RPPS e a legislação editada pelo ente federativo.

2.1. NORMAS GERAIS

A Constituição Federal (CF) estabeleceu que a previdência social no Brasil é baseada em três regimes: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o Regime de Previdência Complementar e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Trata esta avaliação, do RPPS do município de TOLEDO, que é o regime previdenciário destinado aos servidores públicos com vínculo ao respectivo Estatuto do Servidor Público e tem o propósito de

verificar o cumprimento e a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial estabelecido no art. 40 da Carta Magna.

Esta Avaliação Atuarial respeitou as normas gerais de contabilidade e atuária, estabelecidas pelo órgão responsável pela orientação, supervisão e o acompanhamento dos RPPS. Dentre os objetivos deste trabalho está o cumprimento aos dispositivos da CF, a seguir transcritos:

"Art. 149 -

§ 1º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para custeio, em benefício destes, do regime de previdência de que trata o Art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargo efetivo da União.

.....

Art. 195 -

§ 5º - Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado ou majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total"

.....

"Art. 249 - Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desses fundos."

Por sua vez, a Lei nº 9.717/98 e as Portarias do MPS nº 402/08 e 464/18 estabelecem as normas para a organização e o funcionamento dos RPPS dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, bem como o servidor estável, abrangido pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e o admitido até 05 de outubro de 1988, que não tenha cumprido, naquela data, o tempo previsto para aquisição da estabilidade no serviço público.

2.2. NORMAS DO ENTE FEDERATIVO

O município de TOLEDO além de se embasar nas leis federais existentes, também possuiu legislação própria sobre o assunto, onde especifica o funcionamento da Unidade Gestora, define os benefícios cobertos, alíquotas de contribuição, taxa de administração além das demais questões pertinentes ao RPPS.

3. PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

O RPPS de TOLEDO tem seu plano estruturado na modalidade de benefício definido, ou seja, o segurado ao entrar no RPPS já sabe qual será a sua progressão na carreira e com isso tem o valor do benefício previamente estabelecido. Todos os benefícios são custeados pelos segurados ativos, aposentados, pensionistas e pelo Ente Público, conforme a legislação municipal, respeitando a norma federal.

3.1. DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS

Conforme estabelece a Legislação vigente, são os seguintes os benefícios garantidos pelo RPPS:

I – Para os servidores:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria por idade e;
- d) aposentadoria por tempo de contribuição.

II – Para os dependentes:

- a) pensão por morte.

3.2. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

A concessão das aposentadorias e pensões está estabelecida na Constituição Federal, em especial no art. 40, incluindo todas as modificações impostas pelas diferentes Emendas Constitucionais, as quais serviram de parâmetro para simular o momento do benefício a ser concedido. A partir da simulação da concessão do benefício, em conjunto com as premissas apresentadas a seguir, se pode calcular com grande grau de precisão os compromissos futuros do RPPS (reservas matemáticas) e respectiva necessidade de financiamento (plano de custeio).

3.2.1 Aposentadoria por invalidez

Disposta no inciso I, § 1º, art. 40, CF a aposentadoria por invalidez é o benefício que tem regulamentação Constitucional, portanto não é suscetível a nenhuma modificação proposta pela legislação do ente federativo instituidor. Esse benefício tem caráter obrigatório e tem como condição para sua concessão o laudo médico pericial. Tal laudo médico pericial que irá determinar a gravidade da lesão e, a partir desse, será determinado se a renda terá caráter integral ou proporcional.

O direito ao benefício será mantido enquanto permanecer à condição de inválido para a atividade laborativa. Os proventos da aposentadoria por invalidez serão calculados pela média aritmética simples das 80% maiores remunerações de contribuição desde julho de 1994, cujo resultado será proporcionalizado ao tempo de contribuição, exceto se a invalidez for decorrente de acidente de serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, onde o servidor fará jus à integralidade da média.

3.2.2 Aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória

A aposentadoria por idade e tempo de contribuição consistem em uma renda mensal vitalícia ao segurado, visando substituir a remuneração do servidor quando este alcançar a idade mínima estabelecida pela Constituição Federal. As tabelas apresentadas a seguir, resumem os critérios e condições de exigibilidade, sendo as tabelas 1 referente ao quadro geral enquanto a tabela 2 resume critérios do quadro magistério.

A integralidade dos benefícios, por sua vez, corresponde à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo e a paridade significa a revisão dos benefícios na mesma proporção e na mesma data que ocorrer a dos servidores em atividade, sempre que haja modificações. Já os benefícios concedidos com base na média, corresponderão a média aritmética simples das 80% maiores remunerações de contribuição desde julho de 1994, limitado ao último salário do cargo, o que for menor.

Em relação a aposentadoria compulsória é a aposentadoria obrigatória ao atingir a idade de 75 anos e independe da vontade do servidor, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, conforme dispõe o inciso

II, § 1º, art. 40, CF e reajustados na mesma data que se der o reajuste dos benefícios do RGPS.

3.2.3 Pensão por morte

Benefício voltado aos dependentes do servidor falecido, seja na condição de ativo ou inativo. O valor do benefício de pensão será igual ao valor da aposentadoria a que o servidor público teria direito quando ativo ou recebia enquanto aposentado. As pensões por morte devidas aos seus dependentes serão calculadas e reajustadas de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios.

Aos dependentes devem enquadrar-se em uma das seguintes classes: filhos menores de 21 anos ou inválidos, cônjuge, pais do segurado e irmão menor de 21 anos ou inválido (estes últimos quando sob dependência econômica).



3.2.4 Regras de Aposentadorias

Tabela 1.1 - Regras de Aposentadorias - Quadro Geral - Sexo Feminino

Regra	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Transição	Transição	Transição	Permanente	Permanente
Aposentadoria	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Por Idade	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Por Idade
Legislação	Art.8º, EC 20	§1º, art.8º, EC 20	a, III, §1º, art.40, CF	b, III, §1º, art.40, CF	art.2º, EC 41	art.3º, EC 47	art.6º, EC 41	a, III, §1º, art.40, CF	b, III, §1º, art.40, CF
Idade	48 Anos	48 Anos	55 Anos	60 Anos	48 Anos	Id+TC²=85 anos	55 Anos	55 Anos	60 Anos
Tempo Contribuição	30 Anos	25 Anos	30 Anos		30 Anos		30 Anos	30 Anos	
Pedágio	20%	40%			20%				
Tempo Serviço Público			10	10		25	20	10	10
Tempo Carreira						15	10		
Tempo Cargo	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Ingresso	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 31/12/2003	A partir de 01/01/2004	A partir de 01/01/2004
Cumprimento Requisitos	Até 31/12/2003	Até 31/12/2003	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Vigência da EC 41/03	Vigência da EC 47/05	Vigência da EC 41/03		
Provento	Integral	Proporcional	Integral	Proporcional	Média e Reduzida³	Integral	Integral	Média	Média e Proporcional
Reajuste	Paridade	Paridade	Paridade	Paridade	Índice	Paridade	Paridade	Índice	Índice

Tabela 1.2 - Regras de Aposentadorias - Quadro Geral - Sexo Masculino

Regra	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Transição	Transição	Transição	Permanente	Permanente
Aposentadoria	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Por Idade	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Por Idade
Legislação	Art.8º, EC 20	§1º, art.8º, EC 20	a, III, §1º, art.40, CF	b, III, §1º, art.40, CF	art.2º, EC 41	art.3º, EC 47	art.6º, EC 41	a, III, §1º, art.40, CF	b, III, §1º, art.40, CF
Idade	53 Anos	53 Anos	60 Anos	65 Anos	53 Anos	Id+TC²=95 anos	60 Anos	60 Anos	65 Anos
Tempo Contribuição	35 Anos	30 Anos	35 Anos		35 Anos		35 Anos	35 Anos	
Pedágio	20%	40%			20%				
Tempo Serviço Público			10	10		25	20	10	10
Tempo Carreira						15	10		
Tempo Cargo	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Ingresso	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 31/12/2003	A partir de 01/01/2004	A partir de 01/01/2004
Cumprimento Requisitos	Até 31/12/2003	Até 31/12/2003	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Vigência da EC 41/03	Vigência da EC 47/05	Vigência da EC 41/03		
Provento	Integral	Proporcional	Integral	Proporcional	Média e Reduzida³	Integral	Integral	Média	Média e Proporcional
Reajuste	Paridade	Paridade	Paridade	Paridade	Índice	Paridade	Paridade	Índice	Índice

1. Pedágio é período adicional de contribuição, equivalente aos percentuais especificados acima, que o servidor terá que cumprir ao que faltaria para atingir o limite de tempo de contribuição exigido, na data de publicação da EC/20 para completar os requisitos da aposentadoria.

2. Tempo de Contribuição – TC mínimo de 35 anos para homens e 30 anos para mulheres.

3. Provento reduzido para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos para aposentadoria voluntária na proporção de 3,5% e 5% para aqueles que completarem as exigências para aposentadoria até 31/12/2005 e até 01/01/2006, respectivamente.

Tabela 2.1 - Regras de Aposentadorias - Quadro Magistério - Sexo Feminino

Regra	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Transição	Transição	Permanente
Aposentadoria	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Voluntária
Legislação	Art.8º, EC 20	§1º, art.8º, EC 20	a, III, §1º, art.40, CF	art.2º, EC 41	art.6º, EC 41	a, III, §1º, art.40, CF
Idade	48 Anos	48 Anos	50 Anos	48 Anos	50 Anos	50 Anos
Tempo Contribuição	30 Anos	25 Anos	25 Anos	30 Anos	25 Anos	25 Anos
Pedágio	20%	40%		20%		
Bônus	20%	20%		20%		
Tempo Serviço Público			10		20	10
Tempo Carreira					10	
Tempo Cargo	5	5	5	5	5	5
Ingresso	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 31/12/2003	A partir de 01/01/2004
Cumprimento Requisitos	Até 31/12/2003	Até 31/12/2003	Até 16/12/1998	Vigência da EC 41/03	Vigência da EC 41/03	
Provento	Integral	Proporcional	Integral	Média e Reduzida	Integral	Média
Reajuste	Paridade	Paridade	Paridade	Índice	Paridade	Índice

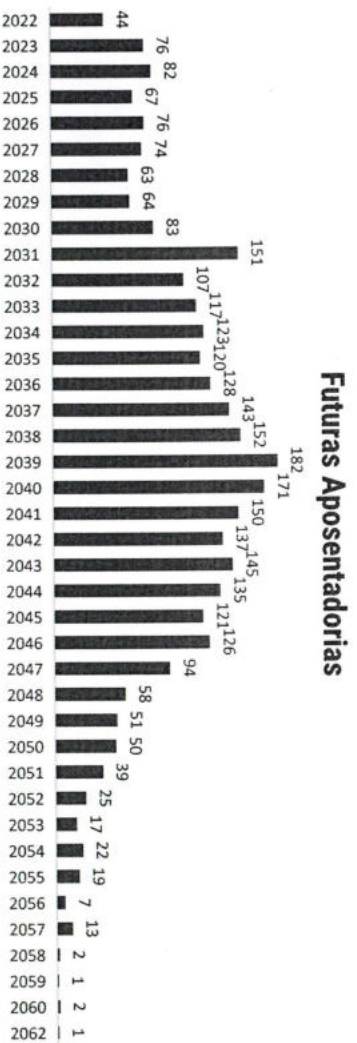
Tabela 2.2 - Regras de Aposentadorias - Quadro Magistério - Sexo Masculino

Regra	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Transição	Transição	Permanente
Aposentadoria Legislação Idade	Voluntária Art.8º, EC 20 53 Anos	Voluntária §1º, art.8º, EC 20 53 Anos	Voluntária a, III, §1º, art.40, CF 55 Anos	Voluntária art.2º, EC 41 53 Anos	Voluntária art.6º, EC 41 55 Anos	Voluntária a, III, §1º, art.40, CF 55 Anos
Tempo Contribuição	35 Anos	30 Anos	30 Anos	35 Anos	30 Anos	30 Anos
Pedágio	20%	40%		20%		
Bônus	17%	17%		17%		
Tempo Serviço Público			10		20	10
Tempo Carreira					10	
Tempo Cargo	5	5	5	5	5	5
Ingresso	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 31/12/2003	A partir de 01/01/2004
Cumprimento Requisitos	Até 31/12/2003	Até 31/12/2003	Até 16/12/1998	Vigência da EC 41/03	Vigência da EC 41/03	
Provento	Integral	Proporcional	Integral	Média e Reduzida	Integral	
Reajuste	Paridade	Paridade	Paridade	Índice	Paridade	Média Índice

1. Bônus é o acréscimo de 17%, se homem e 20%, se mulher ao tempo de serviço exercido até 16/12/1998, antes do cálculo do pedágio e desde que se aposentem, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

3.2.5 Futuras Aposentadorias

Fundamentado na base cadastral fornecida pelo ente, regras acima e legislação vigente, segue abaixo o gráfico com as futuras aposentadorias distribuídas por ano dos 3238 ativos.



4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Os itens abaixo serão relacionados com os regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados na avaliação atuarial para o plano de benefício definido (BD).

4.1. DESCRIÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS UTILIZADOS

- a) Regime Financeiro de Capitalização (CAP): Este regime tem como característica a constituição de reserva técnica através das contribuições determinadas suficientes e necessárias para custear, durante a fase laborativa, a aposentadoria do segurado.
- b) Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura (RCC): Nessa modalidade, as receitas arrecadadas em um período determinado, devem ser suficientes para cobrir a despesa gerada no mesmo período e até o seu fim. Não há benefícios previdenciários nesta modalidade utilizado nessa avaliação atuarial.
- c) Regime Financeiro de Repartição Simples (RS): No regime de Repartição Simples o funcionamento é como um regime de caixa, ou seja, na medida que a despesa ocorre, ela deve ser paga no mesmo instante, portanto, não há formação de reserva. Não há benefícios previdenciários nesta modalidade utilizado nessa avaliação atuarial.

4.2. DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO UTILIZADOS

Os regimes financeiros são métodos de financiamento elaborados para garantir o cumprimento das obrigações assumidas por planos de benefícios. O método utilizado no regime de capitalização para apuração do passivo atuarial e custos do plano é o método de Idade Normal de Entrada (INE).

O INE pressupõe como benefício projetados é financiado de maneira que seja produzido um custo anual nivelado entre a idade de entrada do participante e a idade de aposentadoria. Para esse método, as variações na idade média atual geram impacto desprezível no Custo Normal do benefício de aposentadoria, realizado de forma individualizada. Quando o método de financiamento é o INE, o custo de aposentadoria é constante.



Para qualquer metodologia de cálculo, o envelhecimento do grupo de servidores ativos implica em aumento nos valores de reservas de benefícios a conceder. Tal fato ocorre, em razão de que a reserva financeira, calculada para pagamento dos benefícios previdenciários futuros, é financiada entre a idade de ingresso no RPPS (ou ingresso em outro regime de previdência, quando informado) e a concessão do benefício ao segurado (aposentadoria).

4.3. RESUMO DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS POR BENEFÍCIO

Tabela 3 – Benefícios e Regimes Financeiros

Benefícios	Responsabilidade	Regime
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Idade e Compulsória	Sim	CAP/INE
Aposentadoria por Invalidez	Sim	CAP/INE
Pensão por Morte de Ativo	Sim	CAP/INE
Pensão por Morte de Aposentado Válido	Sim	CAP/INE
Pensão por Morte de Aposentado Inválido	Sim	CAP/INE

(1) Regime Financeiro: CAP = Regime Financeiro de Capitalização
Método de Financiamento: INE = Idade de Normal de Entrada.

5. HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS

As hipóteses e premissas atuariais estão dispostas nos artigos 15 a 20 da Portaria MPS nº 464/2018 abrangendo o relatório das hipóteses atuariais que devem possuir resultados dos estudos técnicos de aderência a serem estruturados conforme Instrução Normativa nº09/2018.

A Portaria MPS nº 464/2018 informa em seu artigo 15:

O ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial deverão eleger conjuntamente as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas à situação do plano de benefícios e aderentes às características da massa de beneficiários do regime para o correto dimensionamento dos seus compromissos futuros, obedecidos os parâmetros mínimos de prudência estabelecidos nesta Portaria, que poderão ser revistos por instrução normativa da Secretaria de Previdência.

5.1. TÁBUAS BIOMÉTRICAS

A tabela de mortalidade determina o período que cada servidor irá viver a partir da data-base (focal) do cálculo atuarial. Já a tabela de entrada em invalidez

mede a probabilidade de um indivíduo, em função de sua idade, entrar em invalidez. As tomadas de decisões das hipóteses citadas influenciam durante anos o ente federado.

- a) Tábua de Mortalidade de Válidos - Fase Laborativa: IBGE 2020 – segregada por sexo.
- b) Tábua de Mortalidade de Válido - Fase pós Laborativa: IBGE 2020 – segregada por sexo.
- c) Tábua de Mortalidade de Inválido: IBGE 2020 – segregada por sexo.
- d) Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas.
- e) Tábua de Morbidez: Não se aplica.

5.2. ALTERAÇÕES FUTURAS NO PERFIL E COMPOSIÇÃO DAS MASSAS

Nesse item será abordada a alteração do perfil da massa de segurados, seja por rotatividade, seja por reposição, oriundas das exonerações, falecimentos e aposentadorias. Onde:

- a) Rotatividade: Não se aplica.
- b) Expectativa de reposição de segurados ativos: 1:1

5.3. ESTIMATIVAS DE REMUNERAÇÕES E PROVENTOS

A taxa real de crescimento é uma premissa fundamental para obtenção de uma avaliação atuarial consistente. Refere-se à taxa com que os salários, em média, crescerão ao longo do tempo de permanência do servidor no RPPS. A inflação acumulada, assim como os aumentos por mérito, está intimamente relacionada com a evolução salarial.

- a) Taxa real de crescimento da remuneração por mérito e produtividade: 1%
- b) Taxa real do crescimento dos proventos: 0,00%



5.4. TAXA DE JUROS ATUARIAL

A taxa de juros de capitalização e descapitalização utilizada nesta avaliação foi de 4,89% ao ano. Este valor foi definido por ser o menor percentual entre o permitido na Portaria nº 6.132/2021 da SPREV e o determinado na Política de Investimentos do Município.

5.5. ENTRADA EM ALGUM REGIME PREVIDENCIÁRIO E EM APOSENTADORIA

- a) Idade estimada de ingresso em algum regime previdenciário: Inexistindo, na base cadastral, informações sobre o tempo de contribuição do segurado ativo anterior ao seu ingresso no ente federativo, sua apuração será obtida pela diferença entre a idade do segurado na data de ingresso no ente ou de vinculação ao RPPS e a idade de 25 (vinte e cinco) anos. (§ 1º, artigo 28 da Portaria nº 464/2018).
- b) Idade estimada de entrada em aposentadoria programada: adotou-se a hipótese do servidor completar todas as condições de elegibilidade, de acordo com as informações no cadastro fornecido pelo ente federativo ou unidade gestora do RPPS.

5.6. COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

A composição familiar impacta diretamente no cálculo do valor das pensões. Essa premissa pode ser definida de acordo com a realidade dos segurados, em função dos dados cadastrais recebidos por essa consultoria, caso esteja disponível e possua qualidade satisfatória. Caso contrário, pode-se utilizar uma composição familiar teórica padronizada em função da idade e sexo, definida e aplicada através de uma tábua biométrica intitulada Hx.

Na falta de informação, considerou-se a diferença de idade entre titular e cônjuge em 3 anos. Logo, na diferença de idade entre titular "x" e cônjuge "y", considera-se que para titular masculino, $y = x - 3$ e para o titular feminino, $y = x + 3$.

5.7. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES

A Compensação Previdenciária - COMPREV é um acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência



Social (RPPS). Os Municípios, ao instituir o RPPS, geram o direito de se compensar financeiramente com o RGPS. Isso porque seus servidores, anteriormente à instituição do RPPS, eram segurados do RGPS e, portanto, contribuíram por algum tempo àquele regime, conhecido como Compensação a receber.

Do mesmo modo, ocorre o movimento contrário, em que o servidor sai do RPPS e vai para a iniciativa privada (RGPS), então o RPPS passa a ser devedor, gerando o Compensação a Pagar.

5.8. DEMAIS PREMISSAS E HIPÓTESES

- a) Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações e proventos: A metodologia encontra-se descrita na Nota Técnica Atuarial.
- b) Benefícios a conceder com base na média das remunerações ou com base na última remuneração: A maioria dos benefícios concedidos pelo RPPS até então, são aposentadorias por integralidade. Entretanto, as admissões de servidores a partir de 2004, geram benefícios pela média. Embora, atualmente ainda não estejam ocorrendo em grande quantidade, no contexto atuarial representam 87,46% como regra provável de aposentadoria dos atuais servidores ativos. A partir do momento em que for observado uma quantidade maior de benefícios oriundos desta regra, a hipótese deverá ser revista para se adequar a realidade.
- c) Estimativa do crescimento real do teto de contribuição do RGPS: Não se aplica.

6. ANÁLISE DA BASE CADASTRAL

Os dados dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas vinculados ao RPPS de TOLEDO foram fornecidos pelo ente federativo ou unidade gestora do RPPS, sendo sua veracidade de exclusiva responsabilidade destes. Foi realizada uma análise da qualidade das informações e feitas recomendações, quando necessário, para compor uma base mais fidedigna, conforme descrito nos capítulos a seguir.

6.1. DADOS FORNECIDOS E SUA DESCRIÇÃO

A base cadastral fornecida pelo RPPS de TOLEDO, estava posicionada em 31/12/2021. Foram realizadas validações das informações que indicaram a

15

necessidade de correção para possibilitar a realização da avaliação. Analisamos e validamos os dados encaminhados após constatarmos que não haviam inconsistências.

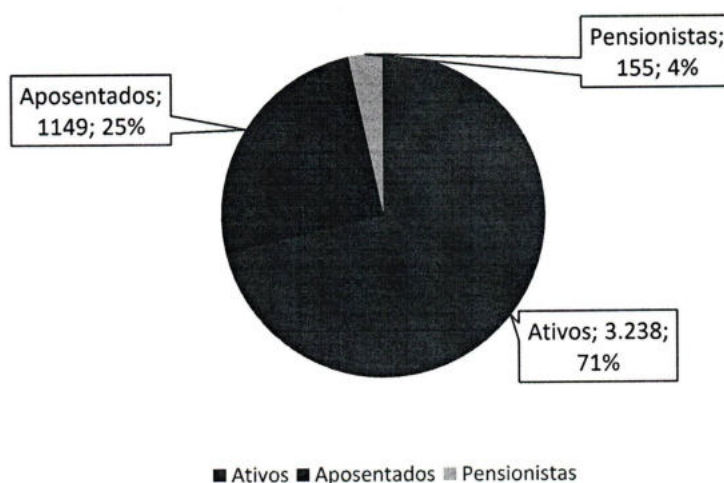
Os segurados do RPPS estavam distribuídos da seguinte forma:

Tabela 4 – Estatísticas da População Coberta

POPULAÇÃO COBERTA	QUANTIDADE		REMUNERAÇÃO MÉDIA		IDADE MÉDIA	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
ATIVOS	2524	714	3.232,46	4.329,50	42	43
Aposentados por Tempo de Contribuição	788	133	5.348,39	5.097,25	63	70
Aposentados por Idade	80	18	1.668,29	3.048,29	71	75
Aposentados Compulsoriamente	3	3	1.141,98	2.439,11	80	77
Aposentadoria Especial Professor	6	1	5.302,96	6.193,77	53	57
Outras aposentadorias Especiais	3	1	4.671,79	5.721,99	53	59
Aposentados por Invalidez	98	15	2.385,27	2.944,82	63	63
PENSIONISTAS	98	57	2.296,33	2.639,85	68	57

Para demonstrar a distribuição do grupo, segue abaixo gráficos.

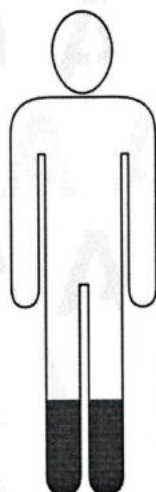
Distribuição do Grupo



Distribuição por Gênero - Grupo

Masculino

21%

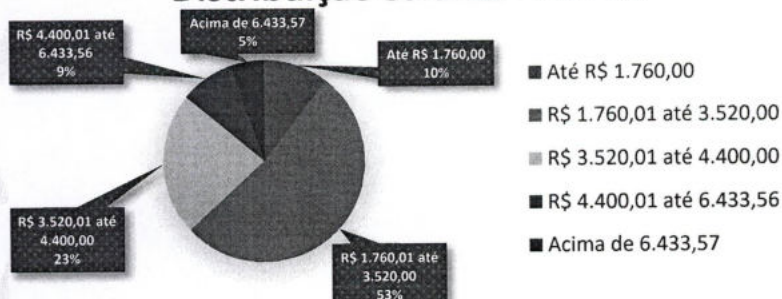


Feminino

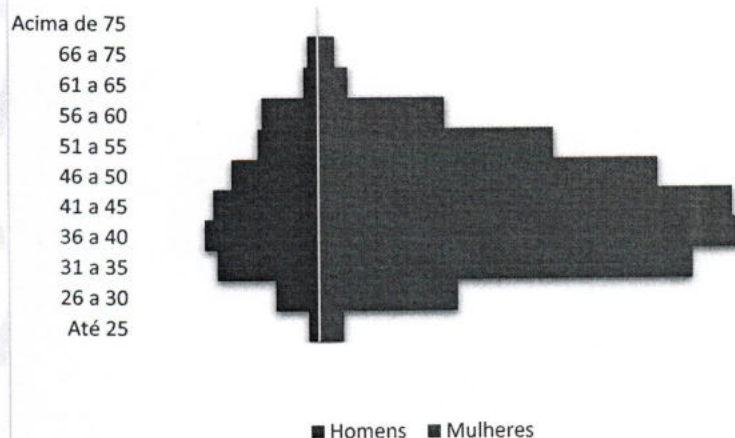
79%



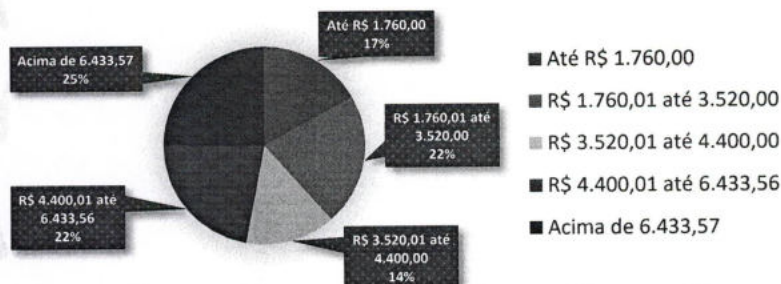
Distribuição Salarial - Ativos



Pirâmide Etária - Ativos



Distribuição Salarial - Aposentados



Distribuição Salarial - Pensionistas

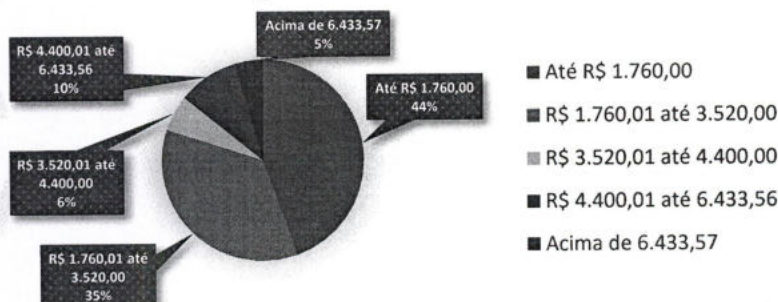


Tabela 5 – Proporção entre Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas

Ativos	Aposentados e Pensionistas	Proporção Ativos / Aposentados e Pensionistas
71,29%	28,71%	2,5

Ao se analisar os dados das tabelas acima, observa-se que os ativos representam 71,29% do grupo total, enquanto os inativos e pensionistas representam 28,71%. Quando se analisa a proporção de ativos por aposentados e pensionistas, que influenciará diretamente nos custos atuariais e no equilíbrio financeiro e atuarial, constata-se que é de 2,48 para cada 1, respectivamente.

6.2. SERVIDORES AFASTADOS OU CEDIDOS

Com base nos dados fornecidos no cadastro, é informada a quantidade, se existente, de servidores afastados e/ou cedidos para outros entes federativos, conforme os códigos enviados na base cadastral. Sendo assim, foram desconsiderados a quantidade abaixo:

- Servidores afastados: 6
- Servidores cedidos: 0



Segue abaixo a tabela dos ativos e a descrição dos códigos.

Nº	Grupo	Matricula/CPF	Sexo	Condição	Código	Data de nascimento	Data de admissão	Salário
1	Ativo	937921	2	1	9	25/05/1981	09/06/2016	R\$ 1.294,35
2	Ativo	593311	2	1	5	24/06/1976	05/08/1996	R\$ 2.764,62
3	Ativo	775621	2	1	3	25/01/1971	08/09/2010	R\$ 2.030,19
4	Ativo	851291	1	1	5	18/02/1963	02/04/2013	R\$ 4.626,52
5	Ativo	572821	2	1	3	08/08/1967	01/07/1994	R\$ 5.064,87
6	Ativo	866221	1	1	5	30/08/1983	09/10/2013	R\$ 4.857,59

Descrição Código

- 1 - Em Exercício
- 2 - Licenciado(a) com Remuneração
- 3 - Licenciado(a) sem Remuneração
- 4 - Cedido(a) com Ônus
- 5 - Cedido(a) sem Ônus
- 6 - Requisitado(a) com Ônus
- 7 - Requisitado(a) sem Ônus
- 8 - Em Disponibilidade
- 9 - Afastado Mandato Eletivo
- 10 - Recluso ou Detido
- 11 - Outros

6.3. ANÁLISE DA QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

a) Atualização da base cadastral

Conforme foi informado pelo Ente, a última atualização cadastral dos servidores e pensionistas foi realizada em 05/12/2021.

b) Amplitude da base cadastral

Tabela 6 – Amplitude da Base Cadastral

Grupo	Descrição	Consistência da Base	Compleitude da Base
Ativos	Identificação do Segurado Ativo	76% - 100%	76% - 100%
	Sexo	76% - 100%	76% - 100%
	Estado Civil	76% - 100%	76% - 100%
	Data de Nascimento	76% - 100%	76% - 100%
	Data de Ingresso no ENTE	76% - 100%	76% - 100%
	Identificação de cargo atual	76% - 100%	76% - 100%
	Base de Cálculo	76% - 100%	76% - 100%
	Tempo de Contribuição para o RGPS	51% - 75%	51% - 75%
	Tempo de Contribuição para outros	0% - 25%	0% - 25%
	Data de Nascimento do Cônjuge	51% - 75%	51% - 75%
	Número de Dependentes	51% - 75%	51% - 75%
Aposentados	Identificação do Aposentado	76% - 100%	76% - 100%
	Sexo	76% - 100%	76% - 100%
	Estado Civil	76% - 100%	76% - 100%
	Data de Nascimento	76% - 100%	76% - 100%
	Data de Nascimento do Cônjuge	51% - 75%	51% - 75%

Pensionistas	Data de Nascimento do Dependente	0% - 25%	0% - 25%
	Valor do Benefício	76% - 100%	76% - 100%
	Condição do aposentado	76% - 100%	76% - 100%
	Tempo de contribuição para o RPPS	76% - 100%	76% - 100%
	Tempo de contribuição para outros	0% - 25%	0% - 25%
	Valor Mensal da Compensação	26% - 50%	26% - 50%
	Número de Dependentes	51% - 75%	51% - 75%
	Identificação do Pensionista	76% - 100%	76% - 100%
	Número de Pensionista	76% - 100%	76% - 100%
	Sexo do Pensionista	76% - 100%	76% - 100%
	Data de Nascimento	76% - 100%	76% - 100%
	Valor do Benefício	76% - 100%	76% - 100%
	Condição do Pensionista	76% - 100%	76% - 100%
	Duração do Benefício	76% - 100%	76% - 100%

c) Consistência da base cadastral

Após a análise das informações, testes de verificação e sanadas todas as falhas possíveis, considerou-se que a base é consistente e suficiente para se alcançar os objetivos do presente estudo atuarial.

6.4. PREMISSAS ADOTADAS PARA AJUSTE TÉCNICO DA BASE CADASTRAL

A tabela abaixo informa quais foram as premissas adotadas e os critérios de ajuste utilizados na base de dados cadastrais quando não atingido 50% de preenchimento.

Tabela 7 – Premissas adotadas na base cadastral

Grupo	Descrição	Premissas utilizadas
Ativos	Identificação do Segurado Ativo	
	Sexo	
	Estado Civil	
	Data de Nascimento	
	Data de Ingresso no ENTE	
	Identificação de cargo atual	
	Base de Cálculo	
	Tempo de Contribuição para o RGPS	(2)
	Tempo de Contribuição para outros RPPS	(3)
	Data de Nascimento do Cônjuge	(1)
	Número de Dependentes	
Aposentados	Identificação do Aposentado	
	Sexo	
	Estado Civil	



	Data de Nascimento	
	Data de Nascimento do Cônjuge	(1)
	Data de Nascimento do Dependente mais novo	
	Valor do Benefício	
	Condição do aposentado	
	Tempo de contribuição para o RPPS	
	Tempo de contribuição para outros Regimes	
	Valor Mensal da Compensação Previdenciária	
	Número de Dependentes	
Pensionistas	Identificação do Pensionista	
	Número de Pensionista	
	Sexo do Pensionista	
	Data de Nascimento	
	Valor do Benefício	
	Condição do Pensionista	
	Duração do Benefício	

(1) Na falta de informação, considerou-se a diferença de idade entre titular e cônjuge em 3 anos. Logo, na diferença de idade entre titular "x" e cônjuge "y", considera-se que para titular masculino, $y = x - 3$ e para o titular feminino, $y = x + 3$.

(2) Inexistindo, na base cadastral, informações sobre o tempo de contribuição do segurado ativo anterior ao seu ingresso no ente federativo, sua apuração será obtida pela diferença entre a idade do segurado na data de ingresso no ente ou de vinculação ao RPPS e a idade de 25 (vinte e cinco) anos, conforme § 1º, artigo 28 da Portaria nº 464/2018.

(3) Não foi considerado tempo de contribuição para outro RPPS.

6.5. RECOMENDAÇÕES PARA A BASE CADASTRAL

A base de dados do município é o principal pilar da avaliação atuarial, portanto, a sua atualização constante é de suma importância para que o resultado obtido possa ser o mais fidedigno à realidade do RPPS.

Com base nas informações recebidas pela Unidade Gestora e após a análise e feitas todas as verificações possíveis, considerou-se que a base é confiável e suficiente para se alcançar os objetivos do presente estudo atuarial. Contudo, sublinha-se que um recadastramento periódico junto aos servidores ativos, aposentados e pensionistas é de suma importância para que se obtenha os dados cadastrais e funcionais os mais fidedignos possíveis para a próxima avaliação atuarial do município.

A existência de base cadastral sólida é essencial para apuração de resultados que retratem a realidade atuarial do RPPS.

7 RESULTADO ATUARIAL

A partir da definição e aplicação das Premissas e Diretrizes Atuariais apresentadas no item 2, da aplicação das fórmulas matemáticas constantes na Nota Técnica Atuarial deste RPPS, sobre a base cadastral recebida do Ente posicionada em Dezembro/2021, passou-se a mensurar as Reservas Matemáticas que representam, na sua totalidade, o passivo atuarial do RPPS. Este passivo, quando confrontado com os ativos do Plano – que são as reservas financeiras, bens e direitos – resultarão em superávit, déficit ou equilíbrio do Plano Previdenciário em estudo.

7.1. ATIVOS GARANTIDORES E CRÉDITOS A RECEBER

Os ativos garantidores são compostos pelos bens e direitos do plano e constituem-se basicamente por:

- Aplicações em Fundos de Investimentos;
- Saldo em Conta Corrente;
- Parcelamentos de Débitos Previdenciários;
- Imóveis.

7.1.2 COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS E CRÉDITOS A RECEBER

De acordo com o demonstrativo das aplicações do mês de dezembro, a composição dos ativos financeiros encontra-se distribuída da seguinte forma:

Tabela 8 – Ativos Garantidores

ATIVOS	R\$ 422.958.018,84	100,00%
Aplicações em Segmento de Renda Fixa	R\$ 320.021.668,89	75,66%
Aplicações em Segmento de Renda Variável	R\$ 67.513.271,62	15,96%
Aplicações em Segmento de Investimentos no Exterior	R\$ 35.221.947,27	8,33%
Aplicações em Enquadramento	R\$ 0,00	0,00%
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento	R\$ 0,00	0,00%
Demais Bens, direitos e ativos	R\$ 201.131,06	0,05%



7.1.3 PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Na data focal da avaliação atuarial o ente federativo não possuía uma dívida confessa para com o Regime Próprio e, portanto, o RPPS não é credor de valores frente ao ente.

7.2. PROVISÕES MATEMÁTICAS OU PASSIVO ATUARIAL

São constituídas pelos valores devidos pelo Regime Próprio aos seus segurados. A seguir apresentaremos o valor presente de todos os compromissos futuros do plano.

7.3. PROVISÃO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Tabela 10 – Provisões Matemáticas - Benefícios Concedidos

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	VABF	VACF	PROVISÃO
APOSENTADORIAS PROGRAMADAS	778.075.614,61	12.443.670,84	765.631.943,77
APOSENTADORIAS PROFESSOR	6.427.044,34	0,00	6.427.044,34
OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	3.314.670,33	0,00	3.314.670,33
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	40.490.849,74	0,00	40.490.849,74
PENSÕES POR MORTE	43.049.059,38	100.045,35	42.949.014,03
SUBTOTAL	871.357.238,40	12.543.716,19	858.813.522,21

7.4. PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER

Tabela 11 – Provisões Matemáticas - Benefícios a Conceder

BENEFÍCIOS A CONCEDER	VABF	VACF	PROVISÃO
APOSENTADORIAS PROGRAMADAS	406.783.088,77	220.351.442,72	186.431.646,05
APOSENTADORIAS PROFESSOR	357.063.071,82	153.083.943,56	203.979.128,26
OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	46.959.008,41	18.131.307,38	28.827.701,03
PENSÃO POR MORTE DE SEGURADO ATIVO	72.345.529,91	34.695.617,03	37.649.912,88
PENSÃO POR MORTE DE APOSENTADO	79.582.413,72	12.359.785,66	67.222.628,06
PENSÃO POR MORTE DE INVÁLIDO	86.071,17	23.242,29	62.828,88
SUBTOTAL	962.819.183,80	438.645.338,64	524.173.845,16

7.5. PROVISÕES MATEMÁTICAS TOTAIS

Tabela 12 – Provisões Matemáticas Total

BENEFÍCIOS A CONCEDER	VABF	VACF	PROVISÃO
APOSENTADORIAS PROGRAMADAS	406.783.088,77	220.351.442,72	186.431.646,05
APOSENTADORIAS PROFESSOR	357.063.071,82	153.083.943,56	203.979.128,26
OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	46.959.008,41	18.131.307,38	28.827.701,03
PENSÃO POR MORTE DE SEGURADO ATIVO	72.345.529,91	34.695.617,03	37.649.912,88
PENSÃO POR MORTE DE APOSENTADO	79.582.413,72	12.359.785,66	67.222.628,06
PENSÃO POR MORTE DE INVÁLIDO	86.071,17	23.242,29	62.828,88

23



SUBTOTAL	962.819.183,80	438.645.338,64	524.173.845,16
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	VABF	VACF	PROVISÃO
APOSENTADORIAS PROGRAMADAS	778.075.614,61	12.443.670,84	765.631.943,77
APOSENTADORIAS PROFESSOR	6.427.044,34	0,00	6.427.044,34
OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	3.314.670,33	0,00	3.314.670,33
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	40.490.849,74	0,00	40.490.849,74
PENSÕES POR MORTE	43.049.059,38	100.045,35	42.949.014,03
SUBTOTAL	871.357.238,40	12.543.716,19	858.813.522,21
TOTAL	1.834.176.422,20	451.189.054,83	1.382.987.367,37

7.6. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A Compensação Previdenciária destina-se a compensar financeiramente o RPPS relativamente ao tempo de contribuição do segurado em outro RPPS ou para o RGPS. A metodologia de cálculo destes valores e premissas estão descritos na Nota Técnica Atuarial do respectivo município.

7.6.1 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (A RECEBER E A PAGAR)

Para os benefícios concedidos, a compensação a receber foi estimada em R\$ 69.708.579,07. Enquanto a compensação a pagar ficou em R\$ 1.019.992,18.

7.6.2. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER (A RECEBER E A PAGAR)

Para os benefícios a conceder, a compensação a receber foi estimada em R\$ 77.025.534,71. Enquanto a compensação a pagar ficou em R\$ 5.612.891,09, sendo que, sua estimativa foi feita com os dados dos exonerados do Ente Federativo, desde a instituição do RPPS.

7.7. RESULTADO ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Tabela 13 – Resultado Atuarial

RESULTADOS	TOTAL (R\$)
PMBAC (1)	524.173.845,16
PMBC (2)	858.813.522,21
Provisão Matemática Total (3=1+2)	1.382.987.367,37
Compensação Financeira (4)	140.101.230,51
Ativo do Plano (5)	422.958.018,84
Resultado Atuarial (6 = 3-4-5)	819.928.118,02

7.8 VALOR ATUAL DAS REMUNERAÇÕES FUTURAS

Os valores atuais das remunerações futuras serão determinados por processo atuarial, correspondendo ao somatório dos valores projetados das remunerações dos segurados ativos durante o período laborativo. A expressão utilizada para o valor atual dos salários futuros (VASF) encontra-se na Nota Técnica Atuarial deste RPPS.

7.9. BALANÇO ATUARIAL

Neste capítulo apresentamos os resultados atuariais em relação as alíquotas vigentes e de equilíbrio.

Tabela 14 – Alíquotas de Contribuição

DESCRIÇÃO	Alíquota normal vigente em lei	Alíquota normal de equilíbrio
Alíquota Normal (patronal + servidor) (A)	35,00%	35,00%
Desconto das alíquotas dos benefícios calculados por RS, RCC e taxa de adm. (B)	0,00%	0,00%
Alíquota Normal por regime de capitalização para apuração dos resultados atuariais (C = A - B)	35,00%	35,00%

Tabela 15 – Composição dos Ativos Garantidores

DESCRIÇÃO	Valores
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	R\$ 422.958.018,84
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	R\$ 320.021.668,89
Aplicações em Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados - RPPS	R\$ 67.513.271,62
Aplicações em Segmento de Investimentos no Exterior - RPPS	R\$ 35.221.947,27
Aplicações em Enquadramento - RPPS	R\$ 0,00
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento - RPPS	R\$ 0,00
Demais Bens, direitos e ativos	R\$ 201.131,06

Tabela 16 – Provisões Matemáticas

PROVISÃO MATEMÁTICA - TOTAL	Valores com alíquotas vigentes	Valores com alíquotas de equilíbrio
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC	R\$ 858.813.522,21	R\$ 858.813.522,21
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Concedidos	R\$ 871.357.238,40	R\$ 871.357.238,40
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Ente)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Servidores)	R\$ 12.543.716,19	R\$ 12.543.716,19
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC	R\$ 524.173.845,16	R\$ 524.173.845,16
Valor Atual dos Benefícios Futuros - a Conceder	R\$ 962.819.183,80	R\$ 962.819.183,80
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Ente)	R\$ 263.187.203,18	R\$ 263.187.203,18
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Servidores)	R\$ 175.458.135,46	R\$ 175.458.135,46
AJUSTE DA PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS E A CONCEDER REFERENTE À COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA		
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios Concedidos	R\$ 1.019.992,18	R\$ 1.019.992,18
(-) Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios Concedidos	R\$ 69.708.579,07	R\$ 69.708.579,07
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios a Conceder	R\$ 5.612.891,09	R\$ 5.612.891,09
(-) Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios a Conceder	R\$ 77.025.534,71	R\$ 77.025.534,71

25



Resultado Atuarial		
Superavit Escritural	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reserva para Ajuste do Plano	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Deficit	-R\$ 819.928.118,02	-R\$ 819.928.118,02
Deficit Equacionado:	R\$ 731.723.583,98	R\$ 731.723.583,98
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 731.723.583,98	R\$ 731.723.583,98
Valor Atual da Cobertura da Insuficiência Financeira	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Deficit Atuarial a Equacionar	-88.204.534,04	-88.204.534,04

O município possui em lei o plano de amortização para o equacionamento do déficit atuarial. O montante correspondente ao valor presente dos aportes deste plano de amortização é de R\$ 731.723.523,98, porém, este valor é menor que o déficit atuarial encontrado na presente avaliação, portanto, o déficit equacionado corresponde exatamente ao valor do plano de amortização estabelecido em lei e ainda fica um déficit atuarial a equacionar no valor de R\$ 88.204.534,04.

8. CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO NORMAL POR BENEFÍCIO

8.1. VALORES DAS REMUNERAÇÕES E PROVENTOS ATUAIS

Tabela 17 – Remuneração e Proventos

Categorias	Valor Mensal - Estatísticas da População Coberta	Valores Anuais
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	11.249.992,25	146.249.899,25
Total das Parcelas dos Proventos de Aposentadoria que superam o Limite Máximo do RGPS	577.282,94	7.504.678,22
Total das Parcelas das Pensões Por Morte que superam o Limite Máximo do RGPS	6.465,82	84.055,66
TOTAL	11.833.741,01	153.838.633,13

8.2. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL VIGENTES EM LEI

O plano de custeio está vigente nas Leis 2067 de 13/09/2011 - Art. 90 e 2313/2020 - Art. 88 e Art. 89 e as contribuições esperadas estão na tabela abaixo.

Tabela 18 – Plano de Custeio Vigente e Contribuições

Categorias	Valor Anual da Base de Cálculo (R\$)	Alíquota Vigente (%)	Valor da contribuição esperada com alíquotas vigentes (R\$)
Ente Federativo	146.249.899,25	21,00%	30.712.478,84
Taxa de Administração	146.249.899,25	0,00%	0,00



Aporte Anual para Custeio das Despesas Administrativas	0,00	0,00%	0,00
Ente Federativo - Total	146.249.899,25	21,00%	30.712.478,84
Segurados Ativos	146.249.899,25	14,00%	20.474.985,90
Aposentados	7.504.678,22	14,00%	1.050.654,95
Pensionistas	84.055,66	14,00%	11.767,79
Total	R\$ 153.838.633,13	35,00%	R\$ 52.249.887,48

8.3. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL CALCULADAS POR BENEFÍCIO

Aqui demonstramos as alíquotas adequadas, calculadas atuarialmente, a serem instituídas pelo município para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial, discriminadas por tipo de benefício.

Tabela 19 – Plano de Custeio Calculado por Benefício

Benefícios	Regime Financeiro	Custo Anual Previsto (R\$) (Alíquota x Base de Contribuição)	Alíquota Normal Calculada
Aposentadoria Programada - Tempo de Contribuição, Idade	CAP	15.110.539,59	10,33%
Aposentadoria Especial de Professor	CAP	18.807.737,04	12,86%
Outras Aposentadorias Especiais	CAP	0,00	0,00%
Aposentadoria por Invalidez	CAP	4.753.121,73	3,25%
Pensão por Morte de Servidor Ativo	CAP	8.887.606,38	6,08%
Pensão por Morte de Servidor Aposentado por Invalidez	CAP	0,00	0,00%
Pensão Por Morte de Servidor em Aposentadoria	CAP	1.722.823,81	1,18%
Pensão Por Morte de Servidor em Aposentadoria Especial	CAP	1.905.636,19	1,30%
Pensão Por Morte de Servidor em Outras Aposentadorias	CAP	0,00	0,00%
Custeio Administrativo	-	0,00	0,00%
Alíquota Total*		51.187.464,74	35,00%

*Alíquotas sem considerar a contribuição excedente dos aposentados e pensionistas que ganham acima do teto do RGPS.

8.4. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL CALCULADAS POR REGIME FINANCEIRO

Tabela 20 – Plano de Custeio por Regime

Regime Financeiro	Custo Anual Previsto (R\$) (Alíquota x Base de Contribuição)	Alíquota Normal Calculada
Capitalização	51.187.464,74	35,00%
Repartição de Capitais de Cobertura	0,00	0,00%
Repartição Simples	0,00	0,00%
Custeio Administrativo	0,00	0,00%
Alíquota Total*	51.187.464,74	35,00%

*Alíquotas sem considerar a contribuição excedente dos aposentados e pensionistas que ganham acima do teto do RGPS.

8.5. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL A CONSTAREM EM LEI

Tabela 21 – Custo e Plano de Custeio Definido na Avaliação Atuarial

Regime Financeiro	Valor Anual da Base de Cálculo (R\$)	Alíquota Definida na Avaliação Atuarial (%)	Valor da contribuição Esperada
Ente Federativo	R\$ 146.249.899,25	21,00%	R\$ 30.712.478,84
Taxa de Administração	R\$ 146.249.899,25	0,00%	R\$ 0,00
Aporte Anual para Custeio das Despesas Administrativas	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
Ente Federativo - Total	R\$ 146.249.899,25	21,00%	R\$ 30.712.478,84
Segurados Ativos	R\$ 146.249.899,25	14,00%	R\$ 20.474.985,90
Aposentados	R\$ 7.504.678,22	14,00%	R\$ 1.050.654,95
Pensionistas	R\$ 84.055,66	14,00%	R\$ 11.767,79
Alíquota Total	R\$ 153.838.633,13	35,00%	R\$ 52.249.887,48

9. EQUACIONAMENTO DO DEFICIT ATUARIAL

9.1. PRINCIPAIS CAUSAS DO DEFICIT ATUARIAL

O resultado apresentado no item 7 evidencia o déficit do Plano Previdenciário do RPPS de TOLEDO, cuja origem se deu, provavelmente, em razão de um ou mais dos seguintes fatores:

- Aplicação de um Plano de Custeio inadequado quando da instituição do RPPS e por longo tempo de vigência;
- Atraso ou falta de repasse das contribuições instituídas em Lei;
- Utilização dos recursos financeiros para outros fins, que não os previdenciários;
- Aumentos salariais para os segurados do Plano Previdenciário acima da inflação e superando a premissa de crescimento salarial em anos anteriores;
- Rendimentos das aplicações e investimentos dos recursos financeiros do RPPS abaixo do mínimo atuarial esperado (meta atuarial);
- Ingresso de novos servidores sem a devida compensação financeira previdenciária;
- Promoções e incorporações de vantagens às vésperas da aposentadoria, sem a proporcional capitalização do sistema;
- Aumento da expectativa de vida do brasileiro, ocasionando o prolongamento de pagamento dos benefícios por um período maior;

- i) Base cadastral incompleta, principalmente em relação a não informação do tempo de contribuição/serviço anterior à nomeação no serviço público;
- j) Falta de reposição e novas contratações de servidores ativos fazendo com que a proporção entre ativos para inativos fique muito próxima de 1:1.

Ressaltamos que nesse último exercício, temos os seguintes fatores que contribuíram para o resultado atuarial apresentado:

- a) Redução da taxa de juros para 4,89% a.a.;
- b) Alteração da tabela de mortalidade para a mais recente IBGE-2020.
- c) Redução da média salarial dos segurados ativos em 0,98%;
- d) Aumento quantitativo nos inativos em 6,19%;
- e) Aumento na média do valor dos proventos dos inativos em 11,39%;
- f) Redução quantitativo nos ativos em 1,46%;
- g) Redução da estimativa da compensação financeira entre os regimes previdenciários relativos aos benefícios a conceder, conforme art. 10, inciso II, § 1º da Instrução Normativa nº 9/2018; e,
- h) Inserção das premissas adotadas para ajuste técnica da base cadastral.

9.2. CENÁRIOS COM AS POSSIBILIDADES DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

A partir dos resultados encontrados e apresentados no item 7, passa-se a estabelecer o plano de equacionamento do déficit ao RPPS de TOLEDO nos itens abaixo, como sendo o suficiente e necessário para a manutenção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial.

9.2.1 Equacionamento do déficit com a utilização de 35 anos

O artigo 6º da Instrução Normativa (IN) nº 7, de 21/12/2018, determina os prazos máximos que podem ser aplicados para amortização do déficit atuarial encontrado. No inciso I do referido artigo está definido que o prazo máximo possível, sem a utilização do LDA – Limite do Déficit Atuarial, é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir do primeiro plano de amortização implementado pelo ente federativo após a publicação da IN.

Assim sendo, Toledo pode utilizar para o cálculo das alíquotas de plano de custeio, o prazo de 18 anos, remanescente em lei ou recomeçar e amortizar durante os próximos 35 anos.

A legislação em vigor autoriza o financiamento do referido déficit em 35 anos, através de alíquota especial (suplementar), respeitado as definições nos artigos 49, 55, 64 e 65 da Portaria nº 464/2018.

Sublinha-se que está sendo aplicado o parágrafo único da Instrução Normativa nº 07/2019 e com a postergação do prazo, conforme artigo 6º da Portaria nº 14.816/2020:

"Art. 6º.....

I-

II - para contagem dos prazos remanescentes dos planos de amortização de deficit atuarial de que tratam a alínea "c" do art. 55 da Portaria MF nº 464, de 2018 e o inciso II do § 2º do art. 7º da Instrução Normativa nº 07, de 21 de dezembro de 2018, não será considerado o exercício de 2020;

III - ficam postergados para o exercício de 2022:

a) a aplicação do parâmetro mínimo de amortização do deficit atuarial, de que trata o inciso II do art. 54 da Portaria MF nº 464, de 2018;

b) a exigência de elevação gradual das alíquotas suplementares, de que trata o parágrafo único do art. 9º da Instrução Normativa nº 07, de 2018."

Conforme Nota Explicativa da SEPRT/ME:

"Assim, ficou postergado o prazo para aplicação do parâmetro previsto no inciso II do art. 54 da Portaria MF nº 464, de 2018, segundo o qual "o montante de contribuição no exercício, na forma de alíquotas ou aportes, seja superior ao montante anual de juros do saldo do deficit atuarial do exercício", passando a regra prevista pela Instrução Normativa nº 07, de 2018, passa a ser interpretada da seguinte forma: "a partir do exercício de 2022, na forma de alíquotas ou aportes, à razão de um terço do necessário a cada ano, até atingir o valor que atenda a esse critério em 2024"."

A administração de Toledo já possui em lei plano de amortização, previsto no Decreto n 246, de 22 de setembro de 2021, onde estão dispostos os seguintes aportes

Tabela 22 – Plano de Amortização Vigente

Ano	Aporte (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Déficit Atuarial Inicial (R\$)	(-) Pagamento (R\$)	Juros (R\$)	Déficit Atuarial Final (R\$)
2022	R\$ 33.588.767,91	147.712.398,24	819.928.118,02	33.588.767,91	40.094.484,97	826.433.835,08
2023	R\$ 37.526.378,24	149.189.522,22	826.433.835,08	37.526.378,24	40.412.614,54	829.320.071,38
2024	R\$ 41.463.988,58	150.681.417,45	829.320.071,38	41.463.988,58	40.553.751,49	828.409.834,29
2025	R\$ 45.401.598,91	152.188.231,62	828.409.834,29	45.401.598,91	40.509.240,90	823.517.476,27

¹ Nota SEI nº 4/2020/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME



2026	R\$ 49.339.209,25	153.710.113,94	823.517.476,27	49.339.209,25	40.270.004,59	814.448.271,61
2027	R\$ 53.276.819,58	155.247.215,08	814.448.271,61	53.276.819,58	39.826.520,48	800.997.972,52
2028	R\$ 57.214.429,92	156.799.687,23	800.997.972,52	57.214.429,92	39.168.800,86	782.952.343,45
2029	R\$ 61.152.040,25	158.367.684,10	782.952.343,45	61.152.040,25	38.286.369,59	760.086.672,80
2030	R\$ 65.089.650,58	159.951.360,94	760.086.672,80	65.089.650,58	37.168.238,30	732.165.260,52
2031	R\$ 69.027.260,92	161.550.874,55	732.165.260,52	69.027.260,92	35.802.881,24	698.940.880,83
2032	R\$ 72.964.871,25	163.166.383,30	698.940.880,83	72.964.871,25	34.178.209,07	660.154.218,66
2033	R\$ 76.902.481,59	164.798.047,13	660.154.218,66	76.902.481,59	32.281.541,29	615.533.278,36
2034	R\$ 80.840.091,92	166.446.027,60	615.533.278,36	80.840.091,92	30.099.577,31	564.792.763,75
2035	R\$ 84.777.702,26	168.110.487,88	564.792.763,75	84.777.702,26	27.618.366,15	507.633.427,64
2036	R\$ 88.715.312,59	169.791.592,76	507.633.427,64	88.715.312,59	24.823.274,61	443.741.389,66
2037	R\$ 92.652.922,93	171.489.508,68	443.741.389,66	92.652.922,93	21.698.953,95	372.787.420,69
2038	R\$ 96.590.533,26	173.204.403,77	372.787.420,69	96.590.533,26	18.229.304,87	294.426.192,30
2039	R\$ 100.528.143,60	174.936.447,81	294.426.192,30	100.528.143,60	14.397.440,80	208.295.489,50

Portanto, corrigimos tanto o valor do déficit quanto os valores dos aportes. O quadro seguinte apresenta os valores previstos de aportes com a devida correção pelo índice de inflação que compõe a meta atuarial, qual seja, o INPC que foi de 10,16% em 2021.

Entretanto, o referido Plano de Amortização, mesmo após a atualização dos valores pelo INPC, será insuficiente para integralizar o déficit atuarial encontrado, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 23 – Plano de Amortização Sugerido

Ano	Aporte (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Déficit Atuarial Inicial (R\$)	(-) Pagamento (R\$)	Juros (R\$)	Déficit Atuarial Final (R\$)
2022	37.001.386,73	147.712.398,24	819.928.118,02	37.001.386,73	40.094.484,97	823.021.216,26
2023	41.339.058,28	149.189.522,22	823.021.216,26	41.339.058,28	40.245.737,48	821.927.895,46
2024	45.676.729,81	150.681.417,45	821.927.895,46	45.676.729,81	40.192.274,09	816.443.439,74
2025	50.014.401,36	152.188.231,62	816.443.439,74	50.014.401,36	39.924.084,20	806.353.122,58
2026	54.352.072,91	153.710.113,94	806.353.122,58	54.352.072,91	39.430.667,69	791.431.717,36
2027	58.689.744,46	155.247.215,08	791.431.717,36	58.689.744,46	38.701.010,98	771.442.983,89
2028	63.027.415,99	156.799.687,23	771.442.983,89	63.027.415,99	37.723.561,91	746.139.129,81
2029	67.365.087,54	158.367.684,10	746.139.129,81	67.365.087,54	36.486.203,45	715.260.245,71
2030	71.702.759,09	159.951.360,94	715.260.245,71	71.702.759,09	34.976.226,02	678.533.712,64
2031	76.040.430,62	161.550.874,55	678.533.712,64	76.040.430,62	33.180.298,55	635.673.580,56
2032	80.378.102,17	163.166.383,30	635.673.580,56	80.378.102,17	31.084.438,09	586.379.916,48
2033	84.715.773,72	164.798.047,13	586.379.916,48	84.715.773,72	28.673.977,92	530.338.120,68
2034	89.053.445,26	166.446.027,60	530.338.120,68	89.053.445,26	25.933.534,10	467.218.209,52
2035	93.391.116,80	168.110.487,88	467.218.209,52	93.391.116,80	22.846.970,45	396.674.063,16
2036	97.728.788,35	169.791.592,76	396.674.063,16	97.728.788,35	19.397.361,69	318.342.636,50
2037	102.066.459,90	171.489.508,68	318.342.636,50	102.066.459,90	15.566.954,92	231.843.131,52
2038	106.404.131,44	173.204.403,77	231.843.131,52	106.404.131,44	11.337.129,13	136.776.129,22
2039	110.741.802,98	174.936.447,81	136.776.129,22	110.741.802,98	6.688.352,72	32.722.678,96

Como uma alternativa de amortização preservando o prazo remanescente em lei, sugerimos o plano de amortização na tabela abaixo:



Tabela 23-A – Plano de Amortização Sugerido

Ano	Aporte (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Déficit Atuarial Inicial (R\$)	(-) Pagamento (R\$)	Juros (R\$)	Déficit Atuarial Final (R\$)
2022	37.001.386,73	147.712.398,24	819.928.118,02	37.001.386,73	40.094.484,97	823.021.216,26
2023	41.339.058,28	149.189.522,22	823.021.216,26	41.339.058,28	40.245.737,48	821.927.895,46
2024	45.676.729,81	150.681.417,45	821.927.895,46	45.676.729,81	40.192.274,09	816.443.439,74
2025	50.622.782,78	152.188.231,62	816.443.439,74	50.622.782,78	39.924.084,20	805.744.741,15
2026	55.013.218,31	153.710.113,94	805.744.741,15	55.013.218,31	39.400.917,84	790.132.440,68
2027	59.670.037,93	155.247.215,08	790.132.440,68	59.670.037,93	38.637.476,35	769.099.879,10
2028	64.080.161,51	156.799.687,23	769.099.879,10	64.080.161,51	37.608.984,09	742.628.701,68
2029	68.490.285,08	158.367.684,10	742.628.701,68	68.490.285,08	36.314.543,51	710.452.960,11
2030	73.225.856,90	159.951.360,94	710.452.960,11	73.225.856,90	34.741.149,75	671.968.252,96
2031	77.655.668,54	161.550.874,55	671.968.252,96	77.655.668,54	32.859.247,57	627.171.832,00
2032	82.085.480,16	163.166.383,30	627.171.832,00	82.085.480,16	30.668.702,58	575.755.054,42
2033	86.515.291,79	164.798.047,13	575.755.054,42	86.515.291,79	28.154.422,16	517.394.184,80
2034	90.945.103,41	166.446.027,60	517.394.184,80	90.945.103,41	25.300.575,64	451.749.657,02
2035	95.374.915,04	168.110.487,88	451.749.657,02	95.374.915,04	22.090.558,23	378.465.300,21
2036	99.804.726,66	169.791.592,76	378.465.300,21	99.804.726,66	18.506.953,18	297.167.526,72
2037	104.234.538,30	171.489.508,68	297.167.526,72	104.234.538,30	14.531.492,06	207.464.480,49
2038	108.664.349,92	173.204.403,77	207.464.480,49	108.664.349,92	10.145.013,10	108.945.143,66
2039	114.272.561,19	174.936.447,81	108.945.143,66	114.272.561,19	5.327.417,53	0,00

Tabela 23.B – Plano de Amortização Sugerido

Ano	Aporte Município	Aporte Câmara (R\$)	Aporte Total (R\$)
2022	36.530.196,67	471.190,06	37.001.386,73
2023	40.812.630,62	526.427,66	41.339.058,28
2024	45.095.064,56	581.665,26	45.676.729,81
2025	49.978.132,57	644.650,22	50.622.782,78
2026	54.312.658,58	700.559,73	55.013.218,31
2027	58.910.176,44	759.861,49	59.670.037,93
2028	63.264.139,79	816.021,72	64.080.161,51
2029	67.618.103,13	872.181,95	68.490.285,08
2030	72.293.370,34	932.486,56	73.225.856,90
2031	76.666.771,03	988.897,51	77.655.668,54
2032	81.040.171,70	1.045.308,45	82.085.480,16
2033	85.413.572,39	1.101.719,40	86.515.291,79
2034	89.786.973,07	1.158.130,34	90.945.103,41
2035	94.160.373,75	1.214.541,29	95.374.915,04
2036	98.533.774,43	1.270.952,24	99.804.726,66
2037	102.907.175,12	1.327.363,18	104.234.538,30
2038	107.280.575,79	1.383.774,13	108.664.349,92
2039	112.817.369,92	1.455.191,27	114.272.561,19

Alternativamente ao plano de custeio vigente, como já mencionado anteriormente, a administração municipal poderia refinanciar o déficit iniciando a recontagem do prazo de amortização de 35 anos, desde que seguindo os requisitos necessários. Abaixo a sugestão para este cenário.

Tabela 23.2 – Plano de Amortização Sugerido – 35 Anos

Ano	Aporte (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamento (R\$)	Juros (R\$)	Saldo Final (R\$)
2022	R\$ 33.588.767,91	147.712.398,24	819.928.118,02	33.588.767,91	40.094.484,97	826.433.835,08
2023	R\$ 38.475.977,78	149.189.522,22	826.433.835,08	38.475.977,78	40.412.614,54	828.370.471,83

32



2024	R\$ 41.874.365,91	150.681.417,45	828.370.471,83	41.874.365,91	40.507.316,07	827.003.422,00
2025	R\$ 45.852.703,78	152.188.231,62	827.003.422,00	45.852.703,78	40.440.467,34	821.591.185,55
2026	R\$ 46.311.230,82	153.710.113,94	821.591.185,55	46.311.230,82	40.175.808,97	815.455.763,70
2027	R\$ 46.774.343,13	155.247.215,08	815.455.763,70	46.774.343,13	39.875.786,85	808.557.207,42
2028	R\$ 47.242.086,56	156.799.687,23	808.557.207,42	47.242.086,56	39.538.447,44	800.853.568,30
2029	R\$ 47.714.507,43	158.367.684,10	800.853.568,30	47.714.507,43	39.161.739,49	792.300.800,36
2030	R\$ 48.191.652,50	159.951.360,94	792.300.800,36	48.191.652,50	38.743.509,14	782.852.657,00
2031	R\$ 48.673.569,03	161.550.874,55	782.852.657,00	48.673.569,03	38.281.494,93	772.460.582,90
2032	R\$ 49.160.304,72	163.166.383,30	772.460.582,90	49.160.304,72	37.773.322,50	761.073.600,69
2033	R\$ 49.651.907,76	164.798.047,13	761.073.600,69	49.651.907,76	37.216.499,07	748.638.192,00
2034	R\$ 50.148.426,84	166.446.027,60	748.638.192,00	50.148.426,84	36.608.407,59	735.098.172,74
2035	R\$ 50.649.911,11	168.110.487,88	735.098.172,74	50.649.911,11	35.946.300,65	720.394.562,28
2036	R\$ 51.156.410,22	169.791.592,76	720.394.562,28	51.156.410,22	35.227.294,10	704.465.446,16
2037	R\$ 51.667.974,32	171.489.508,68	704.465.446,16	51.667.974,32	34.448.360,32	687.245.832,15
2038	R\$ 52.184.654,07	173.204.403,77	687.245.832,15	52.184.654,07	33.606.321,19	668.667.499,28
2039	R\$ 52.706.500,61	174.936.447,81	668.667.499,28	52.706.500,61	32.697.840,71	648.658.839,38
2040	R\$ 53.233.565,61	176.685.812,29	648.658.839,38	53.233.565,61	31.719.417,25	627.144.691,02
2041	R\$ 53.765.901,27	178.452.670,41	627.144.691,02	53.765.901,27	30.667.375,39	604.046.165,14
2042	R\$ 54.303.560,28	180.237.197,11	604.046.165,14	54.303.560,28	29.537.857,48	579.280.462,33
2043	R\$ 54.846.595,88	182.039.569,08	579.280.462,33	54.846.595,88	28.326.814,61	552.760.681,06
2044	R\$ 55.395.061,84	183.859.964,77	552.760.681,06	55.395.061,84	27.029.997,30	524.395.616,52
2045	R\$ 55.949.012,46	185.698.564,42	524.395.616,52	55.949.012,46	25.642.945,65	494.089.549,70
2046	R\$ 56.508.502,59	187.555.550,07	494.089.549,70	56.508.502,59	24.160.978,98	461.742.026,09
2047	R\$ 57.073.587,61	189.431.105,57	461.742.026,09	57.073.587,61	22.579.185,08	427.247.623,56
2048	R\$ 57.644.323,49	191.325.416,62	427.247.623,56	57.644.323,49	20.892.408,79	390.495.708,86
2049	R\$ 58.220.766,72	193.238.670,79	390.495.708,86	58.220.766,72	19.095.240,16	351.370.182,30
2050	R\$ 58.802.974,39	195.171.057,50	351.370.182,30	58.802.974,39	17.182.001,91	309.749.209,83
2051	R\$ 59.391.004,13	197.122.768,07	309.749.209,83	59.391.004,13	15.146.736,36	265.504.942,05
2052	R\$ 59.984.914,18	199.093.995,75	265.504.942,05	59.984.914,18	12.983.191,67	218.503.219,54
2053	R\$ 60.584.763,32	201.084.935,71	218.503.219,54	60.584.763,32	10.684.807,44	168.603.263,66
2054	R\$ 61.190.610,95	203.095.785,07	168.603.263,66	61.190.610,95	8.244.699,59	115.657.352,30
2055	R\$ 61.802.517,06	205.126.742,92	115.657.352,30	61.802.517,06	5.655.644,53	59.510.479,77
2056	R\$ 62.420.542,23	207.178.010,35	59.510.479,77	62.420.542,23	2.910.062,46	0,00

Tabela 23.3 – Aportes por órgão – 35 anos

Ano	Aporte Município	Aporte Câmara (R\$)	Aporte Total (R\$)
2022	33.161.035,47	427.732,44	33.588.767,91
2023	37.986.009,71	489.968,08	38.475.977,78
2024	41.341.121,43	533.244,47	41.874.365,91
2025	45.268.797,61	583.906,18	45.852.703,78
2026	45.721.485,58	589.745,24	46.311.230,82
2027	46.178.700,44	595.642,69	46.774.343,13
2028	46.640.487,44	601.599,12	47.242.086,56
2029	47.106.892,32	607.615,11	47.714.507,43
2030	47.577.961,24	613.691,26	48.191.652,50
2031	48.053.740,85	619.828,17	48.673.569,03
2032	48.534.278,26	626.026,45	49.160.304,72
2033	49.019.621,04	632.286,72	49.651.907,76
2034	49.509.817,26	638.609,59	50.148.426,84
2035	50.004.915,43	644.995,68	50.649.911,11
2036	50.504.964,58	651.445,64	51.156.410,22
2037	51.010.014,23	657.960,10	51.667.974,32
2038	51.520.114,37	664.539,70	52.184.654,07
2039	52.035.315,51	671.185,09	52.706.500,61
2040	52.555.668,67	677.896,94	53.233.565,61
2041	53.081.225,36	684.675,91	53.765.901,27
2042	53.612.037,61	691.522,67	54.303.560,28

33



2043	54.148.157,99	698.437,90	54.846.595,88
2044	54.689.639,57	705.422,28	55.395.061,84
2045	55.236.535,96	712.476,50	55.949.012,46
2046	55.788.901,32	719.601,27	56.508.502,59
2047	56.346.790,33	726.797,28	57.073.587,61
2048	56.910.258,24	734.065,25	57.644.323,49
2049	57.479.360,82	741.405,90	58.220.766,72
2050	58.054.154,43	748.819,96	58.802.974,39
2051	58.634.695,97	756.308,16	59.391.004,13
2052	59.221.042,93	763.871,24	59.984.914,18
2053	59.813.253,36	771.509,96	60.584.763,32
2054	60.411.385,89	779.225,06	61.190.610,95
2055	61.015.499,75	787.017,31	61.802.517,06
2056	61.625.654,75	794.887,48	62.420.542,23

10. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

As despesas administrativas do RPPS de Toledo são custeadas diretamente pelo Tesouro Municipal. Desta forma, não há taxa de custeio administrativo sobre o RPPS.

11. ANÁLISE DO COMPARATIVO DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS

A tabela abaixo apresenta a análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais e a evolução do grupo de ativos, aposentados e pensionistas.

Tabela 26 – Valores dos Compromissos

VALORES DOS COMPROMISSOS	2022	2021	2020
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	422.958.018,84	396.058.231,12	355.132.834,08
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	858.813.522,21	777.807.456,48	694.395.720,58
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	12.543.716,19	6.855.072,22	5.298.274,64
Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	858.813.522,21	770.952.384,26	689.097.445,94
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	962.819.183,80	882.660.003,70	739.911.587,73
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	438.645.338,64	495.764.734,73	266.969.107,53
Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	524.173.845,16	386.895.268,97	472.942.480,20
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	146.734.113,78	122.210.405,07	117.900.060,74
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	6.632.883,27	0,00	0,00
Resultado Atuarial	819.928.118,02	639.579.017,04	689.007.031,32
ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS	30,58%	34,21%	30,56%

O resultado atuarial é obtido pela soma das reservas menos o valor dos ativos garantidores. O índice de cobertura representa o quanto que os ativos garantidores cobrem o valor da reserva matemática.

Os valores dos resultados anteriores foram retirados dos resultados da avaliação atuarial com o plano de custeio vigente de cada ano.

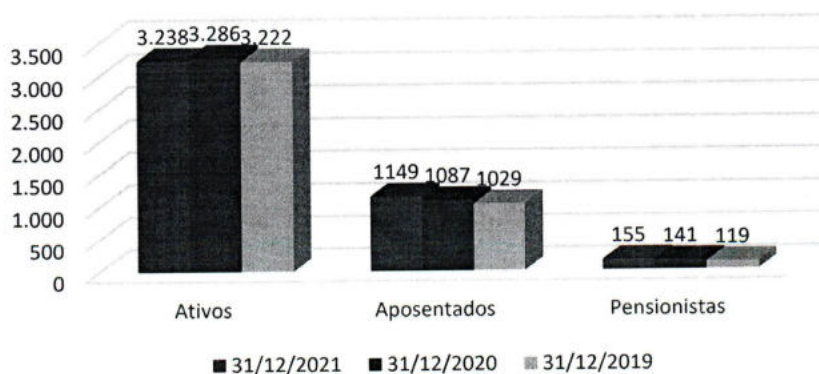
A partir dos dados acima, pode-se evidenciar a evolução do RPPS no seu objetivo de capitalizar recursos para pagamento dos benefícios sob sua gestão. Em 31/12/2019 o RPPS apresentava 30,23% de cobertura financeira para seus compromissos (Reserva Matemática Líquida).

Tabela 27 – Estatísticas da População Coberta

ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO COBERTA	2021	2020	2019
Quantidade de Segurados Ativos	3.238	3.286	3.222
Quantidade de Aposentados	1.149	1.087	1.029
Quantidade de Pensionistas	155	141	119
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	3.474	3.509	3.276
Média do Valor do Benefício dos Aposentados	4.723	4.000	3.783
Média do Valor do Benefícios dos Pensionistas	2.423	2.415	2.451
Idade Média dos Segurados Ativos	43	41	41
Idade Média dos Aposentados	64	64	64
Idade Média dos Pensionistas	64	67	65
Idade Média Projetada Para Aposentadoria	59	59	59

Observa-se que houve uma diminuição de -1,46% na quantidade de ativos de 2021/2020, enquanto os inativos aumentaram em torno de 6,19% no mesmo período.

Evolução Grupo Segurados



12. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Iremos demonstrar neste capítulo, a influência de algumas variáveis na apuração dos custos e reservas matemáticas. As variáveis utilizadas serão: taxa de juros atuarial, crescimento salarial, tábua de mortalidade e idade projetada para aposentadoria.



12.1 IMPACTO DA TAXA DE JUROS

O resultado atuarial desta avaliação, considerando a taxa de juros de 4,89%, apresentou uma provisão matemática de R\$ 1.382.987.367,37 e um custo normal de 35%. Entretanto, a taxa de juros tem relação inversamente proporcional ao resultado atuarial, ou seja, uma taxa de juros maior, resulta em um déficit atuarial menor e quando a taxa é reduzida, o resultado atuarial aumenta.

Tabela 28 – Variação nas Provisões Matemáticas em Função da taxa de Juros Real

Juros	PMBac	PMBC	Provisão Total
3,89%	657.083.381,22	939.420.833,56	1.596.504.214,78
4,39%	584.438.283,63	897.366.896,58	1.481.805.180,21
4,89%	524.173.845,16	858.813.522,21	1.382.987.367,37
5,39%	473.544.353,02	823.386.421,31	1.296.930.774,33
5,89%	430.719.772,95	790.758.320,91	1.221.478.093,86

12.2 IMPACTO DO CRESCIMENTO SALARIAL

Em relação ao crescimento salarial, o percentual utilizado é diretamente proporcional às provisões matemáticas, ou seja, quanto maior o crescimento salarial, maior serão as provisões. Analisando as possíveis alterações no crescimento salarial médio dos segurados ativos considerados nesta avaliação, verifica-se o seguinte resultado:

Tabela 30 – Variação nas Provisões Matemáticas em Função do Crescimento Salarial

Juros	PMBac	PMBC	Provisão Total
1,00%	524.173.845,16	858.813.522,21	1.382.987.367,37
1,50%	547.266.520,90	858.813.522,21	1.406.080.043,11
2,00%	574.131.643,53	858.813.522,21	1.432.945.165,74
2,50%	605.645.053,88	858.813.522,21	1.464.458.576,09
3,00%	642.650.032,94	858.813.522,21	1.501.463.555,15

12.2 IMPACTO DO AUMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA E IDADE MÉDIA PARA APOSENTADORIA

Nos últimos anos observa-se o aumento da expectativa de vida do brasileiro e isso segue sendo refletido na apuração dos resultados atuariais em razão da atualização anual das tábuas de mortalidade, pois, quanto maior a expectativa de vida, maior o montante de recursos necessários para pagar os benefícios por mais tempo.

O atual grupo do RPPS de Toledo em idade média prevista para aposentadoria de 57 anos para as mulheres, portanto, uma expectativa de vida média de 27,08 anos.



E os homens possuem uma idade média de aposentadoria projetada de 63 anos, o que representa uma expectativa de vida de 18,68 anos. A idade média geral projetada para aposentadoria foi de 58,62 anos, o que representa uma expectativa de vida geral média de 25,15 anos.

Importante destacar que quanto maior a idade projetada de aposentadoria, menores são os custos para cobrir integralmente o pagamento de benefícios pois a pessoa fica mais tempo na ativa, ou seja, contribuindo por mais tempo e usufruindo do benefício por menos tempo.

13. AVALIAÇÃO E IMPACTOS DO PERFIL ATUARIAL DO RPPS

O RPPS de Toledo é considerado MÉDIO Porte e segundo dados divulgados pela Secretaria de Previdência, possui nota A no Indicador de Situação Previdenciária – ISP, o que o deixa classificado como Perfil Atuarial IV.

14. PARECER ATUARIAL

A presente Avaliação Atuarial tem o objetivo de dimensionar a situação financeiro-atuarial do RPPS do município de TOLEDO, de acordo com a metodologia, hipóteses e premissas citadas anteriormente. Os resultados encontrados originam-se de projeções futuras baseadas em hipóteses, parâmetros de cálculo e critérios internacionalmente aceitos, e dimensionam os custos e as provisões matemáticas do plano de previdenciário, atendendo a Portaria MPS nº 464/2018, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para a realização deste tipo de estudo, constantes na Nota Técnica Atuarial deste município.

Os resultados encontrados evidenciam um desequilíbrio importante no RPPS de TOLEDO, originado no serviço passado. Tal desequilíbrio (déficit) está recebendo o tratamento adequado (equacionamento) através de aportes. O déficit encontrado tem sua origem na combinação de alguns fatores importantes, os quais foram elencados no item 9.1. A implantação da contribuição especial (suplementar), tem por objetivo garantir a estabilidade do RPPS de acordo com os fluxos futuros de pagamento de benefício. Estas contribuições especiais perdurarão até a quitação total do déficit atuarial.

O atual plano de amortização por aportes não se mostra condizente com os compromissos do RPPS, logo deverá alterar conforme sugestão no item 9.2.1. Por sua



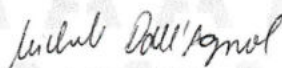
vez, as rentabilidades auferidas no sistema financeiro nacional, pela aplicação e investimento das Reservas Financeiras, no último ano, evidencia que o RPPS neste último ano, alcançou uma rentabilidade anual de 1,62% enquanto que a Meta Atuarial foi de 16,11% (INPC + 5,42%).

Cabe ressaltar que dentre os riscos do plano de benefícios, o principal risco atuarial é a taxa de juros adotada como hipótese no cálculo atuarial e a rentabilidade financeira decorrente. Observando o cenário econômico brasileiro, com redução significativa da taxa de juros em 2020, e o forte avanço da pandemia em 2021 que contribuiu com o aumento de incertezas e de volatilidade nos mercados, tem-se uma maior dificuldade em se atingir a meta atuarial estabelecida.

O município de Toledo possui custo normal vigente em lei e conforme já exposto no item 8.3 e se mostra compatível com os compromissos do plano. Portanto, não necessitando alteração do custo normal total.

Será parte complementar a este relatório um adendo onde serão apresentadas alternativas de equacionamento do déficit atuarial através da implementação da Reforma da Previdência, aderindo às regras da EC 103/19 e aumentando a base contributiva dos inativos.

Porto Alegre, 29 de março de 2022


Michele de Mattos Dall'Agnol
Atuária MTE 2.991
CPF: 837.360.850-87

15. ANEXOS

ANEXO 1 - CONCEITOS E DEFINIÇÕES

ANEXO 2 – ESTATÍSTICAS

ANEXO 3 - PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONTABILIZAR

ANEXO 4 - PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS PRÓXIMOS DOZE MESES

ANEXO 5 - RESUMO DOS FLUXOS ATUARIAIS E DA POPULAÇÃO COBERTA

ANEXO 6 - PROJEÇÕES ATUARIAIS PARA O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO

ANEXO 7 - RESULTADO DA DURAÇÃO DO PASSIVO E ANÁLISE EVOLUTIVA

ANEXO 8 - TÁBUAS EM GERAL



ANEXO 1 - CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Esse anexo apresentará conceitos e definições transcritos da Portaria MPS nº 464/2018 necessários para a correta compreensão dos termos técnicos utilizados e dos resultados apresentados na avaliação atuarial.

- 1) Alíquota de contribuição normal: percentual de contribuição, instituído em lei do ente federativo, definido, a cada ano, para cobertura do custo normal e cujos valores são destinados à constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento de benefícios.
- 2) Alíquota de contribuição suplementar: percentual de contribuição extraordinária, estabelecido em lei do ente federativo, para cobertura do custo suplementar e equacionamento do deficit atuarial.
- 3) Análise de sensibilidade: método que busca mensurar o efeito de uma hipótese ou premissa no resultado final de um estudo ou avaliação atuarial.
- 4) Aposentadoria: benefício concedido aos segurados ativos do RPPS em prestações continuadas e nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
- 5) Aposentadoria por invalidez: benefício concedido aos segurados do RPPS que, por doença ou acidente, forem considerados, por perícia médica do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS, incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento, nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
- 6) Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios: somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, excluídos os recursos relativos ao financiamento do custo administrativo do regime e aqueles vinculados aos fundos para oscilação de riscos e os valores das provisões para pagamento dos benefícios avaliados em regime de repartição simples e de repartição de capitais de cobertura.
- 7) Atuário: profissional técnico especializado, bacharel em Ciências Atuariais e legalmente habilitado para o exercício da profissão nos termos do Decreto-lei nº 806, de 04 de setembro de 1969.
- 8) Auditoria atuarial: exame dos aspectos atuariais do plano de benefícios do RPPS realizado por atuário ou empresa de consultoria atuarial certificada, na forma de instrução normativa específica, com o objetivo de verificar e avaliar a coerência e a consistência da base cadastral, das bases técnicas adotadas, da adequação do plano de custeio, dos montantes estimados para as provisões

(reservas) matemáticas e fundos de natureza atuarial, bem como de demais aspectos que possam comprometer a liquidez e solvência do plano de benefícios.

- 9) **Avaliação atuarial:** documento elaborado por atuário, em conformidade com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, que caracteriza a população segurada e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente e que contem parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios.
- 10) **Bases técnicas:** premissas, pressupostos, hipóteses e parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados e adotados no plano de benefícios pelo atuário, com a concordância dos representantes do RPPS, adequados e aderentes às características da massa de segurados e beneficiários do RPPS e ao seu regimento. Como bases técnicas entendem-se, também, os regimes financeiros adotados para o financiamento dos benefícios, as tábuas biométricas utilizadas, bem como fatores e taxas utilizados para a estimação de receitas e encargos.
- 11) **Beneficiário:** a pessoa física amparada pela cobertura previdenciária do RPPS, compreendendo o segurado e seus dependentes.
- 12) **Conselho deliberativo:** órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS para o atendimento ao critério de organização e funcionamento desse regime pelo qual deve ser garantida a participação de representantes dos beneficiários do regime, nos colegiados ou instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.
- 13) **Conselho fiscal:** órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS que supervisiona a execução das políticas formuladas pelo conselho deliberativo e as medidas e ações desenvolvidas pelo órgão de direção do RPPS.
- 14) **Custeio administrativo:** é a contribuição considerada na avaliação atuarial, expressa em alíquota e estabelecida em lei para o financiamento do custo administrativo do RPPS.
- 15) **Custo administrativo:** o valor correspondente às necessidades de custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio, conforme limites estabelecidos em parâmetros gerais.
- 16) **Custo normal:** o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios.



- 17) Custo suplementar: o valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de deficit gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias, de responsabilidade de todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.
- 18) Data focal da avaliação atuarial: data na qual foram posicionados, a valor presente, os encargos, as contribuições e aportes relativos ao plano de benefícios, bem como o ativo real líquido e na qual foi apurado o resultado e a situação atuarial do plano. Nas avaliações atuariais anuais, a data focal é a data do último dia do ano civil, 31 de dezembro.
- 19) Deficit atuarial: resultado negativo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios e os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber e do fluxo dos parcelamentos vigentes a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.
- 20) Deficit financeiro: valor da insuficiência financeira, período a período, apurada por meio do confronto entre o fluxo das receitas e o fluxo das despesas do RPPS em cada exercício financeiro.
- 21) Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA): documento elaborado em conformidade com os atos normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, exclusivo de cada RPPS, que demonstra, de forma resumida, as características gerais do plano de benefícios, da massa segurada pelo plano e os principais resultados da avaliação atuarial.
- 22) Dependente previdenciário: a pessoa física que mantenha vinculação previdenciária com o segurado, na forma da lei.
- 23) Dirigente da unidade gestora do RPPS: representante legal da unidade gestora do RPPS que compõe o seu órgão de direção ou diretoria executiva.
- 24) Duração do passivo: a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.
- 25) Ente federativo: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- 26) Equacionamento de deficit atuarial: decisão do ente federativo quanto às formas, prazos, valores e condições em que se dará o completo reequilíbrio do plano de benefícios do RPPS, observadas as normas legais e regulamentares.
- 27) Equilíbrio atuarial: garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores do



plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime.

- 28) Equilíbrio financeiro: garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.
- 29) Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média: a média das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias embasadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.
- 30) Evento gerador do benefício: evento que gera o direito e torna o segurado do RPPS ou o seu dependente elegível ao benefício.
- 31) Fluxo atuarial: discriminação dos fluxos de recursos, direitos, receitas e encargos do plano de benefícios do RPPS, benefício a benefício, período a período, que se trazidos a valor presente pela taxa atuarial de juros adotada no plano, convergem para os resultados do Valor Atual dos Benefícios Futuros e do Valor Atual das Contribuições Futuras que deram origem aos montantes dos fundos de natureza atuarial, às provisões matemáticas (reservas) a contabilizar e ao eventual deficit ou superavit apurados da avaliação atuarial.
- 32) Fundo em capitalização: fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no Plano de Benefícios do RPPS, no qual o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e idade foi estruturado sob o regime financeiro de capitalização e os demais benefícios em conformidade com as regras dispostas nesta Portaria.
- 33) Fundo em repartição: fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em caso de segregação da massa, em que as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo para oscilação de riscos.
- 34) Fundo para oscilação de riscos: valor destinado à cobertura de riscos decorrentes de desvios das hipóteses adotadas na avaliação atuarial ou com o objetivo de antisseleção de riscos, cuja finalidade é manter nível de estabilidade do plano de custeio do RPPS e garantir sua solvência.
- 35) Ganhos e perdas atuariais: demonstrativo sobre o ajuste entre a realidade e a expectativa que se tinha quando da formulação do plano de custeio, acerca do comportamento das hipóteses ou premissas atuariais.
- 36) Meta de rentabilidade: é a taxa real anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios, definida pela política de investimentos do RPPS.
- 37) Método de financiamento atuarial: metodologia adotada pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das reservas necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das

43



características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados e beneficiários do RPPS.

- 38) Nota técnica atuarial (NTA): documento técnico elaborado por atuário e exclusivo de cada RPPS, em conformidade com a instrução normativa emanada da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, que contém todas as formulações e expressões de cálculo das alíquotas de contribuição e dos encargos do plano de benefícios, das provisões (reservas) matemáticas previdenciárias e fundos de natureza atuarial, em conformidade com as bases técnicas aderentes à população do RPPS, bem como descreve, de forma clara e precisa, as características gerais dos benefícios, as bases técnicas adotadas e metodologias utilizadas nas formulações.
- 39) Órgãos de controle externo: Os tribunais de contas, responsáveis pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes federativos e entidades da Administração Pública direta e indireta, nos termos dos arts. 70 a 75 da Constituição Federal e respectivas constituições estaduais, e dos RPPS, na forma do inciso IX do art. 1º da Lei nº 9.717, de 1998.
- 40) Parecer atuarial: documento emitido por atuário que apresenta de forma conclusiva a situação financeira e atuarial do plano de benefícios, no que se refere à sua liquidez de curto prazo e solvência, que certifica a adequação da base cadastral e das bases técnicas utilizadas na avaliação atuarial, a regularidade ou não do repasse de contribuições ao RPPS e a observância do plano de custeio vigente, a discrepância ou não entre o plano de custeio vigente e o plano de custeio de equilíbrio estabelecido na última avaliação atuarial e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.
- 41) Passivo atuarial: é o valor presente, atuarialmente calculado, dos benefícios referentes aos servidores, dado determinado método de financiamento do plano de benefícios.
- 42) Pensionista: o dependente em gozo de pensão previdenciária em decorrência de falecimento do segurado ao qual se encontrava vinculado.
- 43) Plano de benefícios: benefícios de natureza previdenciária oferecidos aos segurados do RPPS, segundo as regras constitucionais e legais, limitados ao conjunto estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.
- 44) Plano de custeio: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminados por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessários para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios.
- 45) Plano de custeio de equilíbrio: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminadas por benefício, para financiamento do Plano de Benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessárias para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, proposto na avaliação atuarial.



- 46) Plano de custeio vigente: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, estabelecido em lei pelo ente federativo e vigente na posição da avaliação atuarial.
- 47) Projeções atuariais com as alíquotas de equilíbrio: compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por capitais de cobertura e os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas novas alíquotas de equilíbrio, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 48) Projeções atuariais com as alíquotas vigentes: compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por repartição de capitais de cobertura, os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas alíquotas vigentes, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 49) Provisão matemática de benefícios a conceder: corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício não concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.
- 50) Provisão matemática de benefícios concedidos: corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício já concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.
- 51) Regime financeiro de capitalização: regime onde há a formação de uma massa de recursos, acumulada durante o período de contribuição, capaz de garantir a geração de receitas equivalentes ao fluxo de fundos integralmente constituídos, para garantia dos benefícios iniciados após o período de acumulação dos recursos.
- 52) Regime financeiro de repartição de capitais de cobertura: regime no qual o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de pagamento de benefícios futuros, fluxo esse considerado até sua extinção e apenas para benefícios cujo evento gerador do benefício venha ocorrer naquele único exercício.
- 53) Regime financeiro de repartição simples: regime em que o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de benefícios futuros cujo pagamento venha a ocorrer nesse mesmo exercício.
- 54) Regime Geral de Previdência Social - RGPS: regime de filiação obrigatória para os trabalhadores não vinculados a regime próprio de previdência social.
- 55) Regime Próprio de Previdência Social - RPPS: o regime de previdência estabelecido no âmbito do ente federativo e que assegure por lei, a todos os



servidores titulares de cargo efetivos, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.

- 56) Relatório da avaliação atuarial: documento elaborado por atuário legalmente habilitado que apresenta os resultados do estudo técnico desenvolvido, baseado na Nota Técnica Atuarial e demais bases técnicas, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de previdência.
- 57) Relatório de análise das hipóteses: instrumento de responsabilidade da unidade gestora do RPPS, elaborado por atuário legalmente responsável, pelo qual demonstra-se a adequação e aderência das bases técnicas adotadas na avaliação atuarial do regime próprio às características da massa de beneficiários do regime, às normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e às normas editadas pelo ente federativo.
- 58) Reserva administrativa: constituída com os recursos destinados ao financiamento do custo administrativo do RPPS, relativos ao exercício corrente ou de sobras de custeio de exercícios anteriores e respectivos rendimentos, provenientes de alíquota de contribuição integrante do plano de custeio normal, aportes preestabelecidos para essa finalidade, repasses financeiros ou pagamentos diretos pelo ente federativo ou destinados a fundo administrativo instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- 59) Reserva de contingência: montante decorrente do resultado superavitário, para garantia de benefícios.
- 60) Resultado atuarial: resultado apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios, sendo superavitário caso as receitas superem as despesas, e, deficitário, em caso contrário.
- 61) Segregação da massa: a separação dos segurados do plano de benefícios do RPPS em grupos distintos que integrarão o Fundo em Capitalização e o Fundo em Repartição.
- 62) Segurado: o servidor público civil titular de cargo efetivo, o magistrado e o membro do Ministério Público e de tribunal de contas, ativo e aposentado; o militar estadual ativo, da reserva remunerada ou reformado, com vinculação previdenciária ao RPPS, abrangendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instituições, órgãos e entidades autônomas.
- 63) Segurado aposentado: o segurado em gozo de aposentadoria.
- 64) Segurado ativo: o segurado que esteja em fase laborativa.
- 65) Serviço passado: parcela do passivo atuarial do servidor ativo correspondente ao período anterior a seu ingresso no RPPS do ente, para a qual não exista compensação previdenciária integral. No caso do aposentado ou pensionista, é



a parcela do passivo atuarial referente a esses beneficiários, relativa ao período anterior à assunção pelo regime próprio e para o qual não houve contribuição para o correspondente custeio.

- 66) Sobrevida média dos aposentados e pensionistas: representa a sobrevida média da tábua de mortalidade na data da avaliação atuarial e expresso em anos dos aposentados, pensionistas vitalícios e da duração do tempo do benefício das pensões temporárias, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.
- 67) Superavit atuarial: resultado positivo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras e do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.
- 68) Tábuas biométricas: instrumentos demográficos estatísticos utilizados nas bases técnicas da avaliação atuarial que estimam as probabilidades de ocorrência de eventos relacionados de determinado grupo de pessoas, tais como: sobrevivência, mortalidade, invalidez, morbidade etc.
- 69) Taxa atuarial de juros: é a taxa anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios do RPPS, no horizonte de longo prazo, utilizada no cálculo dos direitos e compromissos do plano de benefícios a valor presente, sem utilização do índice oficial de inflação de referência do plano de benefícios.
- 70) Taxa de administração: compreende os limites a que o custo administrativo está submetido, expressos em termos de alíquotas e calculados nos termos dos parâmetros e diretrizes gerais para a organização e funcionamento dos RPPS.
- 71) Taxa de juros parâmetro: aquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, divulgada anualmente pela Secretaria de Previdência, seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios.
- 72) Valor atual das contribuições futuras: valor presente atuarial do fluxo das futuras contribuições de um plano de benefícios, considerando as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.
- 73) Valor atual dos benefícios futuros: valor presente atuarial do fluxo de futuros pagamentos de benefícios de um plano de benefícios, considerados as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.
- 74) Viabilidade financeira: capacidade de o ente federativo dispor de recursos financeiros suficientes para honrar os compromissos previstos no plano de benefícios do RPPS.
- 75) Viabilidade fiscal: capacidade de cumprimento dos limites fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.



- 76) Viabilidade orçamentária: capacidade de o ente federativo consignar receitas e fixar despesas, em seu orçamento anual, suficientes para honrar os compromissos com o RPPS.
- 77) Unidade gestora: a entidade ou órgão integrante da estrutura da administração pública do ente federativo que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.
- 78) Valor Justo: valor pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre as partes interessadas em condições ideais e com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação de comercialização.



ANEXO 2 – ESTATÍSTICAS

ESTATÍSTICAS DOS SERVIDORES ATIVOS

Tabela 1 – Estatísticas dos Servidores Ativos

Discriminação	Feminina	Masculino	Total
Quantidade de Servidores	2524	714	3238
Folha Mensal	R\$ 8.158.732,29	R\$ 3.091.259,96	R\$ 11.249.992,25
Benefício Médio Mensal	R\$ 3.232,46	R\$ 4.329,50	R\$ 3.474,36
Idade Mínima Atual	20	20	20
Idade Máxima Atual	75	74	75
Idade Média Atual	42	43	43
Idade Mínima de Admissão	17	18	17
Idade Máxima de Admissão	63	64	64
Idade Média de Admissão	32	32	32
Idade Média de Aposentadoria Projetada	57	63	59

Atualmente nos servidores ativos, 77,94% são mulheres, restando 22,05% de homens no grupo. A média salarial do grupo é de R\$ 3.474,36. A idade mínima ficou 20 para ambos os sexos, a idade máxima em 75 anos. A idade média do grupo é de 32 anos.

Tabela 2 – Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Etária

Intervalo	Feminina	Masculino	Frequência
Até 25	29	12	1%
26 a 30	165	51	7%
31 a 35	445	120	18%
36 a 40	504	135	20%
41 a 45	492	125	19%
46 a 50	404	103	16%
51 a 55	280	72	11%
56 a 60	150	67	6%
61 a 65	35	17	1%
66 a 75	20	12	1%
Acima de 75	1	0	0%
Total	2525	714	100%

Conforme já mencionado e demonstrado nas tabelas acima, a maior concentração ficou na faixa etária de 36 a 40 anos, reforçando a idade média de 32 anos.

Tabela 3 – Distribuição dos Servidores Ativos por Idade de Admissão

Intervalo	População	Frequência
Até 25	840	26%
26 a 30	852	26%
31 a 35	638	20%
36 a 40	447	14%
41 a 45	256	8%
46 a 50	139	4%
51 a 55	49	2%
56 a 60	15	0%
61 a 65	2	0%
66 a 75	0	0%
Acima de 75	0	0%
Total	3238	100%

A tabela acima evidencia que a maior parte da população dos ativos foram admitidos até os 30 anos, sendo assim positivo para o município visto que são servidores novos, tendo então bastante tempo de contribuição ao longo da vida laborativa.

Tabela 4 – Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Salarial

Intervalo	População	Frequência
Até R\$ 1.760,00	340	11%
R\$ 1.760,01 até 3.520,00	1706	53%
R\$ 3.520,01 até 4.400,00	738	23%
R\$ 4.400,01 até 6.433,56	279	9%
Acima de 6.433,57	175	5%
Total	3238	100%

A faixa salarial está 53% concentrada na faixa de R\$ 1.760 a R\$ 3.520, reforçando o salário médio do grupo de R\$ 3.474,36

Tabela 5 – Distribuição dos Servidores Ativos por Idade Provável de Aposentadoria

Intervalo	Feminino	Masculino	Total
Até 50 anos	492	0	492
51 a 55	840	34	874
56 a 60	528	344	872
61 a 65	345	137	482
66 a 70	186	98	284
Acima de 70	133	101	234
Total	2524	714	3238

A distribuição da idade provável de aposentadoria está concentrada nas idades de 51 a 60 anos, resultando a idade provável média de aposentadoria em 59 anos, é importante salientar que o grupo é formado por 77% de mulheres, portanto se justifica a idade provável média abaixo dos 60 anos.

Tabela 6 – Distribuição de Dependentes por Ativos

Intervalo	População	Frequência
Sem dependentes	812	25%
Com 1 dependente	1077	33%
Com 2 ou mais dependentes	1349	42%
Total	3238	100%

Na tabela acima demonstra a distribuição de dependentes por ativos, sendo assim 42% do grupo tem de 2 ou mais dependentes.

ESTATÍSTICAS DOS APOSENTADOS

Tabela 7 – Estatísticas dos Aposentados

Discriminação	Feminina	Masculino	Total
Quantidade de Servidores	978	171	1149
Folha Mensal	R\$ 4.631.008,62	R\$ 796.209,18	R\$ 5.427.217,80
Benefício Médio Mensal	R\$ 4.735,18	R\$ 4.656,19	R\$ 4.723,43
Idade Mínima Atual	37	33	33
Idade Máxima Atual	91	92	92
Idade Média Atual	63	70	64

Nos aposentados, fica evidenciado mais uma vez que grande parte do grupo é formado por mulheres, representando 85% do grupo. O benefício médio ficou em R\$ 4.723,43. E a idade média atual do grupo é de 64 anos, conforme pode ser observado na estratificação do grupo por faixa etária na tabela abaixo.

Tabela 8 – Aposentados por Faixa Etária

Intervalo	Feminina	Masculino	Frequência
36 a 40	2	0	0%
41 a 45	3	0	0%
46 a 50	27	0	2%
51 a 55	158	1	14%
56 a 60	205	23	20%
61 a 65	218	30	22%
66 a 75	279	78	31%
Acima de 75	86	38	11%
Total	978	170	100%

Tabela 9 – Aposentados por Faixa de Benefício

Intervalo	População	Frequência
Até R\$ 1.760,00	194	17%
R\$ 1.760,01 até 3.520,00	248	22%
R\$ 3.520,01 até 4.400,00	167	15%
R\$ 4.400,01 até 6.433,56	254	22%
Acima de 6.433,57	286	25%
Total	1149	100%

Tabela 10 – Aposentados por Dependentes

Intervalo	População	Frequência
Sem dependentes	286	28,66%
Com 1 dependente	606	60,72%
Com 2 ou mais dependentes	106	10,62%
Total	998	100,00%

ESTATÍSTICAS DOS PENSIONISTAS

Tabela 11 – Estatísticas dos Pensionistas

Discriminação	Feminina	Masculino	Total
Quantidade de Servidores	98	57	155
Folha Mensal	R\$ 225.040,27	R\$ 150.471,39	R\$ 375.511,66
Benefício Médio Mensal	R\$ 2.296,33	R\$ 2.639,85	R\$ 2.422,66
Idade Mínima Atual	9	12	9
Idade Máxima Atual	98	90	98
Idade Média Atual	68	57	64

No grupo dos pensionistas, a divisão entre homens e mulheres está mais similar, entretanto ainda o grupo de mulheres representa cerca de 63%. O valor do benefício médio é de R\$ 2.422,66, a idade mínima é de 9 anos, a idade máxima é 98 anos e a média da idade atual é 64 anos.

Tabela 12 – Pensionistas por Faixa Etária

Intervalo	Feminina	Masculino	Frequência
Até 36	5	11	5,10%
36 a 40	0	0	0,00%
41 a 45	4	2	4,08%
46 a 50	2	2	2,04%
51 a 55	4	6	4,08%
56 a 60	9	7	9,18%
61 a 65	10	3	10,20%
66 a 75	30	15	30,61%
Acima de 75	34	11	34,69%
Total	98	57	94,90%

Tabela 13 – Pensionistas por Faixa de Benefício

Intervalo	População	Frequência
Até R\$ 1.760,00	69	44,52%
R\$ 1.760,01 até 3.520,00	55	35,48%
R\$ 3.520,01 até 4.400,00	9	5,81%
R\$ 4.400,01 até 6.433,56	15	9,68%
Acima de 6.433,57	7	4,52%
Total	155	100,00%

ANEXO 3 - PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONTABILIZAR

Reservas Matemáticas em:		31/12/2021	Base de dados:	31/12/2021
Operação	Plano de Contas		R\$	
C	2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	R\$ 422.958.018,84	
C	2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 422.958.018,84	
C	2.2.7.2.1.01.00	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 0,00	
C	2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO	R\$ 0,00	
D	2.2.7.2.1.01.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00	
D	2.2.7.2.1.01.03	CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00	
D	2.2.7.2.1.01.04	CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00	
D	2.2.7.2.1.01.05	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00	
D	2.2.7.2.1.01.06	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00	
D	2.2.7.2.1.01.07	COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$ 0,00	
C	2.2.7.2.1.02.00	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ 0,00	
C	2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO	R\$ 0,00	
D	2.2.7.2.1.02.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00	
D	2.2.7.2.1.02.03	CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00	
D	2.2.7.2.1.02.04	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00	
D	2.2.7.2.1.02.05	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00	
D	2.2.7.2.1.02.06	COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$ 0,00	
C	2.2.7.2.1.03.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 790.124.935,32	
C	2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 871.357.238,40	
D	2.2.7.2.1.03.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 0,00	
D	2.2.7.2.1.03.03	CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-R\$ 12.443.670,84	
D	2.2.7.2.1.03.04	CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-R\$ 100.045,35	
D	2.2.7.2.1.03.05	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-R\$ 68.688.586,89	
D	2.2.7.2.1.03.06	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 0,00	
C	2.2.7.2.1.04.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ 452.761.201,54	
C	2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 962.819.183,80	
D	2.2.7.2.1.04.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-R\$ 263.187.203,18	
D	2.2.7.2.1.04.03	CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-R\$ 175.458.135,46	
D	2.2.7.2.1.04.04	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-R\$ 71.412.643,62	
D	2.2.7.2.1.04.05	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00	
D	2.2.7.2.1.05.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-R\$ 819.928.118,02	
D	2.2.7.2.1.05.98	OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-R\$ 819.928.118,02	
C	2.2.7.2.1.06.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO	R\$ 0,00	
C	2.2.7.2.1.06.01	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	R\$ 0,00	
C	2.2.7.2.1.07.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 0,00	
C	2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	R\$ 0,00	
C	2.2.7.2.1.07.02	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	R\$ 0,00	
C	2.2.7.2.1.07.03	PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	R\$ 0,00	
C	2.2.7.2.1.07.04	PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	R\$ 0,00	
C	2.2.7.2.1.07.98	OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	R\$ 0,00	

ANEXO 4 - PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS PRÓXIMOS DOZE MESES

ANEXO III - EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS								
(k)	Mês	2.2.7.2.1.03.00 PLANO	2.2.7.2.1.03.01 APOSENTADORIAS /	2.2.7.2.1.03.02 (-) CONTRIBUIÇÕES	2.2.7.2.1.03.03 (-) CONTRIBUIÇÕES	2.2.7.2.1.03.04 (-) CONTRIBUIÇÕES	2.2.7.2.1.03.05 (-) COMPENSAÇÃO	2.2.7.2.1.03.06 (-) PARCELAMENTO
0	dez/21	790.124.935,32	871.357.238,40	0,00	-12.443.670,84	-100.045,35	-68.688.586,89	0,00
1	jan/22	795.387.935,03	877.761.193,60	0,00	-12.692.441,72	-102.322,16	-69.578.494,70	0,00
2	fev/22	800.650.934,74	884.165.148,81	0,00	-12.941.212,60	-104.598,96	-70.468.402,51	0,00
3	mar/22	805.913.934,45	890.569.104,01	0,00	-13.189.983,48	-106.875,77	-71.358.310,32	0,00
4	abr/22	811.176.934,16	896.973.059,21	0,00	-13.438.754,36	-109.152,57	-72.248.218,13	0,00
5	mai/22	816.439.933,86	903.377.014,42	0,00	-13.687.525,24	-111.429,38	-73.138.125,94	0,00
6	jun/22	821.702.933,57	909.780.969,62	0,00	-13.936.296,12	-113.706,18	-74.028.033,75	0,00
7	jul/22	826.965.933,28	916.184.924,82	0,00	-14.185.067,00	-115.982,99	-74.917.941,56	0,00
8	ago/22	832.228.932,99	922.588.880,03	0,00	-14.433.837,88	-118.259,79	-75.807.849,36	0,00
9	set/22	837.491.932,70	928.992.835,23	0,00	-14.682.608,76	-120.536,60	-76.697.757,17	0,00
10	out/22	842.754.932,41	935.396.790,43	0,00	-14.931.379,64	-122.813,41	-77.587.664,98	0,00
11	nov/22	848.017.932,12	941.800.745,64	0,00	-15.180.150,52	-125.090,21	-78.477.572,79	0,00
12	dez/22	853.280.931,83	948.204.700,84	0,00	-15.428.921,40	-127.367,02	-79.367.480,60	0,00

(k)	Mês	2.2.7.2.1.04.00 PLANO	2.2.7.2.1.04.01 APOSENTADORIAS /	2.2.7.2.1.04.02 (-)	2.2.7.2.1.04.03 (-)	2.2.7.2.1.04.04 (-)	2.2.7.2.1.04.05 (-)	2.2.7.2.1.05.00 PLANO	2.2.7.2.1.05.98 (-) OUTROS
0	dez/21	452.761.201,54	962.819.183,80	-263.187.203,18	-175.458.135,46	-71.412.643,62	0,00	-819.928.118,02	-819.928.118,02
1	jan/22	458.627.033,80	978.009.759,34	-267.607.317,17	-179.437.564,91	-72.337.843,45	0,00	-820.605.539,34	-820.605.539,34
2	fev/22	464.492.866,06	993.200.334,88	-272.027.431,17	-183.416.994,36	-73.263.043,29	0,00	-821.282.960,66	-821.282.960,66
3	mar/22	470.358.698,33	1.008.390.910,42	-276.447.545,16	-187.396.423,81	-74.188.243,12	0,00	-821.960.381,97	-821.960.381,97
4	abr/22	476.224.530,59	1.023.581.485,96	-280.867.659,15	-191.375.853,26	-75.113.442,96	0,00	-822.637.803,29	-822.637.803,29
5	mai/22	482.090.362,85	1.038.772.061,50	-285.287.773,15	-195.355.282,71	-76.038.642,79	0,00	-823.315.224,61	-823.315.224,61
6	jun/22	487.956.195,11	1.053.962.637,04	-289.707.887,14	-199.334.712,16	-76.963.842,63	0,00	-823.992.645,93	-823.992.645,93
7	jul/22	493.822.027,37	1.069.153.212,58	-294.128.001,13	-203.314.141,62	-77.889.042,46	0,00	-824.670.067,25	-824.670.067,25
8	ago/22	499.687.859,64	1.084.343.788,12	-298.548.115,12	-207.293.571,07	-78.814.242,30	0,00	-825.347.488,57	-825.347.488,57
9	set/22	505.553.691,90	1.099.534.363,66	-302.968.229,12	-211.273.000,52	-79.739.442,13	0,00	-826.024.909,88	-826.024.909,88
10	out/22	511.419.524,16	1.114.724.939,21	-307.388.343,11	-215.252.429,97	-80.664.641,97	0,00	-826.702.331,20	-826.702.331,20
11	nov/22	517.285.356,42	1.129.915.514,75	-311.808.457,10	-219.231.859,42	-81.589.841,80	0,00	-827.379.752,52	-827.379.752,52
12	dez/22	523.151.188,68	1.145.106.090,29	-316.228.571,10	-223.211.288,87	-82.515.041,64	0,00	-828.057.173,84	-828.057.173,84



ANEXO 5 - RESUMO DOS FLUXOS ATUARIAIS E DA POPULAÇÃO COBERTA

Ano	Quantidade servidores ativos	Concessão de Benefícios	(A) TOTAL DAS RECEITAS COM CONTRIBUIÇÕES E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	(B) TOTAL DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS DO PLANO
2022	3238	44	70.260.299,00	45.927.828,24
2023	3194	76	73.334.301,91	49.406.283,77
2024	3118	82	75.749.171,95	53.469.108,14
2025	3036	67	77.340.457,10	57.118.441,14
2026	2969	76	79.257.426,82	61.747.394,16
2027	2893	74	80.667.807,90	66.670.861,10
2028	2819	63	82.368.449,69	71.558.993,37
2029	2756	64	83.949.278,23	76.339.463,90
2030	2692	83	85.339.401,64	81.978.747,01
2031	2609	151	86.211.464,78	88.702.407,92
2032	2458	107	85.750.921,64	94.725.660,51
2033	2351	117	85.937.718,48	99.991.702,77
2034	2234	123	85.733.608,70	105.335.451,00
2035	2111	120	85.109.273,26	111.734.127,94
2036	1991	128	84.328.836,77	116.986.961,72
2037	1863	143	82.829.414,25	122.795.340,22
2038	1720	152	81.359.864,82	128.717.878,00
2039	1568	182	79.288.319,32	135.262.801,70
2040	1386	171	34.248.896,22	142.960.853,61
2041	1215	150	31.757.445,80	145.109.145,69
2042	1065	137	29.913.337,48	149.607.469,48
2043	928	145	28.637.169,58	157.313.448,92
2044	783	135	25.958.224,08	156.246.137,84
2045	648	121	23.868.888,09	160.256.042,99
2046	527	126	22.019.119,03	160.499.944,88
2047	401	94	20.023.286,13	162.953.300,74
2048	307	58	17.934.234,47	158.214.990,72
2049	249	51	16.311.290,69	151.216.312,25
2050	198	50	15.231.207,46	149.744.214,14
2051	148	39	14.529.456,77	152.978.620,61
2052	109	25	13.394.917,20	146.793.368,26
2053	84	17	12.787.877,43	144.678.336,87
2054	67	22	11.791.821,49	136.570.447,03
2055	45	19	11.043.756,08	131.885.116,34
2056	26	7	10.353.823,70	127.432.983,54
2057	19	13	10.056.961,29	124.352.490,55
2058	6	2	9.338.357,56	116.545.497,83
2059	4	1	9.096.229,45	113.595.258,38
2060	3	2	8.798.251,27	109.834.500,84
2061	1	0	8.366.546,63	104.565.859,93
2062	1	1	7.931.498,34	99.126.999,35
2063	0	0	6.952.407,68	86.963.517,55
2064	0	0	6.503.845,33	81.359.024,63
2065	0	0	6.061.136,76	75.827.108,31
2066	0	0	5.334.968,27	66.742.469,56
2067	0	0	4.687.433,34	58.641.469,84
2068	0	0	4.390.157,47	54.919.608,26
2069	0	0	3.723.801,94	46.580.242,62
2070	0	0	2.827.744,69	35.376.705,56
2071	0	0	1.725.955,97	21.598.901,10
2072	0	0	961.360,27	12.039.384,71
2073	0	0	175.756,11	2.216.139,14
2074	0	0	115.787,03	1.467.335,66
2075	0	0	41.081,48	527.302,43
2076	0	0	28.240,81	365.412,19
2077	0	0	11.067,47	145.127,75
2078	0	0	3.426,68	48.175,62
2079	0	0	3.595,29	46.134,52

ANEXO 6 - PROJEÇÕES ATUARIAIS PARA O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO

ANEXO VI				
Toledo				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE				
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL				
2021 - 2095				
RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, §1º, inciso II)				
EXERCÍCIO	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	SALDO FINANCEIRO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = ("d" Exercício
2021	95.253.800,67	68.354.012,95	26.899.787,72	422.958.018,84
2022	123.333.239,85	77.368.191,18	45.965.048,66	468.923.067,50
2023	132.408.944,60	81.370.195,02	51.038.749,58	519.961.817,09
2024	140.048.681,63	85.728.379,13	54.320.302,50	574.282.119,59
2025	150.861.864,81	89.175.998,05	61.685.866,76	635.967.986,34
2026	162.334.726,46	93.200.290,94	69.134.435,52	705.102.421,87
2027	172.816.598,05	97.100.605,56	75.715.992,48	780.818.414,35
2028	185.262.288,38	100.313.364,94	84.948.923,44	865.767.337,79
2029	195.234.595,10	103.546.565,39	91.688.029,71	957.455.367,50
2030	207.485.932,33	108.110.386,37	99.375.545,96	1.056.830.913,46
2031	225.243.845,18	117.266.621,29	107.977.223,89	1.164.808.137,35
2032	237.573.704,05	123.340.197,97	114.233.506,07	1.279.041.643,42
2033	250.504.433,14	130.146.249,21	120.358.183,93	1.399.399.827,35
2034	263.970.591,02	137.391.467,60	126.579.123,42	1.525.978.950,77
2035	277.832.929,12	144.345.078,03	133.487.851,09	1.659.466.801,86
2036	290.611.823,81	151.886.478,81	138.725.345,00	1.798.192.146,86
2037	303.976.429,72	160.537.224,58	143.439.205,14	1.941.631.352,00
2038	317.792.956,83	169.782.126,73	148.010.830,10	2.089.642.182,09
2039	331.507.353,56	181.178.993,53	150.328.360,03	2.239.970.542,12
2040	235.650.339,97	191.748.251,99	43.902.087,98	2.283.872.630,10
2041	240.710.714,71	200.787.497,57	39.923.217,13	2.323.795.847,23
2042	245.313.570,00	208.701.887,14	36.611.682,85	2.360.407.530,09
2043	249.858.624,59	217.289.504,30	32.569.120,29	2.392.976.650,37
2044	265.248.124,86	225.024.461,68	40.223.663,17	2.433.200.313,55
2045	269.979.658,34	231.722.876,93	38.256.781,40	2.471.457.094,95
2046	274.686.540,85	238.768.999,53	35.917.541,31	2.507.374.636,26
2047	278.632.845,20	243.308.229,34	35.324.615,86	2.542.699.252,12
2048	281.823.813,07	244.942.157,53	36.881.655,54	2.579.580.907,66
2049	284.995.220,42	246.097.633,78	38.897.586,64	2.618.478.494,30
2050	288.252.961,55	247.087.836,11	41.165.125,44	2.659.643.619,75
2051	292.790.322,76	252.625.256,03	40.165.066,73	2.699.808.686,48
2052	297.275.123,41	258.165.123,86	39.109.999,55	2.738.918.686,03
2053	301.692.970,35	263.662.795,80	38.030.174,55	2.776.948.860,58
2054	324.907.861,20	269.203.068,91	55.704.792,29	2.832.653.652,87
2055	330.733.332,05	274.741.656,59	55.991.675,45	2.888.645.328,33
2056	336.595.679,82	280.319.480,49	56.276.199,33	2.944.921.527,66
2057	342.495.490,62	285.938.592,36	56.556.898,26	3.001.478.425,92
2058	348.403.427,86	291.507.808,25	56.895.619,61	3.058.374.045,53
2059	354.380.214,56	297.205.781,72	57.174.432,84	3.115.548.478,37
2060	360.364.443,53	302.851.619,25	57.512.824,28	3.173.061.302,66
2061	366.388.819,48	308.536.121,00	57.852.698,49	3.230.914.001,14
2062	413.306.034,72	314.256.667,65	99.049.367,06	3.329.963.368,21
2063	422.610.134,07	320.015.344,58	102.594.789,49	3.432.558.157,70
2064	432.150.602,29	325.809.457,48	106.341.144,81	3.538.899.302,51
2065	441.875.750,81	331.497.180,79	110.378.570,02	3.649.277.872,53
2066	451.952.941,24	337.411.447,10	114.541.494,13	3.763.819.366,66
2067	479.374.755,88	343.166.978,48	136.207.777,40	3.900.027.144,06
2068	491.274.669,77	349.003.879,34	142.270.790,43	4.042.297.934,48
2069	503.587.665,07	354.923.201,52	148.664.463,55	4.190.962.398,03
2070	516.284.200,66	360.826.021,76	155.458.178,90	4.346.420.576,94
2071	346.032.190,75	366.710.418,20	-20.678.227,45	4.325.742.349,48
2072	345.633.342,43	372.676.419,96	-27.043.077,53	4.298.699.271,96



2073	344.861.021,57	378.622.052,98	-33.761.031,41	4.264.938.240,54
2074	343.694.126,11	384.545.283,10	-40.851.156,99	4.224.087.083,55
2075	342.110.410,78	390.495.215,56	-48.384.804,78	4.175.702.278,77
2076	340.083.350,12	396.580.131,20	-56.496.781,08	4.119.205.497,69
2077	337.578.331,16	402.640.494,96	-65.062.163,80	4.054.143.333,89
2078	334.568.237,12	408.618.602,02	-74.050.364,90	3.980.092.969,00
2079	331.027.787,37	414.841.451,19	-83.813.663,82	3.896.279.305,18
2080	326.910.565,41	420.926.997,57	-94.016.432,16	3.802.262.873,01
2081	322.190.293,32	427.035.554,73	-104.845.261,41	3.697.417.611,61
2082	316.829.498,62	433.224.190,33	-116.394.691,71	3.581.022.919,89
2083	310.785.037,31	439.438.465,46	-128.653.428,15	3.452.369.491,74
2084	304.014.444,01	445.674.753,97	-141.660.309,96	3.310.709.181,78
2085	296.472.923,93	451.991.824,40	-155.518.900,47	3.155.190.281,31
2086	288.109.469,41	458.273.424,97	-170.163.955,57	2.985.026.325,74
2087	278.876.988,37	464.696.194,31	-185.819.205,94	2.799.207.119,80
2088	268.714.965,87	471.020.648,00	-202.305.682,13	2.596.901.437,68
2089	257.573.626,11	477.425.121,14	-219.851.495,04	2.377.049.942,64
2090	245.389.507,58	483.910.581,68	-238.521.074,11	2.138.528.868,53
2091	232.095.284,01	490.478.008,92	-258.382.724,91	1.880.146.143,62
2092	217.619.531,81	497.128.393,65	-279.508.861,84	1.600.637.281,78
2093	201.886.483,50	503.611.335,83	-301.724.852,33	1.298.912.429,45
2094	178.336.288,45	510.301.182,25	-331.964.893,80	966.947.535,66
2095	161.136.556,12	516.946.236,65	-355.809.680,53	611.137.855,12

Notas:

1 Projeção atuarial elaborada em 31/12/2021 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social – MPS.

2 Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Financeiras - Taxa de Juros de 4,89%, Crescimento Salarial de 1% e Compensação Financeira correspondente a um percentual de até 8% da Reserva Matemática.

Biométricas – Tábua de Mortalidade IBGE-2020 (Sobrevivência de Válidos e Inválidos) e Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas.

Demográficas - A **População** está baseada em informações individuais de Servidores Estatutários Ativos, Aposentados, Pensionistas e Dependentes. O **Compromisso Médio Familiar do Segurado** foi calculado individualmente, levando em conta a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício vitalício ou a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício por maior tempo. A **Rotatividade** foi desconsiderada e os **Novos Entrandos** não foi adotado para efeito de determinação do Custeio ou das Reservas.

Fonte: Avaliação Atuarial 2022

ANEXO 7 - RESULTADO DA DURAÇÃO DO PASSIVO E ANÁLISE EVOLUTIVA

O artigo 11 da Portaria nº 464/2018 trata da obrigatoriedade da divulgação da Duração do Passivo, que corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do RPPS, líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas, ponderada pelos valores presentes desses fluxos, definido no artigo 2º da Instrução Normativa nº 2/2018 que dispõe sobre os critérios e metodologias a serem utilizadas nas avaliações atuariais dos RPPS.

Cálculo do Fluxo	Valores
Benefícios líquidos a valor presente (a)	1.865.776.253,56
Benefícios líquidos ponderados pelo instante (b)	34.609.456.142,57
Duração do Passivo (b/a)	18,55

Como análise evolutiva, aprestamos o quadro abaixo:

Ano	Duração do Passivo (anos)
2021	18,56
2022	18,55

ANEXO 8 - TÁBUA DE MORTALIDADE IBGE-2020 E HUNTER/ÁLVARO VINDAS

x	Masculino q_x/q_x^u	Feminino q_x/q_x^u	Hunter AVL_x
0	0,0124260232	0,0106351340	0,0000000
1	0,0008605361	0,0007098226	0,0000000
2	0,0005702738	0,0004457274	0,0000000
3	0,0004414661	0,0003335412	0,0000000
4	0,0003665451	0,0002700837	0,0000000
5	0,0003175020	0,0002293552	0,0000000
6	0,0002837396	0,0002016590	0,0000000
7	0,0002606720	0,0001827453	0,0000000
8	0,0002465327	0,0001707855	0,0000000
9	0,0002413697	0,0001653633	0,0000000
10	0,0002468776	0,0001671766	0,0000000
11	0,0002667221	0,0001780907	0,0000000
12	0,0003073263	0,0002115930	0,0000000
13	0,0003792582	0,0002528569	0,0000000
14	0,0004995061	0,0002901568	0,0000000
15	0,0009863461	0,0003298724	0,0005750
16	0,0012604854	0,0003758976	0,0005730
17	0,0015093319	0,0004125201	0,0005720
18	0,0017124993	0,0004347413	0,0005700
19	0,0018757190	0,0004465647	0,0005690
20	0,0020391216	0,0004570815	0,0005690
21	0,0021971370	0,0004715785	0,0005690
22	0,0023004128	0,0004874053	0,0005690
23	0,0023342790	0,0005059625	0,0005700
24	0,0023166014	0,0005273718	0,0005720
25	0,0022754651	0,0005499733	0,0005750
26	0,0022404403	0,0005745310	0,0005790
27	0,0022212227	0,0006040427	0,0005830
28	0,0022323512	0,0006396806	0,0005890
29	0,0022679912	0,0006808393	0,0005960
30	0,0023090497	0,0007280079	0,0006050
31	0,0023478140	0,0007787009	0,0006150
32	0,0023963564	0,0008298192	0,0006280
33	0,0024556725	0,0008799429	0,0006430
34	0,0025267294	0,0009318003	0,0006600
35	0,0026117232	0,0009898458	0,0006810
36	0,0027107020	0,0010579123	0,0007040
37	0,0028224767	0,0011368413	0,0007320
38	0,0029473112	0,0012286120	0,0007640
39	0,0030878088	0,0013334622	0,0008010
40	0,0032459602	0,0014480500	0,0008440
41	0,0034263513	0,0015743982	0,0008930
42	0,0036336758	0,0017188192	0,0009490
43	0,0038714374	0,0018838034	0,0010140
44	0,0041392059	0,0020672988	0,0010880
45	0,0044332980	0,0022680997	0,0011740
46	0,0047535716	0,0024808670	0,0012710
47	0,0051046346	0,0027007276	0,0013830
48	0,0054882092	0,0029247749	0,0015110
49	0,0059048280	0,0031571462	0,0016570
50	0,0063541980	0,0034085483	0,0018230
51	0,0068370526	0,0036824163	0,0020140
52	0,0073556726	0,0039733918	0,0022310
53	0,0079117049	0,0042822805	0,0024790
54	0,0085068350	0,0046136250	0,0027620
55	0,0091510444	0,0049777437	0,0030850
56	0,0098403852	0,0053773820	0,0034520
57	0,0105624775	0,0058084707	0,0038720
58	0,0113143725	0,0062728960	0,0043500
59	0,0121088612	0,0067788905	0,0048950
60	0,0129654520	0,0073352990	0,0055160



61	0,0139040191	0,0079547349	0,0062230
62	0,0149351320	0,0086484806	0,0070290
63	0,0160742149	0,0094274958	0,0079470
64	0,0173299188	0,0102964640	0,0089930
65	0,0186750597	0,0112472271	0,0101930
66	0,0201431999	0,0122920194	0,0115420
67	0,0218149541	0,0134611241	0,0130870
68	0,0237359017	0,0147725273	0,0148470
69	0,0258952012	0,0162291887	0,0168520
70	0,0282295807	0,0178059027	0,0191350
71	0,0307280087	0,0195199625	0,0217340
72	0,0334585647	0,0214289766	0,0246950
73	0,0364477823	0,0235649237	0,0280660
74	0,0397041276	0,0259288239	0,0319040
75	0,0432117276	0,0284701233	0,0362750
76	0,0469869254	0,0312100315	0,0412520
77	0,0510885539	0,0342462171	0,0469190
78	0,0555584236	0,0376333705	0,0553710
79	0,0604230416	0,0413761133	0,0607180
80	0,0647070631	0,0454462004	0,0690840
81	0,0692444650	0,0496731595	0,0786080
82	0,0740706263	0,0540808254	0,0894530
83	0,0792269591	0,0586962476	0,1018000
84	0,0847623001	0,0635503845	0,1158590
85	0,0907346949	0,0686789657	0,1318650
86	0,0972137092	0,0741235714	0,1500900
87	0,1042834577	0,0799330004	0,1708400
88	0,1120466183	0,0861650191	0,1944650
89	0,1206298245	0,0928886231	0,2213630
90	0,1301910056	0,1001869952	0,2519880
91	0,1409295324	0,1081614202	0,2876360
92	0,1531004667	0,1169365343	0,3274200
93	0,1670349230	0,1266674619	0,3727190
94	0,1831697077	0,1375496638	0,4242960
95	0,2020913028	0,1498327475	0,4830220
96	0,2246024252	0,1638401706	0,5498890
97	0,2518246071	0,1799978710	0,6260240
98	0,2853584508	0,1988766824	0,7127120
99	0,3275341131	0,2212564091	0,8114160
100	0,3817891443	0,2482244332	0,9138010
101	0,4531560031	0,2813296301	1,0000000
102	0,5484747904	0,3228231549	1,0000000
103	0,6742337938	0,3760237566	1,0000000
104	0,8243819875	0,4458007602	1,0000000
105	0,9515468430	0,5388513760	1,0000000
106	0,9969611011	0,6619375647	1,0000000
107	0,9999901790	0,8110892498	1,0000000
108	0,9999999999	0,9433631051	1,0000000
109	1,0000000000	0,9957616093	1,0000000
110	1,0000000000	0,9999806715	1,0000000
111	1,0000000000	0,9999999996	1,0000000



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

80
m

LEI Nº 1.929, de 4 de maio de 2006 (TEXTO COMPILADO)

Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Toledo e a entidade de previdência.

(Vide texto consolidado da Lei)

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS FINALIDADES, DEFINIÇÕES E PRINCÍPIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 1º – Esta Lei reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores titulares de cargo efetivo da administração direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes do Município, dispondo acerca da natureza e das características dos benefícios previdenciários e do respectivo regime de custeio.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 2º – O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) tem por finalidade assegurar o gozo dos benefícios previstos nesta Lei, a serem custeados pelo Município, suas autarquias e fundações e pelos segurados e beneficiários, na forma dos instrumentos normativos correspondentes.

CAPÍTULO III

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º – Para os efeitos desta Lei, definem-se como:

I – *beneficiário*: pessoa que, na qualidade de dependente de segurado, pode exigir o gozo dos benefícios especificados nesta Lei;

II – *cargo efetivo*: conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades específicas previstas na estrutura organizacional da administração direta do Município, suas autarquias e fundações, cometidas a um servidor aprovado por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;

III – *carreira*: sucessão de cargos efetivos, estruturados em níveis e graus segundo sua natureza, complexidade e grau de responsabilidade, de acordo com o plano definido por lei do Município;

IV – *contribuições ordinárias*: montante de recursos devidos pelo Município e pelos segurados e beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social para o custeio do respectivo plano de benefícios, resultante da aplicação dos percentuais de contribuição ordinária sobre a respectiva remuneração de contribuição;

V – *equilíbrio atuarial*: correspondência entre as exigibilidades decorrentes dos planos de benefícios e as reservas técnicas resultantes do plano de custeio;

VI – *folha líquida de benefícios*: total da despesa previdenciária, deduzidas as contribuições dos segurados;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

VII – *fundo previdenciário capitalizado*: aquele que possui fases distintas de contribuição e de pagamento de benefícios, e possibilita acumulação progressiva e antecipada de toda a reserva necessária para assegurar o pagamento dos benefícios contratados;

VIII – *hipóteses atuariais*: conjunto de parâmetros técnicos adotados para a elaboração da avaliação atuarial necessária à quantificação das reservas técnicas e elaboração do plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social;

IX – *percentual de contribuição ordinária*: expressão percentual calculada atuarialmente considerada necessária e suficiente ao custeio ordinário do plano de benefícios mediante a sua incidência sobre a remuneração de contribuição;

X – *plano de benefícios*: especificação dos benefícios atribuídos por esta Lei aos seus segurados e beneficiários;

XI – *plano de custeio*: regulamento e especificação das regras relativas às fontes de receita do Regime Próprio de Previdência Social necessárias ao custeio dos seus benefícios, compreendendo o regime de constituição de reservas por amortizar e de contribuições ordinárias;

XII – *recursos garantidores*: conjunto de bens e direitos integralizados ou por amortizar ao Regime Próprio de Previdência Social para o pagamento de suas obrigações previdenciárias;

XIII – *reserva matemática*: expressão dos valores atuais das obrigações do Regime Próprio de Previdência Social relativas a benefícios concedidos, no caso de segurados e beneficiários em gozo de benefícios, e a benefícios a conceder, no caso de segurados que já possam exercer direitos perante o Regime ou dos que vierem a implementar os requisitos para solicitar benefícios especificados nesta Lei;

XIV – *reserva técnica*: corresponde às reservas matemáticas totais acrescidas do *superávit* ou *déficit* e tem valor equivalente ao ativo líquido do plano, assim entendida a parcela do ativo do Regime Próprio de Previdência Social destinada à cobertura dos benefícios previdenciários;

XV – *reservas por amortizar*: parcela da reserva técnica a integralizar através de um plano suplementar de amortização do Regime Próprio de Previdência Social, podendo ser integralizada por contribuição suplementar temporária;

XVI – *segurado*: servidor público titular de cargo efetivo do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo e de suas autarquias e fundações, e os aposentados.

CAPÍTULO IV DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º – Os recursos garantidores integralizados do Regime Próprio de Previdência Social têm a natureza de direito coletivo dos segurados.

§ 1º – O gozo individual pelo segurado, ou por seus beneficiários, do direito de que trata o **caput** deste artigo fica condicionado à satisfação dos requisitos necessários à percepção dos benefícios estabelecidos nesta Lei e em legislação supletiva.

§ 2º – O desligamento do segurado do Regime Próprio de Previdência Social não atribui direito de retirada das contribuições vertidas ao Regime Próprio de Previdência Social.

Art. 5º – É vedado alterar o equilíbrio atuarial do Regime Próprio de Previdência Social mediante:

I – a criação ou assunção de benefícios sem o anterior ajuste do plano de custeio;

II – a alteração do regime de pagamento de recursos garantidores por amortizar e das contribuições ordinárias financeiramente exigíveis para o custeio do plano de benefício; ou

III – a desafetação, total ou parcial, dos recursos garantidores.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Art. 6º – É vedado o pagamento de benefícios mediante convênios ou consórcios com outros entes da Federação.

Parágrafo único – Os convênios celebrados antes da vigência da Lei Federal nº 9.717/98 deverão garantir integralmente o pagamento dos benefícios já concedidos, bem como daqueles cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados até 27 de novembro de 1998, sendo vedada a concessão de novos benefícios a partir dessa data.

Art. 7º – Os percentuais de contribuição ordinária serão estabelecidos mediante prévio estudo técnico-atuaria, consideradas as características dos respectivos segurados e beneficiários.

§ 1º – Os percentuais de contribuição ordinária dos segurados e beneficiários não serão inferiores aos da contribuição dos servidores titulares de cargo efetivo da União.

§ 2º – O percentual de contribuição ordinária do Município não poderá ser inferior ao percentual da contribuição ordinária dos segurados e beneficiários, nem superior ao dobro desse percentual.

Art. 8º – Será assegurado pleno acesso aos segurados e beneficiários às informações relativas à gestão do Regime Próprio de Previdência Social.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

DA REESTRUTURAÇÃO DA ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA

Art. 9º – Fica reestruturado o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Toledo, de forma que, a partir da data de publicação desta Lei, a Secretaria de Recursos Humanos do Município de Toledo, por meio da Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV, a ela vinculada, passará a ser a unidade responsável pela operacionalização e administração do plano de benefícios previdenciários e do respectivo plano de custeio de que trata esta Lei, bem como pelos processos e procedimentos a eles vinculados.

§ 1º – Assinarão, em conjunto, pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município, o Coordenador de Previdência e o Secretário Municipal de Recursos Humanos.

§ 2º – A Coordenação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Toledo será exercida por servidor ocupante de cargo em comissão, nomeado pelo Prefeito, dentre servidores titulares de cargo efetivo ou inativo, indicado pelo Conselho de Administração do FAPES/TOLEDOPREV, que atenda os seguintes requisitos mínimos e outros estabelecidos no Regimento Interno do Conselho: (redação dada pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

I – tenha mais de cinco anos de serviço prestado ao Município de Toledo;

II – possua formação em nível superior, preferencialmente nos cursos de Administração, Ciências Contábeis ou Econômicas, Direito ou congêneres a qualquer desses;

III – comprove ter sido aprovado em exame de certificação, conforme previsto no inciso II do artigo 8º-B da Lei nº 9.717/1998, a qual será emitida por meio de



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

processo realizado por instituição certificadora reconhecida nos termos da Portaria nº 9.907/2020;

IV – comprove experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos, nas áreas previdenciária, financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

V – não tenha sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do **caput** do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar.

§ 3º – A Coordenação do Regime Próprio de Previdência Social será exercida pelo Diretor-Executivo do TOLEDOPREV ou seu sucedâneo, com vencimentos correspondentes ao Símbolo CC-2-T da Tabela “C” da Lei nº 1.821/1999. (redação dada pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

§ 4º – O Município cederá à Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV os servidores indispensáveis à sua administração.

Art. 10 – A Secretaria de Recursos Humanos do Município de Toledo, por meio da Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV a ela vinculada, como Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social:

I – disponibilizará aos segurados e beneficiários, informações atualizadas sobre as receitas e despesas do respectivo Regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir seu equilíbrio financeiro e atuarial;

II – procederá ao recenseamento previdenciário, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do respectivo Regime, com periodicidade não superior a um ano. (redação dada pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

Parágrafo único – As ações da Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV de que trata o **caput** deste artigo, referente à administração do Regime Próprio de Previdência Social, estarão sujeitas ao acompanhamento e fiscalização do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Art. 11 – A Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV assumirá a administração do pagamento dos benefícios devidos pelo Município aos segurados e beneficiários, definidos nesta Lei.

Parágrafo único – A Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV realizará pelo menos uma audiência pública anual com os segurados, os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo e a sociedade civil, para apresentação de prestação de contas do regime próprio de previdência. (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

Art. 12 – É vedado à Unidade Gestora de que trata este capítulo assumir atribuições, responsabilidades e obrigações estranhas às suas finalidades.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 13 – Fica reestruturado o Conselho de Administração – CA, órgão superior de deliberação colegiada do Regime Próprio de Previdência Social, composto pelos seguintes membros:

I – três representantes do Governo Municipal, com seus respectivos suplentes, designados pelo Chefe do Executivo;

II – três representantes dos segurados e beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social, sendo dois representantes dos segurados em atividade e um



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

representante dos segurados aposentados e beneficiários, eleitos, com os respectivos suplentes, entre seus pares, na forma do regulamento.

§ 1º - Os membros do CA deverão: (redação dada pela Lei nº 2.357, de 30 de novembro de 2021)

I - comprovar, no mínimo, cinco anos de serviço público municipal de Toledo;

II - possuir, preferencialmente, formação em nível superior, nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito ou congêneres;

III - comprovar terem sido aprovados em exame de certificação, conforme previsto no inciso II do artigo 8º-B da Lei nº 9.717/1998, a qual será emitida por meio de processo realizado por instituição certificadora reconhecida nos termos da Portaria nº 9.907/2020; e

IV - não terem sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do *caput* do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar.

§ 1º-A – Os membros do CA representantes dos segurados e beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social, não poderão estar exercendo função gratificada ou em cargo comissionado junto à administração pública, exceto as gratificações outorgadas em vista de eleição direta para a escolha da direção das instituições educacionais. (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.188, de 10 de março de 2015)

§ 2º – Os membros do CA serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 4 (quatro) anos, admitida a recondução uma vez, procedendo-se à renovação alternada de seus membros a cada dois anos, de acordo com os critérios estabelecidos no Regimento Interno do colegiado. (redação dada pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

§ 3º – O CA será presidido por membro eleito em votação realizada entre seus integrantes, que será substituído, em suas ausências e impedimentos, por membro para tanto designado pelo Presidente, por período não superior a trinta dias consecutivos.

§ 4º – Os membros do CA não são destituíveis *ad nutum*, somente podendo ser afastados de seus cargos depois de condenados em processo administrativo de responsabilidade instaurado pelo Prefeito do Município ou em caso de vacância, assim entendida a decorrente da ausência não justificada em três reuniões consecutivas ou em quatro intercaladas num mesmo ano.

§ 5º – Das reuniões ordinárias e extraordinárias do CA, participará, sem direito a voto, o Coordenador de Previdência do Regime Próprio de Previdência Social.

§ 6º – O Regimento Interno do CA detalhará seu funcionamento, atribuições, responsabilidades, processo eleitoral e critérios para a renovação alternada de seus membros. (redação dada pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

Art. 14 – Compete ao Conselho de Administração:

I – estabelecer diretrizes gerais e acompanhar a execução das políticas aplicáveis ao Regime Próprio de Previdência Social; (redação dada pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

II – apreciar e aprovar, observando a legislação de regência, as diretrizes e regras relativas à aplicação dos recursos econômico-financeiros do Regime Próprio de Previdência Social, à política de benefícios e à adequação entre os planos de custeio e de benefícios;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

III – deliberar sobre a alienação ou gravame de bens integrantes do patrimônio imobiliário do Regime Próprio de Previdência Social;

IV – decidir sobre a aceitação de doações e legados com encargos de que resultem compromisso econômico-financeiro para o Regime Próprio de Previdência Social, na forma da lei;

V – definir as competências e atribuições da Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV;

VI – acompanhar e avaliar a gestão previdenciária;

VII – apreciar e aprovar, anualmente, os planos e programas de benefícios e custeio do Regime Próprio de Previdência Social;

VIII – apreciar e aprovar as propostas orçamentárias do Regime Próprio de Previdência Social;

IX – acompanhar e apreciar, mediante relatórios gerenciais por ele definidos, a execução dos planos, programas e orçamentos do Regime Próprio de Previdência Social;

X – acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao Regime Próprio de Previdência Social;

XI – apreciar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas;

XII – elaborar e aprovar seu regimento interno, do regime próprio de previdência, do Conselho Fiscal e suas alterações;

XIII – deliberar sobre os casos omissos no âmbito das regras aplicáveis ao Regime Próprio de Previdência Social;

XIV – aprovar a política de investimentos anual dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social do Município; (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

XV – aprovar o Plano de Ação Anual ou Planejamento Estratégico; (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

XVI – emitir parecer relativo às propostas de atos normativos com reflexos na gestão dos ativos e passivos previdenciários; (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

XVII – acompanhar os resultados das auditorias dos órgãos de controle e supervisão e acompanhar as providências adotadas; (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

XVIII – indicar ao Chefe do Executivo, pessoa dentre os servidores titulares de cargo efetivo ou inativo para exercer o cargo de Diretor-Executivo do TOLEDOPREV, e propor a sua exoneração; (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

XIX - deliberar acerca da reversão dos recursos que integram a reserva administrativa da taxa de administração para o pagamento de benefícios. (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.357, de 30 de novembro de 2021)

§ 1º – As decisões do CA serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

§ 2º – Os órgãos governamentais deverão prestar toda e qualquer informação necessária ao adequado cumprimento das competências do CA, fornecendo, sempre que necessário, os estudos técnicos correspondentes.

§ 3º – Os membros do Conselho de Administração não receberão remuneração pelo desempenho de tal função, sendo suas atividades consideradas relevantes ao serviço público.

Art. 15 – Para realizar satisfatoriamente suas atividades, o CA pode solicitar, a qualquer tempo, a custo da Secretaria de Recursos Humanos a elaboração de



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

estudos e diagnósticos técnicos relativos a aspectos atuariais, jurídicos, financeiros e organizacionais, sempre que inerentes a assuntos de sua competência.

Art. 16 – Incumbirá à Secretaria de Recursos Humanos proporcionar ao CA os meios necessários ao exercício de suas competências.

CAPÍTULO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 17 – Fica criado, para examinar a conformidade dos atos dos gestores do Regime Próprio de Previdência em face dos correspondentes deveres legais, regulamentares e estatutários, subsidiando o Conselho de Administração, um Conselho Fiscal composto por:

I – dois representantes do Governo Municipal indicados, com seus respectivos suplentes, pelo Prefeito Municipal; e

II – dois representantes dos segurados e beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social, sendo um representante dos segurados em atividade e um representante dos segurados aposentados e beneficiários, eleitos, com os respectivos suplentes, entre seus pares, na forma do regulamento.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal deverão: (redação dada pela Lei nº 2.357, de 30 de novembro de 2021)

I - comprovar, no mínimo, cinco anos de serviço público municipal de Toledo;

II - possuir formação em nível superior, preferencialmente nos cursos de Administração, Ciências Contábeis ou Econômicas, Direito ou congênere a qualquer desses;

III - comprovar terem sido aprovados em exame de certificação, conforme previsto no inciso II do artigo 8º-B da Lei nº 9.717/1998, a qual será emitida por meio de processo realizado por instituição certificadora reconhecida nos termos da Portaria nº 9.907/2020; e

IV - não terem sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do *caput* do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar.

§ 2º – Os membros do Conselho Fiscal serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 4 (quatro) anos, admitida a recondução uma vez, não sendo destituíveis *ad nutum*, exceto nos casos previstos no § 4º do art. 13, procedendo-se à renovação alternada de seus membros a cada dois anos, de acordo com os critérios estabelecidos no Regimento Interno do colegiado. (redação dada pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

§ 3º – O Regimento Interno do Conselho Fiscal detalhará seu funcionamento, atribuições, responsabilidades, processo eleitoral e critérios para a renovação alternada de seus membros. (redação dada pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

§ 4º – Os membros do Conselho Fiscal não receberão remuneração pelo desempenho de tal função, sendo suas atividades consideradas relevantes ao serviço público.

Art. 18 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – examinar e emitir parecer sobre o balanço anual e as contas apuradas nos balancetes;

II – examinar, a qualquer tempo, livros e documentos do RPPS;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

III – registrar em atas e pareceres os resultados dos exames procedidos; (redação dada pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

IV – fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais;

V – relatar ao CA, as irregularidades eventualmente apuradas, sugerindo as medidas que julgar necessárias;

VI – opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias;

VII – acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao Regime Próprio de Previdência Social;

VIII – apreciar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas;

IX – acompanhar a aplicação das reservas técnicas garantidoras dos benefícios previstos em lei, notadamente no que concerne à liquidez e aos limites máximos de concentração de recursos;

X – atender às consultas e solicitações que lhe forem submetidas pelo CA e pela Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV;

XI – submeter ao CA proposta de alteração no seu regimento;

XII – acompanhar a realização do cálculo atuarial anualmente; (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

XIII – solicitar ao atuário informações complementares acerca do cálculo atuarial quando entender que há necessidade; (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

XIV – verificar a coerência das premissas e resultados da avaliação atuarial; (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

XV – zelar pela gestão econômico-financeira; (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

XVI – acompanhar o cumprimento do plano de custeio, em relação ao repasse das contribuições e aportes previstos; (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

XVII – examinar a conformidade dos atos dos gestores do Regime Próprio de Previdência em face dos correspondentes deveres legais, regulamentares e estatutários; (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

XVIII – subsidiar o Conselho de Administração. (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.325, de 3 de novembro de 2020)

TÍTULO III

DOS REGIMES DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS

CAPÍTULO I

DOS SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS

Art. 19 – São segurados obrigatórios do Regime Próprio de Previdência Social todos aqueles especificados no inciso XVI do art. 3º desta Lei.

§ 1º – Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social.

§ 2º – O aposentado por qualquer regime de previdência que exerça ou venha a exercer cargo em comissão, cargo temporário, emprego público ou mandato eletivo vincula-se, obrigatoriamente, ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 20 – São beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social, na qualidade de dependentes dos segurados, exclusivamente:



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

I – o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho, ou equiparado, não emancipado, menor de vinte e um anos, ou inválido;

II – os pais; e

III – o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

§ 1º – A existência de dependente de qualquer das classes indicadas em um dos incisos do **caput** deste artigo exclui do direito os indicados nos incisos subseqüentes.

§ 2º – Equiparam-se a filho, mediante declaração escrita do segurado, o enteado e o menor sob tutela, desde que comprovada a dependência econômica e financeira na forma estabelecida no art. 22 desta Lei.

§ 3º – Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado, de acordo com a legislação em vigor.

§ 4º – Presume-se a união estável quando comprovada a existência de filhos em comum e o esforço recíproco para a formação de entidade familiar.

§ 5º – A dependência econômica e financeira das pessoas indicadas no inciso I do **caput** deste artigo é presumida e a das demais deve ser comprovada, constituindo requisito para a atribuição da qualidade de dependente e o gozo de benefícios.

CAPÍTULO II

DA INSCRIÇÃO DO SEGURADO E DOS SEUS DEPENDENTES

Art. 21 – A filiação do segurado ao Regime Próprio de Previdência Social é automática a partir da posse em cargo efetivo da estrutura de órgão ou entidade do Município e de suas autarquias e fundações, e a filiação dos seus dependentes será feita mediante inscrição.

Art. 22 – Incumbe ao segurado, no momento em que ocorrer o fato que justifica a pretensão, inscrever seus dependentes mediante o fornecimento dos dados e cópias de documentos que comprovam a qualidade legal requerida, conforme estabelecido em regulamento.

§ 1º – Qualquer fato superveniente à filiação do segurado, que implique exclusão ou inclusão de dependente, deverá ser comunicado de imediato à Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV, mediante requerimento escrito, acompanhado dos documentos exigíveis em cada caso.

§ 2º – O segurado casado não poderá realizar a inscrição de companheiro ou companheira, enquanto mantiver convivência com o cônjuge ou não caracterizar a ocorrência de fato que possa ensejar sua separação judicial ou divórcio.

§ 3º – No caso de dependente inválido, para fins de inscrição e concessão de benefício, a invalidez será comprovada mediante laudo médico-pericial a cargo da Junta Médica Oficial do Município.

§ 4º – Os dependentes excluídos desta qualidade em razão de lei terão suas inscrições tornadas automaticamente ineficazes.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Art. 23 – Ocorrendo o falecimento do segurado, sem que tenha sido feita a inscrição de dependente, cabe a este promovê-la, por si ou por representantes, para recebimento de parcelas futuras.

Art. 24 – Os pais ou irmãos deverão, para fins de percepção de benefícios, comprovar a inexistência de dependentes preferenciais, mediante declaração firmada perante a Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV.

CAPÍTULO III

DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO OU DEPENDENTE

Art. 25 – Perde a qualidade de segurado o titular de cargo efetivo que tiver cessado, voluntária ou normativamente, seu vínculo jurídico a este título com o Município, em qualquer de seus Poderes, suas autarquias e fundações.

Parágrafo único – A perda da condição de segurado por exoneração, demissão ou cassação de aposentadoria implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

Art. 26 – A perda da qualidade de dependente, para os fins do Regime Próprio de Previdência Social, ocorre:

- I – para o cônjuge:
 - a) pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;
 - b) pela anulação judicial do casamento;
 - c) pelo abandono do lar, reconhecido por sentença judicial transitada em julgado;
 - d) pelo óbito; ou
 - e) por sentença transitada em julgado.
- II – para o companheiro ou companheira, pela cessação da união estável com o segurado, quando não lhe for assegurada a prestação de alimentos;
- III – para o cônjuge, companheiro ou companheira, por outro casamento ou pelo estabelecimento de outra união estável;
- IV – para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem vinte e um anos, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválidos, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior; e
- V – para os dependentes em geral:
 - a) pela cessação da invalidez; ou
 - b) pelo falecimento.

Parágrafo único – A inscrição de dependente em classe preeminente a de outro já inscrito implica a submissão do gozo de benefício por este à ordem estabelecida nesta Lei.

Art. 27 – Permanece filiado ao Regime Próprio de Previdência Social, na qualidade de segurado, o servidor ativo que estiver:

- I – afastado ou licenciado temporariamente do exercício do cargo efetivo sem recebimento de subsídio ou remuneração, nas hipóteses e nos prazos para afastamento ou licenciamento previstos em lei;
- II – cedido a órgão ou entidade da administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e de municípios;
- III – durante o afastamento do cargo efetivo para exercício de mandato eletivo.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

§ 1º – O servidor, na hipótese do inciso I do **caput** deste artigo, poderá promover o recolhimento tempestivo das contribuições previdenciárias próprias e das relativas ao órgão ou entidade de vinculação, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 58 desta Lei.

§ 2º – Incumbe ao cessionário, na hipótese dos incisos II e III do **caput** deste artigo, promover o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas originariamente pelo cedente e o repasse desses valores ao Regime Próprio de Previdência Social de origem do servidor cedido.

§ 3º – No termo ou ato de cessão do servidor será prevista a responsabilidade do cessionário pelo desconto, recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias devidas pelo servidor cedido ao Regime Próprio de Previdência Social de origem, conforme valores informados mensalmente pelo cedente.

§ 4º – O cálculo das contribuições previdenciárias, nas hipóteses previstas nos incisos do **caput** deste artigo será feito de acordo com a remuneração de contribuição correspondente ao cargo de que o servidor é titular.

§ 5º – Não serão devidas contribuições ao Regime Próprio de Previdência Social em que o servidor cedido esteja em exercício, nem ao Regime Geral de Previdência Social, sobre as parcelas remuneratórias complementares não correspondentes à remuneração do cargo efetivo pagas pelo ente cessionário.

§ 6º – No caso de atraso no recolhimento das contribuições previstas nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, aplica-se o disposto no parágrafo único do art. 95 desta Lei.

§ 7º – O segurado exercente de mandato de vereador que ocupe o cargo efetivo e exerça concomitantemente o mandato, filia-se ao Regime Próprio de Previdência Social, pelo cargo efetivo, e ao Regime Geral de Previdência Social, pelo mandato eletivo.

Art. 28 – O servidor efetivo requisitado da União, de Estado, do Distrito Federal ou de outro Município permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

CAPÍTULO IV DOS BENEFÍCIOS

Art. 29 – O Regime Próprio de Previdência Social, no que concerne à concessão de benefícios aos seus segurados e beneficiários, compreenderá os seguintes benefícios:

I – quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria por tempo de contribuição e idade;
- d) aposentadoria por idade;
- e) (dispositivo revogado pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)
- f) (dispositivo revogado pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)
- g) (dispositivo revogado pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

II – quanto ao dependente:

- a) pensão por morte; e
- b) (dispositivo revogado pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

Seção I

Da Aposentadoria por Invalidez



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Art. 30 – A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que, depois de vinte e quatro meses de afastamento por incapacidade temporária, for considerado incapacitado permanente para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de seu cargo ou de readaptação em outro cargo, respeitada a habilitação exigida, sendo: (redação dada pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

I – com proventos integrais, calculados conforme o art. 41 e seus parágrafos, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável; e

II – com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, nos demais casos, calculados conforme o art. 41 e seus parágrafos.

§ 1º – Considera-se acidente em serviço o ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 2º – Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I – o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II – o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;

d) ato de pessoa privada do uso da razão; e

e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III – a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo; e

IV – o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao ente público empregador para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço, inclusive para estudo, quando financiada ou determinada pelo Município; e

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 3º – Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo, as seguintes: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida – Aids, contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada, e hepatopatia grave.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

§ 4º – A aposentadoria por invalidez será devida a contar da data do laudo médico-pericial inicial, a cargo da Junta Médica Oficial do Município, que concluir pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho.

§ 5º – O servidor aposentado nos termos deste artigo ficará sujeito à realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria. (redação dada pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

§ 6º – A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Próprio de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

§ 7º – Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, o benefício cessará de imediato para o segurado que tiver direito a retornar à atividade que desempenhava ao se aposentar, valendo como documento, para tal fim, o certificado de capacidade laboral fornecido pela Junta Médica Oficial do Município.

§ 8º – O segurado que retornar à atividade poderá, a qualquer tempo, requerer novo benefício, tendo este processamento normal.

Seção II

Da Aposentadoria Compulsória

Art. 31 – O segurado será automaticamente aposentado aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma do artigo 41 e seus parágrafos. (redação dada pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

Parágrafo único – A vigência da aposentadoria de que trata o **caput** deste artigo dar-se-á a partir do dia imediato àquele em que o segurado atingir a idade limite de permanência no serviço.

Seção III

Da Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 32 – A aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição será devida ao segurado, com proventos calculados na forma do art. 41 e seus parágrafos, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

I – tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público;

II – tempo mínimo de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; e

III – 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) de contribuição, se mulher.

§ 1º – Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em 5 (cinco) anos, em relação ao disposto no inciso III do **caput** deste artigo, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício de funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, observado o disposto no art. 70 desta Lei.

§ 2º – O segurado que opte por permanecer em atividade, tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

de que trata este artigo, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para a aposentadoria compulsória.

Seção IV

Da Aposentadoria por Idade

Art. 33 – A aposentadoria voluntária por idade será devida ao segurado, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma do art. 41 e seus parágrafos, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

I – tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público;

II – tempo mínimo de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; e

III – 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher.

Seção V

Do Auxílio-Doença

(Seção revogada pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

Art. 34 – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

Seção VI

Do Salário-Família

(Seção revogada pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

Art. 35 – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

Seção VII

Do Salário-Maternidade

(Seção revogada pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

Art. 36 – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

Seção VIII

Da Pensão por Morte

Art. 37 – A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito ou da decisão judicial no caso de morte presumida, comprovada a permanente dependência econômica e financeira, quando exigida, em valor correspondente à:

I – totalidade dos proventos percebidos pelo segurado aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite; ou

II – totalidade da remuneração do segurado no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o segurado ainda estiver em atividade.

§ 1º – Na hipótese de que trata o inciso II, aplica-se a vedação de inclusão no benefício de pensão de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão ou do abono de permanência.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

§ 2º – Compreende-se na vedação do parágrafo anterior a previsão de incorporação de tais parcelas diretamente no valor da pensão ou na remuneração, apenas para efeito de concessão do benefício, ainda que mediante regras específicas.

§ 3º – O direito à pensão configura-se na data de falecimento do segurado, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente nessa data.

§ 4º – A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que implique exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.

§ 5º – O cônjuge ausente somente fará jus ao benefício a partir da data de sua habilitação e mediante prova de dependência econômica, não excluindo do direito o companheiro ou a companheira.

§ 6º – Desde que recebam pensão de alimentos, concorrerão em igualdade de condições com os dependentes referidos nesta Lei:

I – o cônjuge separado judicialmente ou de fato;

II – o ex-companheiro ou ex-companheira.

§ 6º – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

§ 6º-A – A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em partes iguais. (redação dada pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

§ 7º – Reverterá proporcionalmente em favor dos demais a parte daquele cujo direito à pensão cessar.

§ 8º – A parte individual da pensão extingue-se:

I – pela morte do pensionista;

II – para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem 21 (vinte e um) anos, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválidos, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso superior; e

III – para o pensionista inválido, pela cessação da invalidez;

IV – para o cônjuge ou companheiro: (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

a) se inválido ou com deficiência, pela cessação da invalidez ou pelo afastamento da deficiência, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas “b” e “c”;

b) em 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;

c) transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

1. 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

2. 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

idade;

3. 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de

4. 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

anos de idade;

5. 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três)

6. vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

§ 8º-A – Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida na alínea “a” ou os prazos previstos na alínea “c”, ambos do inciso IV do parágrafo anterior, se o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável. (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

§ 9º – Extingue-se a pensão, quando extinta a parte devida ao último pensionista.

§ 10 – Declarada judicialmente a morte presumida do segurado, será concedida pensão provisória aos seus dependentes.

§ 11 – Mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus a pensão provisória, independentemente da declaração judicial de que trata o parágrafo anterior.

§ 12 – Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessará imediatamente, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, exceto em caso de má-fé.

§ 13 – Não fará jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

§ 14 – O dependente menor de idade que se invalidar antes de completar 21 (vinte e um) anos deverá ser submetido a exame médico-pericial a cargo da Junta Médica Oficial do Município, não se extinguindo a respectiva cota se confirmada a invalidez.

Seção IX

Do Auxílio-Reclusão

(Seção revogada pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

Art. 38 – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

Seção X

Do Abono Anual

Art. 39 – Será devido abono anual ao segurado, ou ao beneficiário, quando for o caso, que, durante o ano, recebeu aposentadoria ou pensão por morte. (redação dada pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

Parágrafo único – O abono anual será em valor proporcional ao período em que o segurado ou beneficiário recebeu os benefícios referidos no **caput** deste artigo, sendo calculado da mesma forma que a gratificação natalina dos servidores, tendo por base o valor do benefício do mês de dezembro de cada ano, ou do mês da alta ou cessação do benefício.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

CAPÍTULO V

DA BASE DE CÁLCULO E DA ATUALIZAÇÃO

Seção I

Da Base de Cálculo

Art. 40 – Os benefícios terão as seguintes bases de cálculo:

I – para a aposentadoria será considerada a remuneração de contribuição, conforme disposto no art. 87 e seu parágrafo único;

II – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

III – para a pensão por morte, será considerado o valor da totalidade dos proventos percebidos pelo segurado na data anterior à do óbito ou o valor da remuneração percebida pelo segurado no cargo efetivo na data anterior à do óbito, caso em atividade.

Parágrafo único – Sujeitam-se ao que dispõe o inciso I deste artigo as parcelas de caráter temporário já incorporadas, na forma da legislação vigente, às verbas que compoem os proventos de aposentadoria.

Art. 41 – Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do segurado aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, observado o disposto no parágrafo único do art. 87 desta Lei.

§ 1º – As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerada no cálculo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 2º – Nas competências a partir de julho de 1994, em que não tenha havido contribuição para o Regime Próprio, a base de cálculo dos proventos será a remuneração do segurado no cargo efetivo.

§ 3º – Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º deste artigo, não poderão ser:

I – inferiores ao valor do salário-mínimo;

II – superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o segurado esteve vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 4º – As maiores remunerações de que trata o **caput** deste artigo serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 3º deste artigo.

§ 5º – Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado por ausência de vinculação a regime previdenciário, esse período será desprezado do cálculo de que trata este artigo.

§ 6º – Para o cálculo dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador será 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres, não se aplicando a redução de que trata o § 1º do art. 32 desta Lei.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

§ 7º – A fração de que trata o parágrafo anterior será aplicada sobre o valor dos proventos calculados conforme este artigo, observando-se previamente a aplicação dos limites estabelecidos no art. 64 desta Lei.

Seção II

Da Atualização

Art. 42 – Os proventos de aposentadoria e as pensões serão reajustados periodicamente para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, observados os seguintes critérios: (redação dada pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

I – os proventos de aposentadoria com paridade serão reajustados no mesmo percentual e na mesma data em que se reajustarem os vencimentos dos servidores municipais;

II – os demais proventos de aposentadoria e as pensões serão reajustados no mesmo percentual e na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

TÍTULO IV

DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PARA OS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS EM GOZO DE BENEFÍCIO EM 31/12/2003

Art. 43 – Os servidores inativos e pensionistas do Município, incluídas suas autarquias e fundações, em gozo de benefício em 31 de dezembro de 2003, data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, participarão do custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Município, com percentual de contribuição igual ao estabelecido para os servidores públicos titulares de cargos efetivos.

§ 1º – A contribuição previdenciária a que se refere o **caput** deste artigo incidirá sobre a parcela dos proventos e das pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 2º – Quando o aposentado ou o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante, a contribuição previdenciária a que se refere o **caput** deste artigo incidirá sobre a parcela dos proventos e das pensões que supere o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º – Os proventos de aposentadoria e as pensões dos dependentes de que trata o **caput** deste artigo, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos segurados em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos segurados em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES PARA QUEM CUMPRIU OS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO POR MORTE ATÉ 31/12/2003

Art. 44 – Os proventos de aposentadoria e as pensões de que trata este Capítulo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos segurados em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos segurados em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

Art. 45 – O segurado de que trata este Capítulo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, ou 30 (trinta) anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para a aposentadoria compulsória.

Seção I

Das Disposições para quem Cumprir os Requisitos para a Concessão dos Benefícios de Aposentadoria e Pensão por Morte, de que trata esta Seção, até 16/12/1998

Art. 46 – É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de:

I – aposentadoria aos segurados referidos no inciso XVI do art. 3º, que até 16 de dezembro de 1998, data de vigência da Emenda Constitucional nº 20, cumpriram todos os requisitos para a obtenção desse benefício, com base nos requisitos da legislação vigente à época da elegibilidade;

II – pensão aos dependentes do segurado falecido até 16 de dezembro de 1998, data de vigência da Emenda Constitucional nº 20, com base nos requisitos da legislação vigente à época.

Parágrafo único – Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no inciso I deste artigo, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até 16 de dezembro de 1998, data de vigência da Emenda Constitucional nº 20, bem como as pensões de que trata o inciso II deste artigo, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão destes benefícios.

Seção II

Das Disposições para quem Ingressou no Serviço Público como Titular de Cargo Efetivo até 16/12/1998 e Cumprir os Requisitos para a Concessão dos Benefícios de Aposentadoria, de que trata esta Seção, até 31/12/2003

Art. 47 – É assegurada a concessão de aposentadoria voluntária com proventos integrais aos segurados referidos no inciso XVI do art. 3º, que ingressaram regularmente em cargo efetivo na administração pública, direta, autárquica e fundacional até 16 de dezembro de 1998, data de vigência da Emenda Constitucional nº 20, e que até 31 de dezembro de 2003, data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, tenham cumulativamente:

I – 53 (cinquenta e três) anos de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher;

II – 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III – contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que em 16 de dezembro de 1998, data de vigência da Emenda Constitucional nº 20, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º – Os proventos de aposentadoria corresponderão à totalidade da remuneração de contribuição do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

§ 2º – O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto em seus incisos I e II, poderá aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições:

I – contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

- a) 30 (trinta) anos, se homem, e 25 (vinte e cinco) anos, se mulher; e
- b) um período adicional de contribuição equivalente a 40% (quarenta por cento) do tempo que em 16 de dezembro de 1998, data de vigência da Emenda Constitucional nº 20, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior; e

II – os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a 70 % (setenta por cento) do valor máximo que o servidor poderia obter de acordo com o **caput** deste artigo acrescido de 5% (cinco por cento) por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de 100% (cem por cento).

§ 3º – O professor, servidor do Município, que até 16 de dezembro de 1998, data de vigência da Emenda Constitucional nº 20, tenha ingressado regularmente em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no **caput** deste artigo, terá o tempo de serviço exercido até 16 de dezembro de 1998 contado com o acréscimo de 17% (dezesete por cento), se homem, e de 20% (vinte por cento), se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério, observado o disposto no art. 60.

Seção III

Das Disposições para quem Ingressou no Serviço Público como Titular de Cargo Efetivo até 31/12/2003 e Cumpriu os Requisitos para a Concessão dos Benefícios de Aposentadoria e Pensão Por Morte, de que trata esta Seção, até 31/12/2003

Art. 48 – É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de:

I – aposentadoria voluntária aos segurados referidos no inciso XVI do art. 3º, que ingressaram regularmente em cargo efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional até 31 de dezembro de 2003, data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, e que até 31/12/2003 cumpriram o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria:

a) por tempo de contribuição: aos 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) de contribuição, se mulher, com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração de contribuição do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e

b) por idade: aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

II – pensão aos dependentes do segurado falecido até 31 de dezembro de 2003, data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, com base nos requisitos da legislação vigente à época.

§ 1º – Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em 5 (cinco) anos, em relação ao disposto na alínea a do inciso I deste artigo, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, observado o disposto no art. 70.

§ 2º – Os proventos de pensão referidos no inciso II deste artigo corresponderão à totalidade dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento.

CAPÍTULO III



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

100
m

DAS DISPOSIÇÕES PARA QUEM NÃO CUMPRIU OS REQUISITOS PARA A
CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO POR MORTE ATÉ
31/12/2003

Seção I

Das Disposições Para Quem Ingressou no Serviço Público Como Titular de Cargo Efetivo
até 16/12/1998 e Não Cumpriu os Requisitos de Elegibilidade de que Tratam os Arts. 46, 47
e 48

Art. 49 – Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 32, ou pelas regras do art. 50 ou pelas regras do art. 51, é assegurado, a partir de 31 de dezembro de 2003, data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados na forma do art. 41 e seus parágrafos, àquele que ingressou regularmente em cargo efetivo na administração pública, direta, autárquica e fundacional até 16 de dezembro de 1998, data de vigência da Emenda Constitucional nº 20, e que não cumpriu os requisitos de elegibilidade de que tratam os arts. 46, 47 e 48 quando o servidor, cumulativamente:

I – tiver 53 (cinquenta e três) anos de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher;

II – tiver 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria; e

III – contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que em 16 de dezembro de 1998, data de vigência da Emenda Constitucional nº 20, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º – O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do **caput** terá seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade de 60 (sessenta) anos para os homens e 55 (cinquenta e cinco) anos para as mulheres, e, no caso de servidor professor, 55 (cinquenta e cinco) anos para os homens e 50 (cinquenta) anos para as mulheres, na seguinte proporção:

I – 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do **caput** até 31 de dezembro de 2005;

II – 5% (cinco por cento) para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do **caput** a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º – O professor, servidor do Município, que até 16 de dezembro de 1998, data de vigência da Emenda Constitucional nº 20, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no **caput**, terá o tempo de serviço exercido até 16 de dezembro de 1998 contado com o acréscimo de 17% (dezessete por cento), se homem, e de 20% (vinte por cento), se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no art. 70.

§ 3º – O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária ali estabelecidas, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória.

§ 4º – Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na forma do art. 42.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Seção II

Das Disposições para quem Ingressou no Serviço Público até 16/12/1998 e não Cumpriu os Requisitos de Elegibilidade de que tratam os Arts. 46, 47 e 48

Art. 50 – Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 32, pelas regras do art. 49 ou pelas regras do art. 51, é assegurado, a partir de 31 de dezembro de 2003, data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, o direito à aposentadoria voluntária com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, àquele que ingressou no serviço público até 16 de dezembro de 1998, data de vigência da Emenda Constitucional nº 20, e que não cumpriu os requisitos de elegibilidade de que tratam os arts. 46, 47 e 48, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I – 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher;

II – 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público, 15 (quinze) anos de carreira e 5 (cinco) anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III – idade mínima resultante da redução de 1 (um) ano de idade, relativamente aos limites de 60 (sessenta) anos para os homens e 55 (cinquenta e cinco) anos para as mulheres, para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I deste artigo.

Parágrafo único – Os proventos de aposentadoria e as pensões dos dependentes de que trata o **caput**, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

Seção III

Das Disposições para quem Ingressou no Serviço Público Até 31/12/2003 e não Cumpriu os Requisitos de Elegibilidade de que tratam os Arts. 46, 47 e 48

Art. 51 – Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 32, pelas regras do art. 49 ou pelas regras do art. 50, é assegurado, a partir de 31 de dezembro de 2003, data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, o direito à aposentadoria voluntária com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, àquele que ingressou no serviço público até 31 de dezembro de 2003 e que não cumpriu os requisitos de elegibilidade de que tratam os arts. 46, 47 e 48, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I – 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher;

II – 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher;

III – 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV – 10 (dez) anos de carreira e 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

§ 1º – Os requisitos de idade e tempo de contribuição serão reduzidos em 5 (cinco) anos, em relação ao disposto nos incisos I e II do **caput**, respectivamente, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, observado o disposto no art. 70 desta Lei.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

§ 2º – Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS SOBRE OS BENEFÍCIOS

CAPÍTULO I

DA CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Art. 52 – O segurado terá direito de computar, para fins de concessão dos benefícios do Regime Próprio de Previdência Social, o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social e aos regimes próprios de previdência social municipal, estadual, do Distrito Federal e da União, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico.

Art. 53 – O tempo de contribuição será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as seguintes normas:

I – não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais ou fictícias; e

II – é vedada a contagem de tempo de contribuição no serviço público com o de contribuição na atividade privada, quando concomitantes.

Parágrafo único – O tempo de serviço cumprido até 16 de dezembro de 1998, data de vigência da Emenda Constitucional nº 20, será contado como tempo de contribuição.

Art. 54 – A certidão de tempo de contribuição, para fins de averbação do tempo em outros regimes de previdência, somente será expedida pela Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV após a comprovação da quitação de todos os valores devidos, inclusive de eventuais parcelamentos de débito.

Parágrafo único – O setor competente da Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV deverá promover o levantamento do tempo de contribuição para o sistema municipal, à vista dos assentamentos internos ou, quando for o caso, das anotações funcionais na Carteira Profissional e/ou na Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou de outros meios de prova admitidos em direito.

Art. 55 – O tempo de contribuição para outros regimes de previdência pode ser provado com certidão fornecida:

I – pelo setor competente da administração federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, suas autarquias e fundações, relativamente ao tempo de contribuição para o respectivo regime próprio de previdência, devidamente confirmada por certidão do respectivo Tribunal de Contas, quando for o caso; ou

II – pelo setor competente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, relativamente ao tempo de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único – O setor competente do órgão federal, estadual, do Distrito Federal, municipal ou do INSS deverá realizar o levantamento do tempo de contribuição para o respectivo regime de previdência, à vista dos assentamentos funcionais.

Art. 56 – A certidão de tempo de contribuição referida nos arts. 54 e 55 deverá ser emitida, sem rasuras, constando obrigatoriamente:



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

- I – órgão expedidor;
II – nome do segurado e seu número de matrícula;
III – período de contribuição, de data a data, compreendido na certidão;
IV – fonte de informação;
V – discriminação da frequência durante o período abrangido pela certidão, indicadas as várias alterações, tais como faltas, licenças, suspensões e outras ocorrências;
VI – soma do tempo líquido;
VII – declaração expressa do servidor responsável pela certidão, indicando o tempo líquido de efetiva contribuição em dias ou anos, meses e dias;
VIII – assinatura do responsável pela certidão, visada pelo dirigente do órgão expedidor; e
IX – indicação da lei que assegura aos servidores da União, do Estado, do Distrito Federal, do Município ou dos trabalhadores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, aposentadorias por invalidez, idade, tempo de contribuição e compulsória, e pensão por morte, com aproveitamento de tempo de contribuição prestado em atividade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único – A certidão de tempo de contribuição deverá ser expedida em duas vias, das quais a primeira será fornecida ao interessado, mediante recibo passado na segunda via, implicando sua concordância quanto ao tempo certificado.

Art. 57 – A comprovação das remunerações de contribuição a serem utilizadas no cálculo dos proventos de aposentadoria de que tratam o art. 41 e seus parágrafos, será efetuada mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado, ou, na falta daquele, por outro documento público, sendo passíveis de confirmação as informações fornecidas.

Art. 58 – Considera-se tempo de contribuição o contado de data a data, desde o início do exercício de cargo efetivo até a data do requerimento de aposentadoria ou do desligamento, conforme o caso, descontados os períodos legalmente estabelecidos como de interrupção de exercício e de desligamento da atividade.

Parágrafo único – O servidor afastado ou licenciado do cargo efetivo sem recebimento de remuneração de que trata o inciso I do art. 27, somente contará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento, para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento mensal das contribuições previdenciárias próprias e das relativas ao órgão ou entidade de vinculação.

Art. 59 – A prova de tempo de contribuição, ou de serviço, quando for o caso, será feita mediante documentos que comprovem o exercício de atividade nos períodos a serem contados, devendo esses documentos ser contemporâneos aos fatos e mencionar as datas de início e término das referidas atividades.

§ 1º – A comprovação da condição de professor far-se-á mediante a apresentação:

- I – do respectivo diploma registrado nos órgãos competentes federais e estaduais, ou de qualquer outro documento que comprove a habilitação para o exercício de magistério, na forma de lei específica; e
II – dos registros em Carteira Profissional e/ou Carteira de Trabalho e Previdência Social, complementados, quando for o caso, por declaração do estabelecimento de ensino em que foi exercida a atividade, sempre que necessária essa informação para efeito e caracterização do efetivo exercício da função de magistério.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

§ 2º – É vedada a conversão de quaisquer bônus referentes a tempo de serviço de magistério, exercido em qualquer época, em tempo de serviço comum.

Art. 60 – Não será admitida prova exclusivamente testemunhal para efeito de comprovação de tempo de contribuição, ou de serviço, quando for o caso, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, observado o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO II

DAS REGRAS GERAIS APLICÁVEIS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS

Art. 61 – A aposentadoria vigorará a partir da publicação do respectivo ato, observado o disposto no parágrafo único do art. 31, e a pensão vigorará conforme disposto no art. 37, ambos desta Lei.

Parágrafo único – Concedida a aposentadoria ou pensão, será o ato publicado e encaminhado à homologação do Tribunal de Contas.

Art. 62 – É vedada a inclusão no cálculo dos proventos de aposentadoria e pensão, de parcela não incorporada à remuneração de contribuição.

Art. 63 – O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido deverão, sob pena de suspensão do recebimento do respectivo benefício, submeter-se anualmente a exame médico-pericial a cargo da Junta Médica Oficial do Município.

Art. 64 – Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração ou o subsídio do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, e não poderão ser inferiores ao valor do salário-mínimo, salvo em caso de divisão entre aqueles que fizerem jus aos benefícios de que trata este artigo.

Art. 65 – Para efeito do cumprimento dos requisitos de concessão das aposentadorias voluntárias, regra geral ou de transição, o tempo de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria deverá ser cumprido no cargo efetivo em que o servidor estiver em exercício na data imediatamente anterior à concessão do benefício.

Art. 66 – A soma total dos proventos de aposentadoria, reserva remunerada ou reforma não poderá exceder o subsídio mensal recebido, em espécie, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas à contribuição para o Regime Geral de Previdência Social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma prevista no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal e no art. 17, §§ 1º e 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

Art. 67 – Salvo no caso de direito adquirido e no das aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, não é permitido o recebimento conjunto, a custo do Regime Próprio de Previdência Social ou do Tesouro Municipal, dos seguintes benefícios, inclusive quando decorrentes de acidente de trabalho:

I – aposentadoria com remuneração percebida em caso de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho; (redação dada pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

II – mais de uma aposentadoria;

III – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

IV – mais de uma pensão deixada por cônjuge;
V – mais de uma pensão deixada por companheiro ou companheira;
e
VI – mais de uma pensão deixada por cônjuge e companheiro ou companheira.

Parágrafo único – No caso dos incisos IV, V e VI é facultado ao dependente optar pela pensão mais vantajosa.

Art. 68 – O retorno do aposentado à atividade não prejudica o recebimento de sua aposentadoria, nos casos de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, cargos eletivos, os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração e em atividades da iniciativa privada.

Parágrafo único – As hipóteses de recebimento conjunto de aposentadoria estabelecida no **caput** deste artigo não se aplicam aos casos de aposentadoria por invalidez.

Art. 69 – A perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria quando tenham sido preenchidos todos os requisitos necessários à concessão do benefício, segundo a legislação em vigor à época, antes da perda da qualidade.

Parágrafo único – Igualmente terão direito à pensão por morte os dependentes do segurado que falecer após a perda dessa qualidade de segurado, verificada a situação de elegibilidade descrita no **caput** deste artigo.

Art. 70 – Para fins das reduções dos requisitos de idade e tempo de contribuição dos professores, considera-se função de magistério a atividade docente exercida exclusivamente em sala de aula.

Art. 71 – O Regime Próprio de Previdência Social observará no que couber, aos requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 72 – Nenhum benefício do Regime Próprio de Previdência Social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Art. 73 – A Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV poderá descontar da renda mensal do segurado aposentado e do beneficiário:

I – contribuições devidas ao Regime Próprio de Previdência Social;
II – pagamentos de benefícios além do devido, observado o disposto nesta Lei;

III – imposto de renda na fonte;
IV – pensão de alimentos decorrentes de sentença judicial; e
V – mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas.

Parágrafo único – O desconto a que se refere o inciso V do **caput** deste artigo dependerá da conveniência administrativa do setor de benefícios da Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV.

Art. 74 – A restituição de importância recebida indevidamente por segurado ou beneficiário do Regime Próprio de Previdência Social, nos casos comprovados



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

de dolo, fraude ou má-fé, deverá ser feita de uma só vez, devidamente atualizada, na forma do parágrafo único do art. 95, independentemente da aplicação de quaisquer apenamentos previstos em lei.

§ 1º – Caso o débito seja originário de erro da Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV, o segurado ou beneficiário, usufruindo de benefício regularmente concedido, poderá devolver o valor de forma parcelada, monetariamente atualizado, devendo cada parcela corresponder a no máximo trinta por cento do valor do benefício concedido, e ser descontado em número de meses necessários à liquidação do débito.

§ 2º – No caso de revisão de benefícios de que resultar valor superior ao que vinha sendo pago, em razão de erro da Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV, o valor resultante da diferença verificada entre o pago e o devido será objeto de atualização.

§ 3º – Será fornecido ao segurado ou beneficiário demonstrativo minucioso das importâncias pagas, discriminando-se o valor da mensalidade, as diferenças eventualmente pagas, o período a que se referem e os descontos efetuados.

Art. 75 – O benefício será pago diretamente ao segurado ou beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando será pago a procurador, cujo mandato não terá prazo superior a doze meses, podendo ser renovado ou revalidado pelos setores de benefícios da Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV.

Parágrafo único – O procurador do segurado ou beneficiário, outorgado por instrumento público, deverá firmar, perante a Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV, termo de responsabilidade mediante o qual se comprometa a comunicar qualquer evento que possa retirar eficácia da procuração, principalmente o óbito do outorgante, sob pena de incorrer nas sanções criminais cabíveis.

Art. 76 – A Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV apenas poderá negar-se a aceitar procuração quando se manifestar indício de inidoneidade do documento ou do mandatário, sem prejuízo, no entanto, das providências que se fizerem necessárias.

Art. 77 – Somente será aceita a constituição de procurador com mais de uma procuração, ou procurações coletivas, nos casos de representantes credenciados de leprosários, sanatórios, asilos e outros estabelecimentos congêneres, nos casos de parentes de primeiro grau, ou, em outros casos, a critério da Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV.

Art. 78 – O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será pago, na ausência de determinação judicial específica, ao cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, conforme o caso.

Parágrafo único – Na ausência do cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, tratados no **caput** deste artigo por período não superior a 6 (seis) meses, o pagamento será efetuado a herdeiro necessário, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

Art. 79 – O valor não recebido em vida pelo segurado somente será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Art. 80 – Os benefícios poderão ser pagos mediante depósito em conta corrente ou qualquer outra forma de pagamento definida pela Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV.

Art. 81 – Os exames médicos para concessão e manutenção de benefícios serão realizados pela Junta Médica Oficial do Município.

Art. 82 – Fica a Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV obrigada a emitir e a enviar aos segurados aposentados e aos beneficiários, aviso de concessão de benefício, além da memória de cálculo do valor dos benefícios concedidos.

Art. 83 – O pagamento das parcelas relativas a benefícios efetuados com atraso por responsabilidade da Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV será atualizado, na forma do art. 42, no período compreendido entre o mês em que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento.

Art. 84 – A Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV manterá programa permanente de revisão da concessão e da manutenção dos benefícios do Regime Próprio de Previdência Social, a fim de apurar irregularidades e falhas eventualmente existentes.

§ 1º – Havendo indício de irregularidade na concessão ou na manutenção de benefício, a Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV notificará o segurado ou beneficiário para apresentar defesa, provas ou documentos de que dispuser, no prazo de trinta dias.

§ 2º – A notificação a que se refere o parágrafo anterior far-se-á por via postal com aviso de recebimento e, não comparecendo o segurado ou beneficiário nem apresentando defesa, será suspenso o benefício, com notificação ao segurado ou beneficiário por edital resumido publicado uma vez no órgão de divulgação de atos oficiais do Município.

§ 3º – Decorrido o prazo concedido pela notificação postal ou pelo edital, sem que tenha havido resposta, ou caso seja esta considerada pela Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV como insuficiente ou improcedente, o benefício será cancelado, dando-se conhecimento da decisão ao segurado ou beneficiário.

TÍTULO VI

DO CUSTEIO

Art. 85 – O plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social será revisto anualmente, com base em critérios e estudos atuariais que objetivem o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo único – A avaliação atuarial do Regime Próprio deverá ser realizada por profissional ou empresa de atuária regularmente inscritos no Instituto Brasileiro de Atuária.

Art. 86 – O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal proposta para a revisão das alíquotas de contribuição de que tratam os arts. 88, 89 e 90, com o objetivo de adequá-las a percentual que assegure o equilíbrio atuarial e financeiro do Regime Próprio de Previdência Social, quando o estudo atuarial anual indicar a necessidade de sua revisão.

CAPÍTULO ÚNICO

DAS CONTRIBUIÇÕES DOS SEGURADOS, DO MUNICÍPIO E DE SUAS ENTIDADES



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Seção I

Da Remuneração de Contribuição

Art. 87 – Considera-se remuneração de contribuição a parcela da remuneração, do subsídio ou do provento recebido pelo segurado ou beneficiário, aí considerado o abono anual, sobre a qual incide o percentual de contribuição ordinária para o plano de custeio, assim entendido o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei e dos adicionais de caráter individual, exceto:

- I – as diárias de viagem;
- II – a ajuda de custo em razão de mudança de sede;
- III – a indenização de transporte;
- IV – o salário-família;
- V – o auxílio-alimentação;
- VI – o auxílio-creche;
- VII – o abono de permanência;
- VIII – as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;
- IX – a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança; e
- X – outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei.

Parágrafo único – Poderá integrar a remuneração de contribuição a parcela percebida pelo segurado em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão ou função de confiança, mediante opção por ele exercida, para efeito de cálculo de benefício a ser concedido com fundamento nos arts. 30, 31, 32, 33 e 49, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no art. 64.

Seção II

Das Contribuições

Art. 88 – A alíquota de contribuição dos segurados em atividade para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social corresponderá a 14% (quatorze por cento) incidentes sobre a remuneração de contribuição de que tratam o artigo 87 e seu parágrafo único, a ser descontada e recolhida pelo órgão ou entidade a que se vincule o servidor, inclusive em caso de cessão, hipótese em que o respectivo termo deverá estabelecer o regime de transferência dos valores de responsabilidade do servidor e do órgão ou entidade cessionária. (redação dada pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

Parágrafo único – As contribuições dos segurados em atividade são devidas mesmo que se encontrem sob o regime de disponibilidade ou gozo de benefícios.

Art. 89 – Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo Regime Próprio de Previdência Social, com percentual igual ao estabelecido para os segurados em atividade, de 14% (quatorze por cento) sobre a parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. (redação dada pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

Parágrafo único – Quando o segurado aposentado ou o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante, a contribuição prevista no **caput** deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Art. 90 – A alíquota normal de contribuição do Município, em qualquer de seus Poderes, e de suas autarquias e fundações para o FAPES corresponderá a 21% (vinte e um por cento) da totalidade da remuneração de contribuição dos segurados ativos. (redação dada pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

Art. 91 – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

Parágrafo único – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

I – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

II – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

III – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

IV – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

V – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

Art. 92 – Fica reestruturado o Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Toledo (FAPES), instituído pela Lei nº 1.840/2001, com as alterações procedidas pelas Leis nºs 1.845/2002, 1.858/2002, 1.882/2004, 1.909/2005 e 1.929/2006, de natureza contábil e caráter permanente, para custear, na forma legal, as despesas previdenciárias relativas aos seus segurados e pensionistas. (redação dada pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

Parágrafo único – O FAPES será constituído pelas seguintes receitas: (redação dada pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

I – contribuição prevista no art. 88, no tocante aos segurados em atividade referidos no **caput** do presente artigo;

II – contribuição prevista no art. 89 e no seu parágrafo único, no tocante aos segurados aposentados e beneficiários; (redação dada pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

III – contribuição do Município, suas autarquias e fundações, prevista no art. 90 no tocante aos segurados em atividade referidos no **caput** do presente artigo;

IV – de créditos oriundos da compensação previdenciária de que trata a Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999, no tocante aos segurados referidos no **caput** do presente artigo;

V – do produto da alienação de bens e direitos do Regime Próprio de Previdência Social;

VI – do produto da alienação de bens e direitos do Município transferido ao Regime Próprio de Previdência Social;

VII – de doações e legados;

VIII – de superávits obtidos pelo Regime Próprio de Previdência Social, obedecidas as normas da legislação federal regente;

IX – contribuições ou aportes extraordinários, se apurada a necessidade por avaliação atuarial. (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

Art. 93 – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

I – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

II – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Parágrafo único – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

Art. 94 – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

Art. 95 – A responsabilidade pelo recolhimento e repasse das contribuições dos segurados em atividade e do Município, de suas autarquias e fundações à Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV será do dirigente máximo do órgão ou entidade em que o segurado estiver vinculado e deverá ocorrer até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da competência.

Parágrafo único – Em caso de mora no recolhimento ou no repasse das contribuições devidas pelos segurados ou pelo Município, suas autarquias e fundações, à Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV, incidirão juros, multas e atualizações sobre o valor originalmente devido, calculado sob o mesmo regime aplicável às hipóteses de não pagamento de tributos municipais.

Seção III

Dos Recursos Garantidores

Art. 96 – As contribuições previdenciárias dos segurados, do Município, em qualquer de seus Poderes, de suas autarquias e fundações, bem como os demais recursos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social somente poderão ser utilizados para o pagamento dos benefícios previstos nesta Lei.

§ 1º – As contribuições e os recursos de que trata o **caput** deste artigo serão depositados em conta distinta da conta do Tesouro Municipal.

§ 2º – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

§ 3º – As aplicações financeiras dos recursos de que trata o **caput** deste artigo atenderão às resoluções do Conselho Monetário Nacional.

Seção IV

Da Taxa de Administração (redação dada pela Lei nº 2.357, de 30 de novembro de 2021)

Art. 97 - A Taxa de Administração será de até 3% (três por cento) do valor total das remunerações de contribuição dos servidores ativos vinculados ao Plano de Benefícios administrado pelo Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Toledo, com base no exercício anterior, e cujos recursos serão destinados exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social, podendo ser acrescido de 20% (vinte por cento) a mais para as despesas com a certificação institucional do RPPS no Pró-Gestão e para certificação profissional de seus dirigentes e conselheiros. (redação dada pela Lei nº 2.357, de 30 de novembro de 2021)

~~Parágrafo único – As despesas a serem suportadas pela taxa de administração deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração e definidas no orçamento anual do FAPES. (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.276, de 12 de dezembro de 2018)~~



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

§ 1º - As despesas a serem suportadas pela taxa de administração deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração e definidas no orçamento anual do FAPES. (redação dada pela Lei nº 2.357, de 30 de novembro de 2021)

§ 2º - Fica o Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Toledo autorizado a constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a Taxa de Administração. (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.357, de 30 de novembro de 2021)

§ 3º - Fica autorizada a reversão dos saldos remanescentes dos recursos destinados à Reserva Administrativa, apurados ao final de cada exercício, para pagamento dos benefícios do RPPS, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração. (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.357, de 30 de novembro de 2021)

Seção V

Dos Registros Financeiro e Contábil

Art. 98 – O Regime Próprio de Previdência Social observará as normas de contabilidade fixadas pelo órgão competente da União.

§ 1º – A escrituração contábil do Regime Próprio de Previdência Social deverá ser distinta da mantida pelo Tesouro Municipal.

§ 2º – (dispositivo revogado pela Lei nº 2.067, de 9 de setembro de 2011)

Art. 99 – O Município encaminhará ao Ministério da Previdência Social:

I – Demonstrativo de Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência Social;

II – Comprovante mensal do repasse ao Regime Próprio de Previdência Social das contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados e beneficiários;

III – Demonstrativo Financeiro relativo às aplicações do Regime Próprio de Previdência Social; e

IV – Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA.

Parágrafo único – Os documentos previstos nos incisos do **caput** deste artigo serão encaminhados de acordo com o calendário estabelecido pela Previdência Social. (redação dada pela Lei nº 2.313, de 31 de março de 2020)

Art. 100 – O Município manterá registro individualizado dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social, em que conterá:

I – nome;

II – matrícula;

III – remuneração de contribuição mês a mês;

IV – valores mensais e acumulados da contribuição do segurado;

V – valores mensais e acumulados da contribuição do Município referente ao segurado.

§ 1º – O segurado será cientificado das informações constantes do seu registro individualizado, mediante extrato anual de prestação de contas.

§ 2º – Os valores constantes do registro cadastral individualizado serão consolidados para fins contábeis.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 101 – Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, em cada exercício, parcela da repartição do produto de que trata o art. 159, I, “b”, da Constituição Federal, necessária a garantir o pagamento das contribuições consideradas tecnicamente devidas, podendo para tal fim formalizar os instrumentos necessários à efetividade da mencionada garantia.

Art. 102 – O déficit atuarial do FAPES, apurado em avaliação atuarial, será amortizado pelo Município de Toledo em 22 (vinte e dois) anos, contados a partir do exercício de 2018, mediante a realização de aportes financeiros. (redação dada pela Lei nº 2.250, de 7 de dezembro de 2017)

§ 1º – Para os fins do disposto no **caput** deste artigo, o Município de Toledo efetuará aportes mensais de recursos financeiros ao FAPES, conforme Tabela de Reserva a Amortizar, que integra a presente Lei. (redação dada pela Lei nº 2.250, de 7 de dezembro de 2017)

§ 2º – O valor anual do aporte de recursos financeiros a ser efetuado pelo Município ao FAPES será definido na avaliação atuarial com periodicidade anual, ficando o Poder Executivo autorizado a estabelecer, anualmente, mediante decreto, a Tabela de Reserva a Amortizar, vedadas a ampliação de prazos e a redução do valor. (redação dada pela Lei nº 2.250, de 7 de dezembro de 2017)

§ 3º – O pagamento do aporte de que trata o **caput** deste artigo será mensal e corresponderá a 1/12 (um doze avos) da parcela anual definida na Tabela de Reserva a Amortizar, integrante desta Lei. (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.250, de 7 de dezembro de 2017)

§ 4º – O valor anual dos aportes será reajustado/corrigido, anualmente, pela variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, publicado pelo IBGE, acumulado a partir do ano de 2017, inclusive. (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.250, de 7 de dezembro de 2017)

Art. 103 – O Município responderá subsidiariamente pelo pagamento das aposentadorias e pensões concedidas na forma desta Lei, na hipótese de extinção, insolvência ou eventuais insuficiências financeiras do Regime Próprio de Previdência Social do Município.

Art. 104 – O pagamento do abono de permanência de que tratam o § 2º do art. 32, o art. 45 e o § 3º do art. 49 é de responsabilidade do Município, de suas autarquias e fundações, e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício mediante opção expressa do segurado pela permanência em atividade.

Art. 105 – As concessões do benefício de pensão por morte ocorridas a partir de 31 de dezembro de 2003, data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, até 19 de fevereiro de 2004, data anterior à vigência da Medida Provisória nº 167, transformada na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, observarão os critérios da legislação municipal vigentes neste período.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

113
um

Art. 106 – As aposentadorias concedidas a partir de 31 de dezembro de 2003, data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, até 19 de fevereiro de 2004, data anterior à vigência da Medida Provisória nº 167, transformada na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, observarão os critérios de cálculo vigentes na Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Art. 107 – Prescreve em 5 (cinco) anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças pela Coordenação de Previdência – TOLEDOPREV, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 108 – Até que possam ser regularmente exigidas as contribuições de que tratam os arts. 88, 89 e 90 permanecem devidas as alíquotas previdenciárias estabelecidas pelos arts. 58, 59 e 60 da Lei nº 1.909, de 26 de setembro de 2005, respeitado o prazo de 90 (noventa) dias, estabelecido no § 6º do art. 195 da Constituição Federal.

Art. 109 – O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, reestruturados e instituídos, respectivamente, pelos arts. 13 e 17, deverão ser implementados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da publicação desta Lei.

Art. 110 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a baixar normas para a plena execução da presente Lei.

Art. 111 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os arts. 74 **usque** 84 da Lei nº 1.882/2004, reestruturados nesta Lei.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 4 de maio de 2006.

JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

LUIZ ALBERTO CYPRIANO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Publicação: JORNAL DO OESTE, nº 5967, de 06/05/2006



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

TABELA DE RESERVA A AMORTIZAR (redação dada pela Lei nº 2.250, de 7 de dezembro de 2017)

Definido em 17,64% para o ano de 2017 e 14,00% para 2018 e crescimento até o final do período.

Reserva a Amortizar	R\$ 494.366.587,01
Folha Anual de Salários_CAP	R\$ 118.358.309,80
Período de Crescimento de Alíquota	23 anos
Percentual em 2017	17,64%
Percentual em 2018	14,00%
Crescimento	2,34%

Ano	Déficit Atuarial Inicial	Aporte Município	Aporte Câmara	Aporte Total	Déficit Atuarial Final
2017	494.366.587,01	20.644.479,11	233.926,74	20.878.405,85	473.488.181,16
2018	501.897.472,03	16.384.507,23	185.656,14	16.570.163,37	485.327.308,66
2019	514.446.947,18	19.122.374,08	216.679,46	19.339.053,54	495.107.893,63
2020	524.814.367,25	21.860.240,93	247.702,78	22.107.943,71	502.706.423,54
2021	532.868.808,95	24.598.107,78	278.726,10	24.876.833,89	507.991.975,06
2022	538.471.493,57	27.335.974,64	309.749,42	27.645.724,06	510.825.769,51
2023	541.475.315,68	30.073.841,49	340.772,74	30.414.614,23	511.060.701,45
2024	541.724.343,54	32.811.708,34	371.796,06	33.183.504,40	508.540.839,14
2025	539.053.289,49	35.549.575,19	402.819,38	35.952.394,57	503.100.894,91
2026	533.286.948,61	38.287.442,04	433.842,70	38.721.284,74	494.565.663,87
2027	524.239.603,70	41.025.308,90	464.866,02	41.490.174,91	482.749.428,78
2028	511.714.394,51	43.763.175,75	495.889,34	44.259.065,09	467.455.329,42
2029	495.502.649,19	46.501.042,60	526.912,66	47.027.955,26	448.474.693,93
2030	475.383.175,57	49.238.909,45	557.935,98	49.796.845,43	425.586.330,14
2031	451.121.509,95	51.976.776,30	588.959,30	52.565.735,60	398.555.774,35
2032	422.469.120,81	54.714.643,16	619.982,61	55.334.625,77	367.134.495,04
2033	389.162.564,74	57.452.510,01	651.005,93	58.103.515,94	331.059.048,80
2034	350.922.591,73	60.190.376,86	682.029,25	60.872.406,11	290.050.185,61
2035	307.453.196,75	62.928.243,71	713.052,57	63.641.296,29	243.811.900,46
2036	258.440.614,49	65.666.110,56	744.075,89	66.410.186,46	192.030.428,04
2037	203.552.253,72	68.403.977,42	775.099,21	69.179.076,63	134.373.177,09
2038	142.435.567,72	71.141.844,27	806.122,53	71.947.966,80	70.487.600,92
2039	74.716.856,97	73.879.711,12	837.145,85	74.716.856,97	0,00